



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 205 DE 25 DE JULHO DE 2017.

Aprova o Projeto Político Pedagógico do curso de Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 817, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 14 de abril de 2014, Seção 2, pág. 33, e consoante às disposições legais e estatutárias vigentes, em conformidade com os autos do Processo nº 23204.005492/2017-95, proveniente da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe), na 5ª Reunião Ordinária realizada no dia 12 de Julho de 2017, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica aprovado o projeto Político Pedagógico do curso de Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará, conforme anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

ANSELMO ALENCAR COLARES
Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS (PCE)
CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
EDUCACIONAL – LIE**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL – LIE**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Santarém (PA), Brasil, 2017



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS (PCE)
CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
EDUCACIONAL – LIE**



Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Reitora

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Vice-Reitor

Prof.^a Dr.^a Maria Aldenira Reis Scalabrin

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma

**Diretor do Instituto de Ciências da
Educação**

Prof.^a Dr.^a Maria Raimunda Santos da Costa

**Vice-Diretora do Instituto de Ciências da
Educação**

Prof. Dr. José Ricardo e Souza Mafra
**Coordenador do Programa de Ciências
Exatas**

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Flexa Duarte
**Coordenadora do Curso de Licenciatura em
Informática Educacional**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Flexa Duarte (Coordenadora)

Prof.^a Dr.^a Tânia Suely Azevedo Brasileiro (ICED)

Prof. Me. Cássio David Borralho (IEG)

Prof. Me. Enoque Calvino Melo Alves (IEG)

Prof. Dr. Edilan de Sant'ana Quaresma (ICED)

Prof. Dr. José Ricardo e Souza Mafra (ICED)

Prof. Dr. José Antônio Oliveira Aquino (ICED)

Prof. Dr. Claudir Oliveira (ICED)

Prof. Dr. Gilson Cruz Junior (ICED)

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida (ICED)

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Santarém (PA), Brasil, 2017

SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	7
1.1	Mantenedora	7
1.2	Mantida	7
1.2.1	Identificação.....	7
1.2.2	Atos Legais de Constituição	7
1.2.3	Dirigente Principal da Mantida	7
1.2.4	Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	8
2	Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	8
2.1	Missão Institucional	10
2.2	Visão Institucional	11
2.3	Princípios Norteadores.....	12
3	INFORMAÇÕES DO CURSO	12
3.1	Dados Gerais do Curso	12



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.2	Justificativa	13
3.2.1	Aspectos Sociais e Econômicos da Região Oeste Paraense	14
3.3	Concepções do Curso.....	24
3.4	Objetivos do Curso	25
3.4.1	Objetivo Geral.....	25
3.4.2	Objetivos Específicos.....	25
3.5	Formas de Ingresso no Curso e Progressão Acadêmica	26
3.5.1	Processo Seletivo Regular – PSR	27
3.5.2	Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI).....	27
3.5.3	<i>Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ)</i>	27
3.5.3	Mobilidade Acadêmica Interna ou Reopção.....	28
3.5.4	Mobilidade Acadêmica Externa ou Transferência.....	28
3.5.5	Processos Interinstitucionais	28
3.5.6	Obtenção de Novo Título.....	29
3.5.7	Continuidade de Estudos.....	29
3.6	Perfil Profissional do Egresso.....	29
3.7	Competências e Habilidades	30
3.7.1	Campo de Atuação do Profissional.....	32
3.8	Progressão Acadêmica.....	33
3.9	Componentes Curriculares.....	34
3.9.1	Componentes Curriculares Obrigatórias.....	34
3.10	Matriz Curricular.....	37
3.11	Ementário e Bibliografia	39
3.12	Atividades Complementares	75
3.13	Prática de Ensino e Estágio Curricular.....	76



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.13.1	Estágio Curricular Supervisionado	79
3.13.2	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	81
3.13.3	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica	84
3.14	Avaliação do Curso	87
3.14.1	Avaliação Docente.....	88
3.14.2	Avaliação do ensino-aprendizagem.....	88
3.14.3	Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	90
3.15	Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	90
3.16	Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica	91
3.16.1	Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica	91
3.16.2	Programas de Iniciação Científica.....	93
4	RECURSOS HUMANOS	97
4.1	Atuação do Coordenador	97
4.2	Apoio Técnico Pedagógico	99
4.2.1	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	99
4.2.2	Direção de Ensino de Graduação	99
4.2.3	Coordenadora de Ensino	99
4.2.4	Direção do Instituto de Ciências da Educação.....	99
4.2.5	Coordenação de Curso	99
4.2.6	Técnicos em Assuntos Educacionais	100
4.2.7	Secretaria Executiva.....	100
4.3	Organização Acadêmico–Administrativa	100
4.3.1	Secretaria Acadêmica.....	100



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4.3.2 Núcleo de Estágio	100
4.3.3 Comitê Monitoria e Mobilidade Acadêmica.....	101
4.3.4 Órgãos Colegiados	101
4.4 Docentes.....	102
4.4.1 Quadro de Titulação e Formação Acadêmica	102
4.4.2 Quadro de Professor por Disciplina	104
4.4.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	108
4.4.4 Política e Plano de Carreira.....	110
4.4.5 Critérios de Admissão.....	111
4.4.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada	112
4.4.7 Apoio a Participação em Eventos	113
4.4.8 Incentivo a Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes.....	113
5 INFRAESTRUTURA	113
5.1 Instalações Gerais	114
5.2 Salas de Aula	114
5.3 Instalações para Docentes do Curso	114
5.4 Instalações Para Coordenação Do Curso/Programa	114
5.5 Auditório e Videoconferências	115
5.6 Biblioteca	115
5.6.1 Serviços oferecidos	116
5.6.2 Biblioteca Setorial da Unidade Rondon/ICED	116
5.7 Laboratórios	117
5.7.1 Laboratório de Aplicações com as Novas Tecnologias Educacionais (LANTED).....	118
5.7.2 Laboratório de Pedagogia	121
5.7.3 Briquedoteca	121



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

5.8	Condições de Acesso para pessoas com necessidades especiais	122
5.9	Infraestrutura de Segurança	125
5.10	Apoio aos Discentes	129
5.11	REFERÊNCIAS	132
	ANEXO A – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL.....	134
	ANEXO B – PORTARIA DO NDE.....	135
	ANEXO C – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC	136
	ANEXO D – PORTARIA DA COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL.....	139
	ANEXO E – PORTARIA DE RETIFICAÇÃO DO NOME DA COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL	140
	ANEXO F – NORMATIVA PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO ...	141
	ANEXO G – NORMATIVA QUE REGE AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO.....	147
	ANEXO H – QUADRO DA NORMATIVA INTERNA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL – ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	150
	ANEXO I – NORMATIVA QUE REGE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC).....	155

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 Mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação - MEC						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					n.	s/n
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade:	Brasília	CEP:	70.047-900	UF:	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2 Mantida

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Av. Marechal Rondon					n.	s/n
Bairro:	Caranazal	Cidade:	Santarém	CEP:	68040-070	UF:	Pará
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br/ gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br / www.ufopa.edu.br/informaticaeducacional						

1.2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3 Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora						
Nome:	Raimunda Nonata Monteiro da Silva						
CPF:	166.190.992-20						
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						

1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Vice-Reitor: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Presidente do Conselho Superior: Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Prof. Dr. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Pró-Reitora de Administração: Profa. Ma. Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Prof. Dr. Sérgio de Mello

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sr. Milton Renato da Silva Melo

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitora de Gestão Estudantil: Profa. Dra. Edna Marzzitelli *Pereira*

Diretor do Instituto Ciências da Educação: Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Informática Educacional: Profa. Dra. Eliane Cristina Flexa Duarte

2 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085, de cinco de novembro de 2009. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede num dos pontos mais estratégicos da Amazônia, no Município de Santarém, a terceira maior cidade paraense, mundialmente conhecida por suas belezas naturais, com destaque para o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas. A criação da UFOPA faz parte do programa de expansão das universidades federais. É fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

A UFOPA surgiu da incorporação do Campus de Santarém da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), as quais mantinham atividades na região oeste paraense. A UFOPA assimilou também outras unidades da UFPA e da UFRA para a formação dos Campus de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, a UFOPA mantém suas atividades em três unidades: a Unidade Rondon, localizada no bairro Caranazal

(antigas instalações da UFPA), e a Unidade Tapajós, no bairro Salé (antigas instalações da UFRA, UFPA e SUDAM), e a Unidade Amazônia, no bairro da Aldeia.

A proposta acadêmica da UFOPA está estruturada em um sistema inovador, pautado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, mobilidade acadêmica, formação graduada em ciclos, constituídos de um sistema integrado de educação continuada. De acordo com o projeto pedagógico institucional, a UFOPA organiza-se em Institutos temáticos e em um Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), destinados a produzir ensino, pesquisa e extensão com forte apelo amazônico. Organizados em programas, os Institutos são responsáveis pela oferta de mais de 30 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Esses Institutos são concebidos a partir dos grandes temas amazônicos: águas, florestas, biodiversidade, povos, educação, entre outros; cabendo ao Instituto de Ciências da Educação (ICED) a formação de profissionais da educação, agregando todos os cursos de graduação e pós-graduação que propiciam a formação de professores.

Com 4.719 alunos matriculados, em seus diversos cursos (dados do período letivo 2017.1 – SIGAA), a UFOPA é uma universidade multirreferenciada na região, devido ao seu projeto inovador, o qual espera contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 30 cursos de graduação presencial (sede) ofertados no Processo Seletivo Regular 2017, abrangendo diversas áreas de cursos de especialização, oferecendo 7 (sete) cursos de mestrado acadêmico, sendo um deles em Educação (PPGE), 3 (três) cursos de mestrado profissional, 1 (um) doutorado acadêmico em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

A UFOPA já foi criada multicampi, com 7 (sete) campus: Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém (campus sede). Na Figura 1, à esquerda, destaca-se a localização dos municípios onde estão os campi fora de sede, marcados por estrelas, e o campus sede, localizado por um círculo azul, e à direita a correspondência dos mesmos.



Figura 1 - Localização dos campi da UFOPA.

2.1 Missão Institucional

Socializar e produzir conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

O Planejamento Estratégico indicado para a Instituição define a produção e difusão de conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, tendo em vista socializar e produzir conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia. Como visão estratégica a consolidação futura da UFOPA fornecerá um espaço de expressão democrática e cultural, sedimentada em pressupostos de um ensino de qualidade, articuladas com a pesquisa e a extensão.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFOPA, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverá estar voltada para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

2.2 Visão Institucional

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento. Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFOPA, foram eleitas as seguintes prioridades institucionais:

- Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFOPA nas seguintes áreas: a) Ciência e Tecnologia das águas, b) Ciências da Sociedade, c) Biodiversidade e Florestas, d) Educação, e) Engenharia e Geociências; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade;

intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação;

- Atuação sistêmica: projeção futura de uma estrutura multicampi; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias, Institutos e seus Programas vinculados;
- Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;
- Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento dos Institutos; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

2.3 Princípios Norteadores

São princípios da formação na Universidade Oeste do Pará:

- Formação em ciclos;
- Interdisciplinaridade;
- Flexibilidade curricular;
- Mobilidade acadêmica;
- Educação continuada.

3 INFORMAÇÕES DO CURSO

3.1 Dados Gerais do Curso

Endereço de oferta do curso	Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus de Santarém – Instituto de Ciências da Educação - Unidade Rondon Av Marechal Rondon, s/n ^a Caranazal, Santarém – PA CEP: 68040-070
Denominação do Curso	Licenciatura em Informática Educacional - LIE

Turno de funcionamento/n. de vagas anuais	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
				40	40
Modalidade	Presencial				
Regime de matrícula	Semestral				
Duração do curso	Carga Horária Total	Tempo Mínimo	Tempo Máximo		
	3.365 horas	08 semestres	12 semestres		

3.2 Justificativa

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo o segundo maior estado do país, em extensão territorial, ocupando uma área total de 1.247.954,32 km², pouco maior que Angola, e está dividido em 144 municípios. Segundo os dados do IBGE de 2012, o Pará continua a ser estado mais populoso da região norte, contando com uma população de 7.792.561 habitantes, o que lhe confere uma densidade demográfica de 6.24 hab/km². Ainda segundo o IBGE, o Pará registrou em 2012 um PIB de R\$ 91.009.000.000,00, o que lhe confere apenas 2,1% de participação no PIB do Brasil, o maior PIB da região norte. O Pará é dividido em seis mesorregiões, duas das quais, Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense, detêm cerca de 60% do território paraense. A quase totalidade dessas duas mesorregiões formam o que hoje se conhece como região Oeste do Pará, com extensão territorial de cerca de 53% da extensão territorial do Pará.

De acordo com o PNAD, 34 % da população paraense se distribui no campo e 66% nas cidades, sendo que a região metropolitana da capital, Belém, tem uma população total de 2.129.515, o que corresponde a cerca de 25% da população do estado. O Pará é a unidade da federação com o maior número de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, 76,7% da população, sendo que se autodeclararam pardos 69,5%, brancos 22,6%, pretos 7,2%, e indígenas 0,7%. A FUNAI registra que os povos indígenas, no território paraense, estão distribuídos em 31 etnias espalhadas em 298 povoações, sendo esta a segunda maior população de indígenas no território nacional. Quanto a base da economia paraense, o *site* oficial do Governo do Pará (ww.pa.gov.br/O_Para/economia.asp) destaca:

A economia do Pará baseia-se no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo.

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do Estado, sendo Parauapebas a principal cidade produtora. A atividade pecuária - com um rebanho calculado em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos - está mais presente no Sudeste; já a agricultura é mais intensa no Nordeste.

O Pará é o maior produtor de pimenta-do-reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do País.

A indústria concentra-se mais na região metropolitana de Belém, encabeçada pelos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e nos Municípios de Marabá e Barcarena.

Pela característica natural da região, destaca-se também como forte ramo da economia a indústria madeireira.

Nos últimos 15 anos um forte interesse, em especial dos grandes produtores de grãos da região centro oeste do Brasil, tem colocado em destaque a região oeste paraense a partir de três peculiaridades: as terras planas e férteis do planalto santareno, propícias a plantação mecanizada da soja; o extraordinário recurso hídrico do aquífero Alter do Chão; e a logística do escoamento de grãos do Mato Grosso através da BR 163 e dos rios da região.

3.2.1 Aspectos Sociais e Econômicos da Região Oeste Paraense

Abrangendo 27 municípios e uma população estimada em cerca de 20% (1,4 milhões de habitantes) da população do estado, a região oeste paraense, tem como principal cidade Santarém, localizada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas se destacou das demais cidades da região, favorecida em grande parte pela sua posição geográfica, em linha reta a 807 km de Belém e a 722 Km de Manaus, central a Amazônia e a meio caminho das duas mais importantes cidades da região norte. Foi elevada à categoria de município em 22 de junho de 1661, 350 anos completados em 2011. Dentre os 27 municípios da região apenas dois Municípios: Santarém e Altamira possuem mais de 100 mil habitantes. A Tabela 1, lista os 27 municípios da região Oeste do Pará com suas respectivas populações e IDH.

Tabela 1 - Municípios da Região Oeste do Pará – População e IDH

Município	População	IDH	Município	População	IDH
Alenquer	54.353	0,564	Novo Progresso	25.169	0,673
Almeirim	33.466	0,642	Óbidos	50.317	0,594
Altamira	106.768	0,665	Oriximiná	67.939	0,623
Aveiro	15.956	0,541	Placas	27.700	0,552
Belterra	16.924	0,588	Porto de Moz	37.669	0,503
Brasil Novo	15.139	0,613	Praíha	29.270	0,523
Curuá	13.333	0,578	Rurópolis	45.595	0,548
Faro	7.504	0,563	Santarém	290.521	0,691
Itaituba	98.405	0,64	Senador José Porfírio	12.075	0,514
Jacareacanga	41.487	0,505	Terra Santa	16.952	0,635
Juruti	52.755	0,592	Trairão	17.880	0,562

Medicilândia	29.444	0,582	Uruará	44.607	0,589
Mojuí dos Campos	15.341	*	Vitória do Xingu	14.242	0,597
Monte Alegre	56.231	0,589			

Fonte: População Estimada em 2014 (IBGE) – IDH Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. * Elevado à categoria de município em 1º. de janeiro de 2013 – Anteriormente comarca de Santarém

Na região apenas os Municípios de Santarém e Altamira possuem população superior a 100 mil habitantes. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de zero até 1, e considera-se as seguintes faixas: Muito Alto, acima de 0,800; Alto, de 0,700 a 0,799; Médio, de 0,600 a 0,699; Baixo, de 0,500 a 0,599; e Muito Baixo, entre 0 e 0,499. Em 2010 nenhum município do Pará obteve IDH-Muito Alto, apenas 3 Municípios Belém, Ananindeua e Parauapebas obtiveram IDH-Alto. Na região Oeste do Pará 7 municípios obtiveram IDH-médio e os demais 19 ficaram na faixa IDH-Baixo. O Município de Mojuí dos Campos, emancipado em 2013, não teve IDH registrado. A distribuição do IDH na região caracteriza, fortemente, as condições de fragilidade da região, destacadamente as dimensões saneamento básico e a educação.

Segundo o Relatório Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Tapajós, do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), na dimensão Saneamento Básico, verifica-se que:

... o percentual estadual de domicílios com acesso ao serviço básico de abastecimento de água, em 2000, era de 42,64% e em 2010 se manteve abaixo de 50%. Ou seja, apenas 47,9% dos domicílios urbanos paraenses contavam com o referido serviço básico. No Brasil, no ano de 2010, 55,45% dos domicílios possuíam acesso ao sistema de esgoto, por meio de rede geral. No Estado do Pará, apenas 10,19%, possuem acesso a este serviço, cerca de 85,62% apresentam outras formas de esgotamento sanitário como a fossa séptica e fossa rudimentar. O baixo percentual de domicílios, com esgotamento sanitário, ligados à rede, apresenta-se comum a todos os municípios da Região Oeste do Pará. Destaca-se Trairão que não possui nenhum domicílio ligado ao sistema de esgoto, dado que não se difere dos demais municípios da região, pois a maioria não atinge 1% de domicílios com o serviço de sistema de esgoto.

No quesito Acesso à Coleta de Lixo o Relatório do IDESP, expõe:

É um indicador importante para a saúde da população e para a proteção do meio ambiente, pois resíduos em locais inadequados podem causar a contaminação do solo e dos corpos hídricos, além de ser propício para a proliferação de vetores de doenças. Com estas informações é possível observar a capacidade do município em relação à infraestrutura e a cobertura do serviço à população. O percentual de

domicílios brasileiros atendidos pelo serviço de coleta de lixo era de 63,80% no ano 1991, aumentando para 79,01%, em 2000, e 87,41%, em 2010. Já no Pará esses dados foram inferiores às médias nacionais, estando 70,52% da população atendida pelo serviço de coleta de lixo em 2010.

Na grande maioria dos municípios, menos de 50% dos domicílios são atendidos pelo serviço de coleta de lixo e Aveiro possui o menor percentual, apenas 19%.

Na dimensão Educação, além dos problemas de infraestrutura e os baixos salários dos professores, presentes na rede pública de Educação Básica, o Pará convive com aproximadamente 42 mil professores, segundo dados do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação de Docentes do Pará, desses mais de 16 mil estão localizados na região Oeste do Pará. O Fórum se baseia em dados levantados, em 2010, pela Secretaria Estadual de Educação do Pará. Nesse contexto o Instituto de Ciências da Educação (ICED) possui papel central, pois seu objetivo principal é a formação e a capacitação de profissionais de educação que atuam na área de abrangência.

Outros dois aspectos presentes na rede pública do Ensino Fundamental e Médio do Pará, e da região norte, é a baixa incidência de profissionais para atuarem na área de Informática Educacional e as distâncias Amazônicas. Problema este que tem levado os licenciados em qualquer área a assumirem os laboratórios de Informática Educacional, pela carência desses profissionais. Em meio a essas dificuldades sociais, em que a região vive, há perspectiva de melhorias, quando consideramos a realização de grandes projetos de desenvolvimento econômico e social, em andamento e a realizar, por parte dos governos federal, estadual e da iniciativa privada. Como a totalidade da região Amazônica, a região Oeste do Pará foi também impactada pelos vários ciclos econômicos aqui instalados. Da marcha para a ocupação do interior da Amazônia, por meio do ciclo da borracha que implantou na região as cidades de Belterra e Fordlândia, passando pelo ciclo da marcha “A Amazônia é nossa” que criou as cidades de Medicilândia, Ruropolis e Brasil Novo, iniciando o ciclo da exploração madeireira, o ciclo do ouro que impulsionou o crescimento de Itaituba, Altamira e Santarém, o ciclo da pecuária que causou a aceleração do desmatamento, e recentemente, o ciclo da soja que impactou a produção de produtos regionais como a farinha, e produziu uma forte especulação imobiliária, tanto na zona rural como na zona urbana, destacadamente em Santarém, onde a iniciativa privada construiu um porto graneleiro. Dentre os empreendimentos regionais destacam-se: a criação e implantação da UFOPA; o asfaltamento da BR 163, Hidrovia Teles Pires – Tapajós; Dinamização do Projeto Jari; Projeto de Mineração de Bauxita, na mesorregião do Baixo Amazonas, das mineradoras

MRN, ALCOA e Rio Tinto; Fábrica de Polpas e Concentrados de Produtos da Amazônia como açaí e cupuaçu, em Óbidos; Projeto TRAMOESTE, com transmissão de energia elétrica, pelo linhão de Tucuruí, para os municípios da margem direita e esquerda do rio Amazonas; Complexo Hidroelétrico da mesorregião Sudoeste; Ampliação do porto de Santarém e Criação da Plataforma Logística para Grãos e Produtos da Zona Franca de Manaus, em Santarém, Belterra e Itaituba; Expansão do Turismo, Ampliação do Aeroporto de Santarém e a Instalação de uma Fábrica de Cimento, entre outros projetos já implantados, como o cultivo e escoamento da soja pelo porto de Santarém. A Figura 2, a seguir, mostra a rota de escoamento da soja, produzida no Centro Oeste, até o porto de Xangai, com duas opções, através do porto de Santos e através do porto de Santarém, que propicia, apenas pela rota fluvial e marítima uma economia de 7 dias, impactando fortemente no custo final do transporte e conseqüentemente no preço da tonelada dos grãos, dando maior competitividade aos produtos brasileiros.



Figura 2 - Fluxo marítimo comparativo entre portos de Santarém (PA) e Santos (SP).
Fonte: IGT (2013).

É importante ressaltar que com o asfaltamento da BR 163, combinado com o transporte ferroviário ou fluvial por meio da hidrovia Teles Pires – Tapajós reduzirá ainda mais os custos do transporte de carga, utilizando essa rota. Tal projeto é fundamental para o agronegócio, sendo de interesse dos chineses, que fazem estudo de viabilidade de financiamento, construção e exploração de uma ferrovia ligando o Centro Oeste ao porto de Santarém. Há ainda o interesse da rota porto de Santarém – Centro Oeste, em especial das indústrias do Polo da Zona Franca de Manaus que também teriam redução de custos no transporte dos seus produtos até o Centro Oeste, e dali para o restante do território nacional.

Ao longo da última década o porto de Santarém registrou uma mudança de pauta de produtos distribuídos, acompanhada do aumento significativo da quantidade e valores dos produtos embarcados. Segundo dados da companhia Docas do Pará (CDP) o crescimento de movimentação de carga, de 2003 a 2013, no porto de Santarém foi de 1.493,55%, o maior crescimento entre os portos do Pará. Em 2012 o porto de Santarém exportou mais de 2,5 milhões de toneladas, com destaque para a produção e exportação de grãos: soja (69,58%), milho (5,36%), milheto (1,58%) e sorgo (1,98%). A Figura 3 mostra a distribuição relativa dos produtos exportados através do porto de Santarém em 2012.

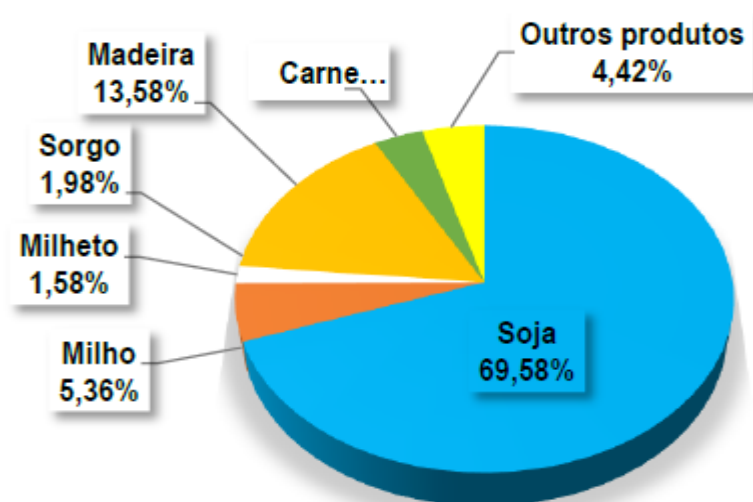


Figura 3 – Gráfico da distribuição relativa das exportações em 2012
Fonte: IGT (2013), CEAMA (2013).

É importante ressaltar que a uma década atrás o principal item da pauta de produtos exportados pelo porto de Santarém era a madeira. A exploração dos recursos minerais é uma das maiores fontes de renda do Estado. A região Oeste do Pará possui um grande manancial de recursos minerais, já mapeados, e em fase de exploração, que a maioria dos Estados brasileiros não possui. Dentre os minerais encontrados na região, destaque espacial para a bauxita, matéria-prima do alumínio, produto no qual o Brasil, detém 16% das reservas mundiais, e que a região possui 40% das reservas brasileiras, ou seja, 6,25% de todas as reservas mundiais desse importante mineral, encontrado principalmente na mesorregião do Baixo Amazonas, destacadamente na região do rio Trombetas e nos Municípios de Almeirim e Juruti. A mesorregião do Baixo Amazonas dispõe ainda de quantidades consideráveis de ferro, cobre, chumbo, estanho, titânio, diamante, caulim, e urânio entre outros.

A mesorregião do Baixo Amazonas que concentra a maior incidência de bauxita é denominada de Província Trombetas – Juruti. As ocorrências de bauxita da região do Trombetas, no Município de Oriximiná, são controladas pela Mineração Rio do Norte,

consórcio em a CVRD detém 40% das ações. Trata-se de um depósito gigante com cerca de 50% de alumina aproveitável e reservas estimadas em quase 900 milhões de toneladas de minério, que estão sendo lavradas, na mina Aviso, a uma taxa média de 16,3 milhões de toneladas anuais.

A mina a céu aberto de Juruti, no município homônimo, é controlada pela ALCOA. As reservas foram avaliadas em 700 milhões de toneladas de bauxita e está prevista uma produção inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais, o que projeta a vida útil da mina para no mínimo 45 anos. Além de dinamizar a economia do município, o projeto de mineração é pioneiro na aplicação de investimentos em compensação ambiental, que será três vezes maior que o definido em lei.

A região é também muito promissora em combustíveis fósseis e investigações conduzidas pela Petrobras apontam evidências de petróleo e gás na bacia do Amazonas. Outros recursos minerais têm a ver com o aproveitamento dos corpos de diabásio que afloram especialmente na região de Monte Alegre e de grande importância na produção de pedra brita, e com os jazimentos de rochas calcárias que são a matéria prima do cimento.

Outro importante recurso mineral presente na região é o ouro. Encontro principalmente na mesorregião do Sudoeste, que integra a Província Aurífera do Tapajós (PAT). Esta província cobre uma área em torno de 170.000 km². As estimativas indicam que no final da década de 1980, quase meio milhão de garimpeiros trabalhavam na região, de onde podem ter sido retiradas 730 toneladas de ouro, ou seja, 16 vezes a produção total estimada para Serra Pelada. Cerca de 150 depósitos auríferos já foram catalogados na PAT, distribuídos em pequenos distritos e campos mineralizados, os quais, com a quase exaustão do ouro aluvionar, passaram a ser de grande interesse das companhias de mineração, em particular as mineradoras juniores. Atualmente, a única mina em operação no Tapajós é a que foi aberta no antigo garimpo do Palito, controlada pela Serabi Mineração, com produção média anual de 850 kg de ouro, a qual, se mantida neste ritmo, permitirá pelo menos 30 anos de vida útil para o empreendimento. A região vive hoje novo ciclo de produção de ouro, que certamente ultrapassará em muito aquele devido à atividade garimpeira. Todos estes recursos exigem competência técnica, nem sempre disponível, para a sua exploração e exportação.

Ainda na mesorregião do Sudoeste Paraense estão em andamento dois dos maiores projetos da região Oeste do Pará: O Complexo do Tapajós e a Usina Hidroelétrica de Belo Monte. O Complexo do Tapajós é um complexo hidrelétrico composto por cinco usinas a serem construídas no Rio Tapajós, além de incorporar o projeto da hidrovia Teles Pires

Tapajós. É composto pelas seguintes usinas: UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí e UHE Cachoeira dos Patos. Ao concluir, o complexo terá uma potência instalada de 10.682 MW. Para a efetivação da hidrovía o projeto prevê a construção de eclusas nas proximidades das usinas.

A Usina Hidroelétrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte) está sendo construída no Rio Xingu, próximo à cidade de Altamira. Sua potência instalada será de 11 233 MW, o que fará com que seja a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, considerando que a Usina de Itaipu está localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai.

O meio ambiente e a educação encontram-se, por sua vez, articulados num processo contínuo, demandando gradativamente diversas e diferentes tecnologias na sociedade. Um dos grandes desafios propostos pela Lei 9.394/96 (LDB) está em suas disposições transitórias, quando foi instituída a década da educação, e que até o seu final todos os professores do ensino básico deveriam possuir diploma do ensino superior.

A realidade brasileira mostra que, no entanto, em determinadas regiões do país, a maioria das escolas possui professores qualificados, em outras, falta pessoal para cumprir a demanda do ensino básico e, muitas vezes, os professores que ali atuam ainda não possuem curso superior. São os chamados professores leigos, que em alguns casos tentam aprender por sua própria iniciativa uma determinada disciplina no exercício de sua função para ministrá-la no ensino básico e médio, especialmente no interior do país.

Esforços em todos os âmbitos de governo e instituições de ensino e pesquisa têm se desenvolvido na intenção de qualificar esses profissionais, oferecendo-lhes a oportunidade de melhorar sua prática e sua qualidade de vida. Isto sim poderá trazer reflexos positivos nas gerações de estudantes vindouras.

A cidade de Santarém foi um dos primeiros municípios a ser contemplado com a implantação do Núcleo de Tecnologias Educacionais - NTE, por meio do PROINFO/MEC em convênio firmado entre os entes Federal, Estadual e Municipal. Mediante essa crescente necessidade de profissionais voltados para atender nos Laboratórios de Informática das escolas estaduais e municipais. Esta universidade foi uma das primeiras a ofertar o curso de Especialização em Informática na Educação enquanto ainda era campus da UFPA.

Atualmente, em Santarém existem na Rede Pública Estadual 33 escolas dotadas com Laboratório de Informática, beneficiadas pelo PROINFO INTEGRADO, sob a tutela do NTE do estado. Além das 33 escolas estaduais da área urbana de Santarém, o NTE também presta assistência aos Municípios de: Aveiro, Belterra, Mojuí dos Campos, Juruti, Monte Alegre,

Alenquer, Prainha, Oriximiná, Óbidos, Curuá, Rurópolis, Itaituba, Faro, Almeirim e Terra Santa; totalizando assim 17 municípios e 53 escolas que ficam sob responsabilidade do NTE/Santarém.

Dos 33 LABINS das escolas da rede pública estadual de Santarém, somente 3 (três) possuem professores-servidores lotados nos espaços. Porém, somente 01 (uma) unidade funciona efetivamente com atividades educacionais, 02 (duas) mantêm sua estrutura física em condições e 30 (trinta) ou estão inoperantes por falta de um profissional capacitado para atuar no espaço, ou viraram depósitos ou salas de aula, onde as únicas tecnologias usáveis são o quadro e o giz.

No cenário municipal, o sistema formal de ensino conta atualmente com 409 estabelecimentos de ensino, dos quais somente 86 dispõem de laboratórios de informática funcionando. Nestes ambientes, atuam 104 professores, 33 dos quais com formação a nível de ensino médio (instrutores) e 71 graduados em diferentes áreas, nenhum deles com graduação em Informática Educacional. Dos profissionais graduados, 25 contam com especialização em Informática Educacional. Em 2014 mais 31 novas escolas foram cadastradas junto ao PROINFO INTEGRADO para receber equipamentos, o que totalizará 117 estabelecimentos escolares com este ambiente disponível à construção do conhecimento.

A educação escolar, vetor de qualquer política de desenvolvimento humano e social, é uma questão que merece atenção redobrada na Amazônia como um todo e na região Oeste do Pará, em especial. Isso porque o Estado apresenta os piores índices do IDEB de todas as unidades da Federação. Há razões várias para tanto. A Amazônia é uma vasta região, em que habita enorme diversidade étnico-cultural. Rica em recursos naturais e foco da atenção mundial dispõe de limitados recursos de investimento e uma economia dependente das políticas federais.

A acessibilidade, em função das distâncias e da falta de infraestrutura, é algo de dimensões muito diferentes do que ocorre em outras partes do país. Associado a isso, a região dispõe de graves limitações na oferta de profissionais capacitados para atuar nos Laboratórios de Informática, tanto na rede estadual quanto na municipal de ensino, além das escolas da rede privada.

A criação da UFOPA se mostrou uma oportunidade única de ampliar a intervenção político-pedagógica nas redes públicas de ensino e fortalecer a formação inicial, qualificando a presença do licenciando em Informática Educacional nas escolas, em espaços não escolares,

promovendo o desenvolvimento de práticas em que, efetivamente, se verifique o binômio teoria e prática.

É nessa perspectiva que o curso decidiu centrar seus esforços na formação de Licenciados em Informática Educacional em que o foco esteja na atuação desse profissional na Educação Básica e Tecnológica, na experiência da gestão pedagógica dos LABINs e na produção de produtos tecnológicos aplicados ao processo ensino aprendizagem. O desafio que se apresenta é fazer com que o curso contribua para que a educação escolar avance além das práticas de ajustamento e de treinamento, oferecendo um processo formativo fundado no intenso diálogo entre teoria e prática mediada pelo computador e que garanta a inserção dos alunos no mundo da cibercultura, a partir de uma tradição histórica do ser humano enquanto sujeito ativo, criativo e que busca inovar, principalmente nos aspectos que transcendem o imediato e o pragmático.

Nessa direção, o PPC assume uma dimensão política, referendada em um projeto democrático de sociedade e de ideal de humanidade, o que, por sua vez, requer a busca da utopia, o rompimento com o imobilismo, o exercício da ousadia e a recusa de toda forma de discriminação. É uma proposta que vai ao encontro dos anseios do ensino básico brasileiro, em especial do Estado do Pará. De acordo com a Resolução n. 05, de 16/11/2016, na qual institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação na área de computação, abrangendo a Licenciatura. A presente proposta considera as características, peculiaridades e demandas da região norte do país, propondo, nesse sentido, inovar na formação dos jovens egressos do ensino médio, formando professores para atuarem nas Redes Estadual e Municipal da Educação Básica.

Com base no que consta no Art. 5º, § 5º da Resolução CES, n. 05, de 16/11/2016, o curso de Licenciatura em Informática Educacional foi dimensionado, a partir das características de flexibilidade para atender os domínios diversificados de aplicação e as vocações institucionais, decorrentes das diretrizes indicadas nos cursos de Licenciatura em Computação, provendo uma formação profissional que revele, pelo menos, as habilidades e competências para:

- I - especificar os requisitos pedagógicos na interação humano-computador;
- II - especificar e avaliar softwares e equipamentos para aplicação educacionais e de Educação à Distância;

III - projetar e desenvolver softwares e hardware educacionais e de Educação à Distância em equipes interdisciplinares;

IV - atuar junto ao corpo docente das Escolas nos níveis da Educação Básica e Técnico e suas modalidades e demais organizações no uso efetivo e adequado das tecnologias da educação;

V - produzir materiais didáticos com a utilização de recursos computacionais, propiciando inovações nos produtos, processos e metodologias de ensino aprendizagem;

VI - administrar laboratórios de informática para fins educacionais;

VII - atuar como agentes integradores promovendo a acessibilidade digital;

VIII - atuar como docente com a visão de avaliação crítica e reflexiva;

IX - propor, coordenar e avaliar, projetos de ensino-aprendizagem assistidos por computador que propiciem a pesquisa.

Vale ressaltar que a proposta do curso de Licenciatura em Informática Educacional foi inicialmente formulada pelo Programa de Educação do ICED/ UFOPA. Após três anos de existência, o mesmo migrou, em 2016, para o Programa de Ciências Exatas ICED/ UFOPA, tendo em vista a natureza do curso e seu viés interdisciplinar. A proposta em si, fornece elementos iniciais para se pensar e aprender aspectos conceituais envolvendo elementos tecnológicos e o ensinar/aprender de áreas de conhecimentos, como, por exemplo, a Matemática e Física, sem perder a essência de formação do ser crítico e social, subsidiado por um forte embasamento pedagógico presente nesse PPC.

E, considerando a necessidade de novas técnicas e estratégias de ensino que permitam outras abordagens no processo educativo. A Informática, nesse aspecto, tem seu papel relevante. Em uma sociedade cada vez mais dependente de recursos computacionais observa-se a importância que os futuros professores saibam lidar com o computador, absorvendo as possibilidades educacionais que esta máquina pode oferecer: jogos matemáticos, aplicativos para resolução de problemas geométricos, simuladores para experimentos da Física, pesquisa na Internet, software avançados de Matemática e Física, simuladores para o ensino de química, a realidade aumentada e a robótica como elementos de caráter pedagógicos, entre outros.

Rever esses assuntos, sob a ótica das Tecnologias Educacionais, pode significar para muitos a oportunidade de aprender de fato aquilo que muitas vezes não foi possível estudar em um curso de magistério tradicional. Isto trará reflexos imediatos na postura do licenciado

em seu local de trabalho. A segurança, o entusiasmo em ensinar o que já foi amplamente trabalhado com outros colegas mais experientes, fará surgir estudantes mais bem preparados em um mundo em que a qualificação é cada vez mais exigida. Há, portanto, um salto significativo para o desenvolvimento do estado, que terá a médio e longo prazo, pessoas cada vez mais capazes de enfrentar os problemas apresentados em seu dia-a-dia.

A proposta político-pedagógica do Curso apresenta como objetivo precípuo a formação teórico-prática inicial dos licenciandos pela aproximação e articulação da atividade intelectual de estudo, pesquisa e extensão com a vivência objetiva da realidade do trabalho docente em escolas da rede pública de educação básica da região de Santarém – PA. Destarte, o Programa de Educação propõe um modelo de ação integrada, que procura responder as demandas locais mais urgentes. Assim, aderiu aos programas de Iniciação à Docência – PIBID e de Iniciação Científica – PIBIC, visto como possibilidade ímpar de transformação efetiva do currículo para um currículo em ação. Ademais, vem se estruturando em torno de grupos de pesquisa e de intervenção que possam a um só tempo aprofundar a investigação em Educação e fazer avançar a formação do aluno dentro da tríade ensino – pesquisa – extensão.

Assim, o Programa de Ciências Exatas (PCE) decidiu centrar também seus esforços na formação de Profissionais da Educação na dimensão tecnológica, justificando-se nesse caso, a criação do curso de licenciatura em Informática Educacional. O que se considera ideal e se busca, tanto no desenho do percurso formativo do aluno quanto na promoção de ações que expandam a vivência acadêmica e profissional, um modelo de licenciatura que, incorporando o binômio teoria e prática como eixo articulador, tenha a identidade de um curso de formação docente e, ao mesmo tempo, densidade teórica em função dos conteúdos próprios da formação geral.

Um dos desafios é fazer com que o curso de Informática se desenvolva e que garanta a inserção dos alunos no mundo da cultura constituída na tradição histórica do ser humano, principalmente nos aspectos que transcendem o imediato e o pragmático. Logo, a percepção dessa possibilidade formativa e das tarefas que ela impõe leva a considerar a formação do Licenciado em Informática Educacional, inicial e continuada, como um dos pilares fundamentais da Educação.

Nessa direção, o PPC trabalha com a dimensão política, incluindo a flexibilidade curricular, garantida por meio das atividades complementares e disciplinas de aprofundamento.

3.3 Concepções do Curso

A duração do curso é de 04 (quatro) anos, a ser integralizado em 3.365 horas em 08 (oito) semestres letivos, desenvolvido no Regime Didático Seriado Semestral.

3.4 Objetivos do Curso

3.4.1 Objetivo Geral

- proporcionar uma formação significativa, sólida, na área de informática educacional aos licenciandos, enfatizando os aspectos científicos, técnicos, humanísticos, pedagógicos e sociais, para atuar na educação básica, organizações de desenvolvimento de produtos tecnológicos e em outras áreas como ensino técnico profissionalizante e núcleos de tecnologias educacionais.

3.4.2 Objetivos Específicos

- contribuir para formação e comprometimento de profissionais na área de tecnologias educacionais na educação básica e outros ambientes de aprendizagem;
- formar profissionais para atuar em processo de ensino aprendizagem, mediado pelas tecnologias de informação e comunicação;
- preparar profissionais a partir do uso de tecnologias e/ou produções que potencializem o processo ensino aprendizagem nas propostas curriculares;
- oferecer uma ampla qualificação científica e pedagógica ao profissional da área de informática educacional em sintonia com a evolução das novas tecnologias;
- estimular uma formação amparada na percepção crítica, investigativa e interdisciplinar no âmbito da área de informática educacional;
- desenvolver habilidades dos acadêmicos em diferentes modalidades de ensino, principalmente no enfrentamento de desafios presentes no contexto educacional;
- proporcionar uma formação pautada no compromisso social e ético no exercício da profissão;
- fomentar a formação de agentes educativos capazes de promover espaços para a interdisciplinaridade no currículo escolar;

- garantir um permanente processo de pesquisa e debates sobre as práticas educativas frente aos avanços e inovações tecnológicas, com vista a potencializar a inclusão digital na perspectiva da inclusão social e da cidadania;
- enfatizar a importância do planejamento e do gerenciamento dos recursos tecnológicos informacionais e comunicacionais na área de educação;
- propor a integração com a comunidade escolar oportunizando o contato dos profissionais com a realidade educacional do município e região;
- promover ações voltadas à atuação profissional no ensino, na organização e gestão de processos educativos e institucionais na educação básica.

3.5 Formas de Ingresso no Curso e Progressão Acadêmica

O ingresso nos cursos de graduação da UFOPA faz-se de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento de Ensino de Graduação, aprovado pela Resolução 177 de 20 de janeiro de 2017, por meio dos processos elencados abaixo:

I – Processo Seletivo Regular;

II - Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ);

III - Transferência *ex officio*;

IV - Mobilidade Acadêmica interinstitucional;

V - Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin);

VI - Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex);

VII - Programas Governamentais Específicos.

De acordo com o parágrafo único do artigo 16, da Resolução 177/2017, excetuando-se a transferência *ex officio*, as demais modalidades de ingresso serão regulamentadas por edital específico. Além disso, os processos seletivos para ingresso na UFOPA obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio), em especial ao disposto nos artigos 1º, 3º e 8º daquela lei. No caso do Curso de Licenciatura em Informática Educacional a oferta das vagas ocorre de maneira anual, buscando o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão, complementares, entre outras. Atualmente, a UFOPA trabalha com modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação na Instituição, a saber:

3.5.1 Processo Seletivo Regular – PSR

A UFOPA vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do ENEM, aplicado nos dois últimos anos, sendo que serão admitidos à UFOPA os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

3.5.2 Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI)

O PSEI é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual são ofertadas as vagas reservadas exclusivamente aos candidatos indígenas para admissão em cursos de nível de graduação da UFOPA. Os acadêmicos indígenas ingressantes na UFOPA, no primeiro ano, fazem a Formação Básica Indígena, um projeto em que os alunos têm a oportunidade de estudarem disciplinas básicas e introdutórias para um melhor percurso para ingresso propriamente dito no curso de graduação em ano posterior. Nos editais do Processo Seletivo Regular respeitam aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, consideradas as peculiaridades da região onde está a Instituição Federal de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, na forma do art. 207 da Constituição Federal.

3.5.3 Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ)

O Processo Seletivo Especial Quilombola da Universidade Federal do Oeste do Pará (PSEQ/UFOPA) é regido por Edital específico, executado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo (CPPS), designada por Portaria/Ufopa em conjunto com a Comissão Avaliadora, a ser designada pela Presidência da CPPS.

A presente seleção diferenciada de candidatos quilombolas para provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa não importa prejuízo das vagas designadas às cotas sociais, destinadas no Edital da CPPS/PSR/UFOPA, que trata do Processo Seletivo Regular, de acordo com os percentuais e critérios fixados na Lei n. 12.711, de 29 de agosto de

2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, consideradas as peculiaridades da região onde está a Instituição Federal de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, na forma do art. 207 da Constituição Federal.

3.5.3 Mobilidade Acadêmica Interna ou Reopção

Este processo destina-se aos discentes da UFOPA como transferência de um curso de graduação para outro, neste caso conceituado como reopção, de acordo com as normas a serem estabelecidas no Regimento de Graduação e que sejam obedecidos os seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela PROEN, podendo considerar o Índice de Desempenho Acadêmico – IDA (índice obtido a partir das notas obtidas pelo discente nas avaliações dos componentes curriculares cursados), e análise do currículo, podendo o discente inscrever-se nesta modalidade até a metade da duração do curso, uma única vez.

3.5.4 Mobilidade Acadêmica Externa ou Transferência

Poderão ser aceitas transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de Graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital.

3.5.5 Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de Graduação da UFOPA destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica. São modalidades de ingresso por processos interinstitucionais:

- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o qual está destinado ao ingresso de estudantes estrangeiros selecionados em seu país de origem, de acordo com a legislação federal;
- Transferência ex officio e será concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei;

- Convênio interinstitucional o qual atenderá a estudantes oriundos de instituições conveniadas;
- Matrícula de cortesia que será concedida a funcionário estrangeiro de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil.

3.5.6 Obtenção de Novo Título

Poderá ser aceita a matrícula de diplomados em curso de Graduação para obtenção de novo título, observadas as disposições do regulamento dos cursos de Graduação.

3.5.7 Continuidade de Estudos

O aluno graduado pela UFOPA poderá matricular-se para continuidade de estudos após conclusão de bacharelados e licenciaturas interdisciplinares, ou cursos que possuam mais de uma habilitação, modalidade ou ênfase.

3.6 Perfil Profissional do Egresso

O profissional formado no Curso de licenciatura em Informática Educacional da UFOPA estará apto para atuar com a Informática Educacional em conformidade com a legislação vigente. Desta maneira, são competências deste profissional: Atuar como profissional da educação na mediação das tecnologias como sujeito que ensina e aprende continuamente; Apropriar-se de conhecimentos tecnológicos para ambientes educacionais; construir e reconstruir a partir das tecnologias propostas pedagógicas para as diversas disciplinas do currículo escolar; desenvolver ferramentas tecnológicas e/ou produções que potencializem o processo das políticas dos sistemas escolares de gestão; analista consultor em secretarias de educação, instituições de ensino ou em empresas privadas que atuam no ramo das tecnologias educacionais; gestor de tecnologias em instituições governamentais ou de serviços que atuam na elaboração e execução de projetos na área de Ensino à Distância; pesquisador em instituições de ensino e/ou empresas na área de informática na educação; coordenador de equipes técnicas para construção de ambientes de aprendizagem informatizados.

Houve o cuidado por parte do NDE e do colegiado do curso de garantir a convivência com as diversas dimensões da profissão do profissional de Informática Educacional, dando-se ênfase, por razões explicitadas na justificativa deste PPC, à docência na Educação básica e tecnológica, na Gestão e em organizações de desenvolvimento de produto tecnológico.

Ademais, espera-se que, com a vivência formativa e o envolvimento nas várias dimensões que compõem o percurso formativo, o licenciado em Informática Educacional realize-se como um profissional que atua com ética e compromisso, lutando por uma sociedade justa, equânime e igualitária; promova a aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; reconheça e respeite as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; relacione as diversas formas de expressão e de comunicação nos processos didático-pedagógicos; promova relações de cooperação entre instituição educativa, família e comunidade; demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças e identifique problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, visando contribuir para superação de exclusões e preconceitos de ordem social, étnico-racial, cultural, religiosa, linguística e de pessoas com deficiência; Desenvolva trabalho em equipe, de forma cooperativa e colegiada; realize pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre ensinar e aprender em diferentes meios socioculturais; sobre propostas curriculares e sobre organização, acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho e práticas pedagógicas; tenha disposição para estudar e aplicar criticamente o conhecimento que daí advém; e que, obviamente conheça e valorize as determinações legais próprias da profissão do Profissional de Informática Educacional e que no exercício profissional lhe caiba implantar, executar, e avaliar.

3.7 Competências e Habilidades

A formação de profissionais capazes de atuar na educação básica na perspectiva da melhoria da qualidade dos processos de ensinar e de aprender no âmbito da área de Computação e que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade e, em particular, da educação. Tal profissional deverá ser capaz de:

- articular e inter-relacionar teoria e prática;

- assegurar a integração entre os saberes específicos da disciplina objeto de estudo e a dimensão pedagógica;
- conhecer e respeitar o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- ter atitude crítica, ética e humanística no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- atuar no Ensino Básico e Profissional;
- ser capaz de gerar inovações nos processos de ensino e aprendizagem, agindo como agentes integradores entre as diversas disciplinas da formação do estudante, utilizando os avanços da Informática;
- aplicar a informática, de maneira criativa e efetiva, nos processos de planejamento e gestão do ensino e aprendizagem nas escolas e organizações;
- atuar nos diferentes contextos de ensino formal e não formal;
- contribuir para a produção de conhecimentos e para a docência multidisciplinar e especializada na área de Informática Educacional;
- promover a aprendizagem criativa, colaborativa e de comunicação e expressão como princípios indissociáveis da prática educativa;
- conduzir o processo na busca de soluções, com a consciência ética do papel do profissional de Informática Educacional na sociedade, no cenário regional e nacional;
- possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos;
- assimilar os novos conhecimentos científicos e/ou educacionais e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político;
- ter condições de reconhecimento e identificação de problemas que possam ser tratados com o suporte computacional de maneira multi, inter e transdisciplinar;
- gerar inovações nos processos de ensino aprendizagem;
- compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da Informática na sociedade;
- conhecer e vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de Informática Educacional;

- assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania.

Para o desenvolvimento e aquisição das competências, atitudes e habilidades acima descritas é importante a existência de uma articulação entre os trabalhos desenvolvidos, no âmbito do curso, relacionados à graduação (oferta de disciplinas, monitorias, iniciação à docência), pesquisa (inserção em grupos e projetos de pesquisa em andamento, no curso) e extensão (participação de atividades internas e externas à instituição/curso), tendo em vista a oportunidade de oferecer aos alunos o desenvolvimento e aprimoramento das características citadas anteriormente.

As ações a seguir, em efetiva operação no curso, contribuem para o desenvolvimento, em termos de fortalecimento e amadurecimento dos aspectos profissionais necessários e exigidos quando do exercício da profissão:

- Programa de Monitoria;
- LANTED – Laboratório de Aplicações com as Novas Tecnologias Educacionais;
- LabIn 01 e LabIn 03 – Laboratórios de Informática (Uso didático);
- LabIn 02 – Laboratório de Informática Aplicada ao Ensino de Matemática e Física;
- LEPCEX– Laboratório de Ensino do Programa de Ciências Exatas;
- Grupos de Pesquisa OFICIBER;
- Projetos de Pesquisa em Andamento;
- Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA);
- Programas do PIBIC, PIBID e Clube de Ciências;
- PROEXT e outros Projetos de Extensão em Andamento.

3.7.1 Campo de Atuação do Profissional

Os profissionais formados neste curso atuarão na Educação Básica, compreendendo o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e no Ensino Médio, ministrando aulas de Informática Educacional e gerenciando espaços tecnológicos voltados para o ensino e aprendizagens educacionais. Também poderão trabalhar na produção de material didático envolvendo tecnologias de comunicação e informação para atender as demandas oriundas das diferentes

organizações da sociedade civil e das empresas pertinentes a seu campo de atuação, além de poder atuar no ensino superior com a devida qualificação no nível *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

3.8 Progressão Acadêmica

7

O percurso acadêmico do curso de **Licenciatura em Informática Educacional** da UFOPA se inicia com um semestre interdisciplinar, que é comum a todos os Cursos da Instituição, e oferecido pelo Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Neste primeiro semestre o estudante terá oportunidade de participar de discussões de conhecimentos gerais e importantes enquanto formação pessoal e profissional, tais como: evolução do conhecimento, temas de interesse da região amazônica, organização de projetos, lógica, estudos sociológicos, filosóficos etc.

A partir do segundo até o oitavo semestre, quando o estudante estiver no Instituto de Ciências da Educação (ICED) ele cursará as disciplinas pedagógicas concomitantemente com os componentes curriculares de aprofundamento do curso, desta forma o aluno terá em seu percurso acadêmico componentes de formação pedagógica e específica onde terá uma base tanto de cunho educacional quanto técnica, o que irá subsidiar o desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso (TCC).

No sexto, sétimo e oitavo semestres serão oferecidos componentes curriculares inerentes ao núcleo de aprofundamento e, principalmente, as atividades de desenvolvimento do TCC. Nesta trajetória, o curso oferece de modo transversal e nas atividades complementares diversos componentes curriculares, que contemplam às políticas de Educação em Direitos Humanos conforme disposto no parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012, que originou a Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012. Essas disciplinas são trabalhadas no primeiro semestre (CFI) (Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Seminários Integradores, Interação na Base Real, Estudos Integrativos da Amazônia e Ética) e 7º semestre (Educação e Relações Étnico-raciais); além de palestras, oficinas, mini cursos e seminários do Instituto e da Instituição computados como atividades complementares.

Cabe também destacar as ações afirmativas da instituição que são instrumentos que concretizam a garantia dos direitos humanos fundamentais, por meio de ações de política

institucional, assim como de processo seletivo especial (PSE), o acesso de alunos indígenas e quilombolas aos cursos de graduação e pós graduação na UFOPA.

Nesse contexto as políticas de Educação em Direitos Humanos está assegurada na trajetória acadêmica dos licenciandos do curso de LIE, considerando uma formação pautada na inclusão social e nos valores culturais e específicos do referido curso.

O curso será desenvolvido entre 15 a 17 semanas por semestre, de acordo com o turno, totalizando uma carga horária semestral que varia de 225 a 465 horas, sendo que até 20% dessa carga horária serão destinadas a atividades semipresenciais, amparada na Portaria Nº 1.134 do Ministério do Estado da Educação, de 10 de outubro de 2016 e no parecer CNE/CES Nº 281/2006, publicado no DOU em 09/07/2007. Ao longo do Curso o estudante terá que cumprir 200 horas de atividades complementares, que poderão ser cumpridas com até 130 horas com disciplinas optativas do curso, além de poder cursar disciplinas eletivas em outro curso da UFOPA ou em outra instituição de ensino superior credenciada pelo MEC, complementando com outras atividades.

O curso oferecerá 40 vagas por ano, sendo que a cada ano o turno de entrada será alternando, entre tarde e noite. Na maior parte dos componentes curriculares do curso haverá carga horária destinada à prática de ensino, de modo que o discente exercite a articulação teoria-prática necessária à formação docente. O NDE será encarregado de verificar o andamento dessas atividades, periodicamente.

3.9 Componentes Curriculares

A organização curricular está apresentada abaixo, por semestre, com indicações das cargas horárias teóricas, de prática de ensino e Estágio.

3.9.1 Componentes Curriculares Obrigatórias

A seguir, os quadros mostram o percurso acadêmico por semestre/disciplina/carga horária que o discente deverá cumprir do início ao término do Curso. Em relação à Carga Horária (C.H.), observamos sua distribuição em Teoria (T) e Prática (P).

1º SEMESTRE					
NÚCLEO	DIMENSÃO	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
			T	P	Total
NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS	FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR I	Estudos Integrativos da Amazônia	60	15	75
		Origem e Evolução do Conhecimento	60	15	75
		Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.	60	15	75
		Lógica, Linguagem e Comunicação.	45	45	90
		Interação na Base Real	10	35	45
		Seminários Integradores I	-	40	40
		TOTAL		235	165

2º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Língua Brasileira de Sinais	60	15	75
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60	15	75
	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	45	15	60
	Política e Legislação Educacional	60	15	75
	Fundamentos da Informática Educativa	60	15	75
	Seminários Integradores II	-	25	25
	TOTAL		285	100

3º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	História da Educação Brasileira	45	15	60
	Sociologia da Educação	45	15	60
	Tecnologias Educacionais	20	10	30
	Análise e Expressão textual - Hipertextos	30	10	40
	Filosofia da Educação	45	15	60
	Teorias do Currículo	45	15	60
	Introdução à Computação	60	15	75
	Seminário de Pesquisa Educacional	-	30	30
	TOTAL		290	115

4º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Legislação Aplicada à Educação Básica	45	15	60

	Algoritmos e Linguagem de Programação I	60	15	75
	Mídias e Tecnologias Digitais em Espaços Escolares	60	15	75
	Didática e Formação Docente	45	15	60
	Pedagogia em Ambientes não Escolares	20	10	30
	História da Amazônia e Educação	20	10	30
	Multimídia e Hipermissão na Educação	45	15	60
	Seminário de Docência	-	30	30
	TOTAL	295	125	420

5º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
		FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Jogos digitais e Educação	45
	Didática e as Novas Tecnologias	60	15	75
	Gerenciamento de Laboratórios de Informática Educativa	60	15	75
	Algorítmicos e Linguagem de Programação II	60	15	75
	Estágio I – Informática Educativa em Ambientes Escolares (Ensino)	50	100	150
	Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional	-	30	30
	TOTAL	275	190	465

6º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
		FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Fundamentos de Engenharia de Softwares Educacionais	60
	Educação Ambiental	20	10	30
	Prototipagem Básica e Robótica Educacional	60	15	75
	Fundamentos da EAD	60	15	75
	Seminário de Informática Educativa	-	15	15
	TCC – Projeto	10	15	25
	Estágio II – Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa/Ensino Médio	50	100	150
		210	115	445

7º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
		FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Produção de Projetos em Informática Educativa	45

	Objetos Digitais de Aprendizagem	45	15	60
	Educação e Relações Étnico-raciais	60	15	75
	Educação Especial	45	15	60
	Seminário de Software Educativo	-	15	15
	TCC II – Atividade Orientada	10	15	25
	Estágio III – Estágio em Ambientes Virtuais de Aprendizagem/Ambientes não Escolares	30	70	100
	TOTAL	235	175	410

8º SEMESTRE				
	DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS	C.H. (horas)		
		T	P	Total
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Educação Especial e Acessibilidade Digital	45	15	60
	Tópicos Especiais em Educação, Comunicação e Cultura	45	15	60
	Internet e Educação	30	10	40
	Realidade Virtual como Ferramenta educacional	30	10	40
	Seminário de Apresentação de TCC	-	25	25
	TOTAL	140	85	225

DISCIPLINAS OPTATIVAS	C.H. (horas)		
	T	P	Total
Análise Expressão Textual – Hipertextos	30	10	40
Jogos Digitais e Educação	45	15	60
Realidade Virtual como Ferramenta Educacional	30	10	40
Tópicos Especiais em Educação, Comunicação e Cultura	45	15	60
Internet e Educação	30	10	40
TOTAL	180	60	240

3.10 Matriz Curricular

F1 - CFI	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E DE APROFUNDAMENTO DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL – ICED						
	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE
Estudos Integrativos da Amazônia 75 h/a	Libras 75 h/a	História da Educação Brasileira 60 h/a	Legislação Aplicada a Educação 60 h/a	Didática e as Novas Tecnologias 75 h/a	Fundamentos de Engenharia de Software Educacionais 75 h/a	Educação Especial 60 h/a	Internet e Educação 40 h/a
Origem e Evolução do Conhecimento 75 h/a	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	Sociologia da Educação 60 h/a	Algoritmos e Linguagem de Programação I	Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa	Educação Ambiental 30 h/a	Produção de Projetos em Informática Educativa 75 h/a	Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura

	60 h/a		75 h/a	75 h/a			60 h/a
Sociedade Natureza e Desenvolvimento 75 h/a	Política e Legislação Educacional 75 h/a	Introdução a Computação 75 h/a	Mídias e Tecnologias Digitais em Espaços Escolares 75 h/a	Jogos digitais e Educação 60 h/a	Fundamentos de Educação a Distância (EAD) 75 h/a	Objetos Digitais de Aprendizagem 60 h/a	Educação Especial e Acessibilidade e Digital 60 h/a
Lógica, Linguagem e Comunicação 90 h/a	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação 75 h/a	Filosofia da Educação 60 h/a	Didática e Formação Docente 60 h/a	Algoritmos e Linguagem de Programação II 75 h/a	Prototipagem e Robótica Educacional 75 h/a	Educação e Relações Étnico-raciais 75 h/a	Realidade Virtual como Ferramenta Educacional 40 h/a
Interação na Base Real - IBR 45 h/a	Fundamentos da Informática Educativa 75 h/a	Teorias do Currículo 60 h/a	Pedagogia em Ambientes não Escolares 30 h/a				
		Tecnologias Educacionais 30 h/a	História da Amazônia e Educação 30 h/a				
		Análise e Expressão Textual - Hipertextos 40 h/a	Multimídia e Hiperídia na Educação 60 h/a				
360 horas	360 horas	385 horas	390 horas	285 horas	255 horas	270 horas	200 horas
2.505 HORAS							
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES - 210 HORAS							
Seminário Integradores I 40 h/a	Seminários Integradores II 25 h/a	Seminário de Pesquisa Educacional 30h/a	Seminário de Docência 30 h/a	Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional 30 h/a	Seminário de Informática Educativa – 15 h/a	Seminário de Software Educativo 15 h/a	Seminário de Apresentação de TCC 25 h/a
ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS- 400 HORAS							
				Estagio I - Informática Educativa em Ambientes Escolares: Educação Infantil e Ensino Fundamental 150 h/a	Estagio II - Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa e Ensino Médio 150 h/a	Estagio III - Ambientes Virtuais de Aprendizagem / Ambientes não Escolares 100 h/a	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC - 50 HORAS							
						TCC Projeto 25 h/a	TCC II – Atividade orientada 25 h/a
ATIVIDADES COMPLEMENTARES – 200 HORAS							
CARGA HORÁRIA PRÁTICA – 1.070 HORAS							
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – SOMA DE CARGA HORÁRIA DOS SEMESTRES							

1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
400 HORAS	385 HORAS	415 HORAS	420 HORAS	465 HORAS	445 HORAS	410 HORAS	225 HORAS
CARGA HORARIA TOTAL = 3.365 HORAS							

Figura 4. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Informática Educacional

Fonte: UFOPA/LIE(NDE)

3.11 Ementário e Bibliografia

DISCIPLINA: Estudos Integrativos da Amazônia	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: Amazônia: conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecologia, ecossistemas e povos na Amazônia. Interação Homem-Ambiente. Formação histórica, econômica e social da Amazônia. Conflitos Sociais. Serviços socioambientais da Amazônia. Economia da Natureza.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAPOBIANCO, J. P.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L. P. (Orgs.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2001. SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. Amazônia: a floresta e o futuro – Origens: formação geológica, surgimento da floresta e a ocupação humana. Revista Duetto. Edição nº 1. SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. Amazônia: a floresta e o futuro – Tesouros: biodiversidade, recursos naturais, minérios e petróleo. Revista Duetto. Edição nº 2. SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. Amazônia: a floresta e o futuro – Destinos: desmatamento ou desenvolvimento sustentável? Revista Duetto. Edição nº 3.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: VALER, EDUA e INPA, 2007. BECKER, Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: oficina de Textos, 2008. BENCHIMOL, Samuel. Amazônia formação social e cultural. Manaus: Valer, 2009. CLEMENT, Charles Roland; VASCONCELOS DA FONSECA, Claudio Ruy. Biodiversidade amazônica: Valor, potencialidades e riscos. In: Val, Adalberto L.; Santos, Geraldo M. (org.). Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. Manaus: INPA, 2008, p. 127-152. PEREIRA, Denys; SANTOS, Daniel.; VEDOVETO, Mariana; GUIMARÃES, Jayne; VERÍSSIMO, Adalberto. Fatos florestais da Amazônia. Belém: Imazon, 2010. FEARNSIDE, Philip M.. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. In: <i>Acta Amazônica.</i> [online]. 2006, vol.36, n.3, pp.395-400. ISSN</p>	

<p>0044-5967. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672006000300018>.</p> <p>FONSECA, Ozório. Pensando a Amazônia. Manaus: Valer, 2011.</p> <p>MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Quando o Amazonas corria para o Pacífico. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.</p> <p>MORAN, Emílio. A ecologia humana das populações humanas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990.</p> <p>SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Ed. Valer, 2009.</p> <p>TUNDISI, José Galizia. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. Estudos Avançados, 21 (59): 109-117, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a08v2159.pdf></p>	
--	--

DISCIPLINA: Origem e Evolução do Conhecimento	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: Introdução ao conhecimento da filosofia e do desenvolvimento das ciências – em seus aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e de lógica formal – e promoção da integração do conhecimento e da construção interdisciplinar; abordagem sobre o conhecimento empírico e tradicional; exame das complementaridades entre o conhecimento científico tradicional e as possibilidades do diálogo dos saberes.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRAGA, Tony Marcos Porto. Conhecimento Tradicional: conceitos e definições. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.</p> <p>DIAS, Elizabeth de Assis. Filosofia da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.</p> <p>ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a Ciência. 16ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/PUC, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>EPSTÉIN, Richard; CARNNIELI, Walter. O pensamento crítico: o poder da lógica e da argumentação. Editora Rideel, 2009, 384 p. ISBN: 978853391472 – 8.</p> <p>VARGAS, João Tristan. Pesquisa, reflexão, extensão: tipos de questões. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.</p> <p>GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. 1a. ed., 3ª impressão, São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Editora Cortez, 2001.</p> <p>LOPES, Alexandre Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 2005.</p>	

DISCIPLINA: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: Sociedade, diversidade cultural, economia e política. Estado, relações de poder e desenvolvimento. Relações sociedade-natureza e a questão</p>	

ambiental.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; SILVA, Hilton P. Diversidade Biocultural: conversas sobre antropologia(s) na Amazônia. In: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impresos. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 133-149.</p> <p>CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impresos. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41.</p> <p>MOURA, Josilda Rodrigues da Silva de; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Geografia do Brasil. In: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impresos. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 79-98.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: Revista Economia Aplicada, n. 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.</p> <p>BUENO, Eduardo. Brasil: uma história. Cinco séculos de um país em construção. São Paulo, Editora Leya, 2010.</p> <p>BURZSTYN, M. (Org.). A Díficil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2001.</p> <p>BURSZTYN, M.A.A.; BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: a biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E.P. e VIANA, J.N.S. Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.</p> <p>CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.</p> <p>CASTRO, Edna. Políticas de Ordenamento Territorial, Desmatamento e dinâmicas de fronteira. In: <i>Novos Cadernos Naea</i>. v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007, ISSN 1516-6481. Disponível: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/100/155></p> <p>CECHIN, Andrei. A Natureza como Limite da Economia: a Contribuição de Nicholas Georgescu Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/ Edusp, 2012.</p> <p>LARAIÁ, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.</p> <p>LOPES, Alexandre Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 2005.</p> <p>MARCIONILA Fernandes, Lemuel Guerra. (Org.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. Belém: Editora UNAMAZ, 2003.</p> <p>MORAES, Antonio Robert. Meio ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, 40 SP: Annablume, 2005.</p> <p>RENTE, Andréa Simone Gomes. Economia e Meio Ambiente: uma discussão introdutória. Revista Perspectiva Amazônica, das Faculdades Integradas do Tapajós – FIT. Ano 1. Vol. 1. Santarém, Pa, Janeiro de 2011, p. 29-40.</p> <p>SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p> <p>SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.</p>	

<p>SENE, E. Globalização e Espaço Geográfico. São Paulo, SP: Contexto, 2004.</p> <p>STEINBERGER, Marília (Org.). Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais. Brasília, DF: Ed. Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.</p> <p>VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.</p>	
--	--

DISCIPLINA: Lógica, Linguagem e Comunicação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 45h
	TOTAL: 90h
<p>EMENTA: Tecnologias da Informação e da Comunicação: Conceito de Tecnologia. Aspectos sociais e políticos implicados no controle e acesso à informação. Padrões tecnológicos e controle de espectros. Tecnologias de Informação Contemporâneas. Reflexões sobre usos e apropriações das TIC nos processos de ensino-aprendizagem e suas possibilidades para a construção do conhecimento na cultura digital. Serviços, ambientes e evolução de padrões e técnicas na internet: Histórico, WEB 2.0, redes sociais e blogosfera, compartilhamento e disseminação de informação, criação e produção de conteúdos digitais. Implicações das redes digitais para a convergência e massificação cultural. Semiótica/Português: Introdução à Semiótica: produção do significado e sentido, linguagem e comunicação. Construção do pensamento lógico, Lógica Formal. *Matemática e Estatística: Matemática Elementar. Introdução à Estatística: descritiva e inferencial.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>RUGGIERO, M.A.G; LOPES, V.L.R. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais. Makron Books, 1996.</p> <p>MOURA, R. D. Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital na perspectiva dos povos da floresta. In: RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília-DF, v. 10, n. 21, p.577-597, 2013. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/viewFile/938/635>.</p> <p>LAUDON, K. C. Sistema de Informação com Internet. Rio de Janeiro: Ltc, Ed. 4, p. 65,1999.</p> <p>PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org). Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador, BA: EDUFBA, p. 228, 2008.</p> <p>Bonilla, Maria Helena Silveira. PRETO, Nelson de Luca. (orgs). Inclusão Digital Polêmicas contemporâneas. Edufba. Salvador. 2011</p> <p>RIFIOTI, Theophilos; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, Juciano de S. SEGATA, J. (Orgs). Antropologia no Ciberespaço. Florianópolis. Editora UFSC. 2010</p> <p>SÁÁGUA, J. Lógica, Linguagem e Comunicação. Cadernos Universitários, ISBN: 9789727723669, Ed. Colibri. 2002.</p> <p>WOLTON, Dominique. Tradução de isabel Crossetti. Internet e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre. Sulina, 2007.</p> <p>MARTINS, Francisco Menezes. Impressões digitais: Cibercultura, comunicação e pensamento contemporâneo. Porto Alegre. Sulina. 2008</p> <p>IEZZI, G, Fundamentos de matemática elementar, Vol. 11 - Matemática comercial, Matemática financeira, Estatística Descritiva, Ed. 1, 2004.</p> <p>FIGUEIREDO, L. M., OLIVERO, M., ORTEGOZA, M. Elementos de Matemática e Estatística. Fundação Cecierj, V. 1, Ed. 3, 2008.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LESSIG, Lawrence. Free Culture: The nature and future of creativity. New York: Penguin Books, 2004.</p>	

<p>MORAIS, Denis de. Sociedade Midializada. (org) MORAIS, Denis de. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.</p> <p>RUSHKOFF, Douglas. Cyberia: Life in the Trenches of Hyperspace. San Francisco: Clinamen, 1994.</p> <p>RAGWEL, R. Passado e futuro da era da Informação. Nova Fronteira, 1999.</p> <p>RIFKIN, J. A era do acesso. Markon Books, 2001.</p> <p>RUSHKOFF, Douglas. Um jogo chamado futuro. Rio de Janeiro: Revan, 1999.</p> <p>Albagly, S. Informação para o desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. Brasília: Ciência da Informação, 1995.</p> <p>ARAÚJO, Ronaldo Lima; Gomes, Socorro. Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária. São Paulo: Revista Princípios, 2007.</p>	
---	--

DISCIPLINA: Interação na Base Real	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 10h
	Prática: 35h
	TOTAL: 45h
<p>EMENTA: Definição dos projetos e sua discussão junto aos grupos de alunos analisando a realidade da base física local nas diversas comunidades: leituras e preparação dos temas; abordagens teóricas e métodos de estudo; comunicação, por meio da exposição de painéis ou comunicações orais referentes aos resultados da experiência; participação no evento científico; exame das complementaridades entre o conhecimento científico tradicional e das possibilidades do diálogo dos saberes.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. Editora Atlas, 10ª Ed. 2010.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas, 5ª Ed. 2010.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas, 7ª Ed. 2010.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia Para Eficiência nos Estudos. Editora Atlas, 6ª ed. 2011.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Editora: Cortez, 23ª ed. 2013.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Contexto, 2009.</p> <p>IANNI, O. A sociedade global. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>SORJ, Bernardo. A Democracia Inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdades sociais. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Seminários Integradores I	CARGA HORÁRIA
	Teórica: -
	Prática: 40h
	TOTAL: 40h
<p>EMENTA: A atmosfera, a Terra e seus ambientes: formações e interações. Clima Global e Local. Biosfera, Biomas e Biodiversidade Amazônica. Interações Aquático-Florestais e Conservação de Bacias Hidrográficas. Sociedades e Culturas Amazônicas. Fundamentos de Planejamento e Gestão. Gestão territorial das cidades. Ética, sociedade e cidadania. Legislação e</p>	

proteção da diversidade ambiental e cultural. Educação Saúde e Meio Ambiente. Educação Ambiental.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; LEWIS, Julian; RAFF, Martin; ROBERTS, Keith; WATSON, James D. Biologia Molecular da Célula. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2009. AYOADE, J, O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. 2ª edição. 1988. LAMEIRÃO, Soraia Valéria de Oliveira Coelho; Carvalho, Ednéa do Nascimento. Seminários Integradores. São Paulo: Acquerello, 2012.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALBAGLY, S. Informação para o desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. Brasília: Ciência da Informação, 1995. ARAUJO, Ronaldo Lima; Gomes, Socorro. Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária. São Paulo: Revista Princípios, 2007. BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. S. (Org.). Amazônia: natureza e sociedade em transformação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 304 p. LOPES, Alexandre Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 2005. CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.</p>	

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60
	Prática: 15
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: Discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-publicacaooriginal-1-pl.html> _____. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html> GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol.1.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2</p>	

<p>QUADROS, R. M. Educação de Surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>WERNECK, C. Ninguém mais vai bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.</p> <p>VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p> <p>SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1999.</p>	
--	--

DISCIPLINA: Política e Legislação Educacional	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: O estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LIBÂNEO, José Carlos et. al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação como Política Pública. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). Política educacional: impasses e alternativa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL Constituição da Republica Federativa do Brasil. 44ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015. _____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 263 PDF). Disponível em: <bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_12ed.pdf?sequence=37>. FREITAG, Bárbara. Escola estado e sociedade. São Paulo: Centauro, 2005. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. Galeno de Freitas. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. ARAÚJO, Ronaldo Lima; Gomes, Socorro. Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária. São Paulo: Revista Princípios, 2007. SAID, Edward W. O Papel da Cultura nos Movimentos de Resistência. In: SAID, Edward W. (Org.). Cultura e Resistência: entrevistas do Intelectual Palestino Edward W. Said a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.</p>	

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: O pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. 19ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.</p>	

<p>PAVIANE, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. 5ª Ed. Petrópolis, 1990.</p> <p>PINTO, Álvaro Vieira, Sete Lições sobre Educação de adultos. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Coleção Educação Contemporânea.</p> <p>PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1988.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>GILES, Thomas Ransom. Filosofia da Educação. São Paulo: EPU, 1983.</p> <p>GHIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2006, 222 p.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A crise do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009, 133 p.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A Educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008, 77 p.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 2006.</p>	

DISCIPLINA: Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: Cultura e constituição do indivíduo. Os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano sob o enfoque psicológico no contexto cultural. Principais teorias e implicações no processo educacional. O espaço escolar e a construção do conhecimento. O contexto educacional brasileiro: modelos de intervenção e campo de pesquisa.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BENTHAM, Susan. Psicologia e Educação. São Paulo, Loyola, 2006, Brasil. Luciana Moreira Pudenzi(Trad.).</p> <p>BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo (Org.). Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1986.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na Educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>JOSÉ, Elizabete da Assunção; COELHO, Maria Tereza. Problemas de Aprendizagem. 12ª ed. São Paulo, Ática, 2008.</p> <p>MAHONEY, Abigail A.; ALMEIDA, Laurinda R. A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>MOLL, Luis C. Vigotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sóciohistórica. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro e PALÁCIOS, Jesús & colaboradores. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed. Porto Alegre, Artmed, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Fundamentos da Informática Educativa	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h

<p>EMENTA: Histórico da informática na educação brasileira. Evolução e tendências da educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. As mídias e tecnologias digitais na construção do conhecimento. A formação do profissional docente para a sociedade informatizada. Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação. São Paulo: Ed. Érica, 2004. FAGUNDES, L. SATO, L. MAÇADA, D. Aprendizes do futuro: as inovações já começaram. Coleção informática para a mudança na educação à Distância. MEC, MCT, 1999. OLIVEIRA, Ramon de Informática educativa: dos planos e discursos às salas de aula. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORAES, Raquel de Almeida. Informática na Educação. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2000. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007, 141 p. TAJRA, S. F. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 3ªed. São Paulo: Érica, 2001. FERREIRA, A. L. D. Informática educativa na educação infantil: Riscos e Benefícios. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, 2000. Monografia (Especialização em Informática Educativa). Disponível em: <http://www.multimeios.ufc.br/arquivos/pc/monografias/Monografia_lucia.pdf>. SANDHOLTZ, Judith Haymore; Ringstaff, Cathy; Dwyer, David C. “Ensinando com Tecnologia - Criando Salas de Aula Centradas nos Alunos”. Traduzido por Marcos Antônio Girardo Domingues. Porto Alegre: ArtMed, 1997, 196 p. CASTELLS, Manuel. (2003) “A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura”. v.1. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2011. SANTOS VIEIRA, Fábila Magali. Gerência da Informática Educativa: segundo um pensamento sistêmico. Disponível em: <http://www.connect.com.br/~ntemg7/gerinfo.htm> (nov/2002). VALENTE, José Armando. "Informática na educação: a prática e a formação do professor". In: Anais do IX ENDIPE, Águas de Lindóia, 1998 p. 1-1. Disponível em: <http://endi.pe.br/site/eventos-antigos/>. XAVIER, 2007. Xavier, Antonio Carlos. As tecnologias e a aprendizagem (re) construcionista do Século XXI. Hipertextus. Revista Digital. Vol1, 2007. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume1/artigo-xavier.pdf>. HERNÁNDEZ, F. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. JONASSEN, D. O uso das tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista. Em Aberto, Brasília, ano 16, n. 70, abr/jun. 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2082/2051> LÉVY, P. Cibercultura. 3ªed. São Paulo. Editora 34. 2010. MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. 9ª ed. São Paulo: Campinas: Papirus, 2003. TEDESCO, J. C. (Org.). Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004. 255 p.</p>	

	Teórica: -
	Prática: 25h
	TOTAL: 25h
EMENTA: Integração dos conteúdos da formação interdisciplinar, com ênfase na formação do professor. As formas de realização da educação escolar. Perspectivas de articulação entre as áreas do saber. O fazer pedagógico e a pesquisa em educação. Programas de aproximação universidade-escola.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor . Porto Alegre: ARTMED, 2006. MATOS, J. C. Professor reflexivo: Apontamentos para o debate . In: GERALDI, C. M. C et al (orgs.). Cartografia do trabalho docente . Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1999. p. 277-306. DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Revista Brasileira de Educação. n. 18. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez. 2001. p. 35-40. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04.pdf >	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. Pátio , Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p. 12-15. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. Pátio , Ano XI, nº 43. Histórias de vida e aprendizagem - ago/out, 2007, p.08-11. SILVA. A. M. M. Escola pública e a formação da cidadania: possibilidades e limites . Disponível em: < www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/br/pe/teseaida.pdf >. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber . 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente . São Paulo: Martins Fontes, 1994.	

DISCIPLINA: História da Educação Brasileira	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
EMENTA: O Estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação . 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. LOPES, E. M. T. FARIA FILHO, L. M. VEIGA, C. G. (org.) 500 anos de educação no Brasil . 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar . 13 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1993.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GATTI, Décio. PESSANHA, Eurize. História da educação, instituições e cultura escolar. Conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações . Campinas, SP, Autores Associados; Uberlândia, MG, EDUFU, 2005. p. 71-90. ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil . 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: Moderna. 2006.	

<p>XAVIER, Maria Elizabete. RIBEIRO, Maria Luisa e NORONHA, Olinda Maria. História da educação: a escola no Brasil. 1ª ed. São Paulo: FTD, 1994.</p> <p>REVISTA Brasileira de Educação (ANPED). nº 14, mai/jun/jul/ago de 2000. São Paulo: Autores Associados, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>.</p> <p>LUZURIAGA, L. História da educação pública. 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.</p>	
---	--

DISCIPLINA: Sociologia da Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: A importância da Sociologia da Educação na formação do professor. As principais correntes sociológicas e sua aplicação na educação. As teorias sociológicas da educação. Os movimentos sociais e a educação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. COMTE, Auguste. Sociologia - conceitos gerais e surgimento. In: MORAES, Evaristo de (Org.) Comte. Sociologia. 3ª. ad. São Paulo: Ed. Ática, 1989. DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e Cidadania. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 4ªed. São Paulo: Moderna, 1987. ENGUITA, Mariano F. Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 315 p. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994. GOMES, Cândido. A educação em perspectiva sociológica. 4ª ed. São Paulo: EPU, 2010.</p>	

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: As concepções filosóficas e suas implicações na educação. Compreensão filosófica das interações mundo-homem-sociedade-educação. As ideias pedagógicas no Brasil e sua relação com as teorias educacionais. Posicionamento ético-estético-político e epistemológico do educador. Filosofia e Pesquisa em Educação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ARANHA, Maria L. de Arruda. Filosofia da educação. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. BOSI, A. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 6ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 2012.</p>	

<p>AYER, Alfred J. As questões centrais da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>DALBOSCO, Cláudio; CASAGRANDA, Edilson; MUHL, Eldon. (Orgs.). Filosofia e pedagogia: aspectos teóricos e temáticos. Campinas: Autores associados. 2008. Campinas, SP.</p> <p>LUZURIAGA, L. História da educação pública. 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.</p> <p>DALBOSCO, Claudio A; CASAGRANDE, A. Edison; MUHL, Eldon H. (org). Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos. São Paulo: Autores Associados, 2008, 366 p.</p>	
---	--

DISCIPLINA: Teorias do Currículo	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: Abordagem dos diversos conceitos de Currículo. Dimensões, fundamentação e aspectos legais do Currículo. Novas Diretrizes Curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A construção e implementação dos currículos e suas interligações com a cultura e a sociedade. Projetos de trabalho e o cotidiano escolar.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 2. Ed. Revisada. Porto Alegre: Arte Médica, 2006.</p> <p>CORRÊA, P. S. A. (Org.). A educação, o currículo e a formação de professores. Belém: EDUFPA. 2006. 280 p.</p> <p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez. 2006. 272 p.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>COSTA, Marisa Vorraber (Org.) O currículo nos limiares do contemporâneo. 3ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>GOMES, N. L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2008.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Multiculturalismo, currículo e Formação de Professores. In: Currículo: políticas e práticas. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1999.</p> <p>MOREIRA, A. F. B. Currículo: questões atuais. 18ª ed. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>SILVA, T. S. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de Currículo. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.</p>	

DISCIPLINA: Introdução à Computação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: História da Computação. Noções de utilização do computador. Conceitos básicos de sistemas. Conceito e funcionamento de hardware e software Componentes de um Sistema, diferenciação de Portes de Equipamentos. Aplicações de grande, médio e pequeno porte. Modos de Operação (Lote e Interativa), transferência de dados; ferramentas de usuários Mono-usuário, Multiusuário. O computador como ferramenta de ensino. Conceito de tipos e Níveis de Sistemas; Apresentação das principais áreas da computação. (Banco de Dados, Redes e Comunicação de Dados).</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>	

<p>JOHNSON, J. A.; CAPRON, H. L. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.</p> <p>GUIMARÃES A. de M.; LAGES, N. A. de C. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p> <p>MEIRELLES, F. de S. Informática: novas aplicações com microcomputadores. 2ª ed. Atual. e ampl. São Paulo: Makron, 1994.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BROOKSHEAR, J. G.: Ciência da Computação – Uma visão abrangente. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005;</p> <p>FEDELI, R. D.; POLLONI, E. G. F.; PERES, F. E.: Introdução à Ciência da Computação. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>BRAGA, W. Informática elementar: Windows XP, Word 2003, Excel 2003. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2007.</p> <p>CASTRO, C. M. Computador na Escola: Como levar o computador à escola. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus. 1988.</p> <p>NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 2008. xvii. 319 p.</p> <p>RAMALHO, J. A. A. Introdução à informática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2003.</p> <p>VELOSO, F. C. Informática: Conceitos Básicos. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Tecnologias Educacionais	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 20h
	Prática: 10h
	TOTAL: 30h
<p>EMENTA: Tecnologias e educação, história e perspectivas. A utilização das tecnologias (digitais) na educação. Estudo teórico-prático dos recursos computacionais aplicados na educação (aplicativos, internet, multimídia e outros). Aplicações dos recursos tecnológico no processo de ensino aprendizagem. Análise de experiências em curso.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>DEMO, Pedro. Educação hoje "Novas" Tecnologias, pressões e oportunidades. Editora Atlas. São Paulo, 2009.</p> <p>LEITE, Lígia Silva. (Org.). Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência, o futuro do pensamento na era da informática. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALAVA, Séraphin (org). Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais? Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002, 224 p.</p> <p>ALMEIDA, Fernando José. Educação e informática: os computadores na escolar. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>VALENTE, José Armando. Formação de Educadores para o uso da informática na escola. Campinas: UNICAMP/NIED, 2003.</p> <p>LLANO, José Gregorio. A informática educativa na escola. 1ª São Paulo: Ed. Loyola, 2006.</p> <p>PENTEADO, Miriam - BORBA, Marcelo C. A Informática em ação - formação de professores, pesquisa e extensão. 1ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.</p> <p>NISKIER, Arnaldo. Tecnologia educacional: uma visão política. Petrópolis: Vozes, 1993.</p>	

DISCIPLINA: Análise e Expressão Textual – Hipertextos	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 30h
	Prática: 10h
	TOTAL: 40h
EMENTA: Linguagem, análise do discurso e gêneros. O uso social da linguagem. A língua como fenômeno de interação. Textualidade e tipologia. Práticas de leituras e produção escrita de textos e hiperdocumentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DIAS, P. Hipertexto, hipermídia e media do conhecimento: representação distribuída e aprendizagens flexíveis e colaborativas na Web. In: Revista Portuguesa de Educação , Braga, v. 13, n.1, 2000. p. 141 – 167. Disponível em < http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/497/1/PauloDias.pdf >. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação . 4ª ed. São Paulo: Atual, 2013. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco P. Lições de Texto: leitura e redação . 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004. MARTINS, M. Helena. O que é Leitura . 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLETAR: COSTA VAL, M. da G. Redação e Textualidade . 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. CHARTIER, Roger. Práticas de Leitura . Tradução: Cristiane Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. DEMOLY, Karla Rosane do Amaral. Escritura na convergência de mídias . Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CINTED Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, 2008. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14667 >. DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros Textuais e Ensino . Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e Compreender: os sentidos do texto . 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos . 8ª ed. São Paulo: Pontes, 2009.	

DISCIPLINA: Seminário de Pesquisa Educacional	CARGA HORÁRIA
	Teórica: --
	Prática: 30h
	TOTAL: 30h
EMENTA: As bases da investigação científica em educação. Problemas metodológicos: Pesquisa qualitativa x pesquisa quantitativa; pesquisa-ação; levantamento, organização e validação de dados, Formulação dos problemas de investigação. Estabelecimento de referencial e pesquisa bibliográfica. A inserção do estudante em grupos de pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOOTH, W. C.; COLOMB, G.G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa . 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. MOREIRA, Antônio Flávio et al. Para quem pesquisamos, para quem escrevemos . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. MINAYO, M.C. Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 3ª ed. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês. B. Pesquisa no/do cotidiano das escolas:	

<p>sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>BROCHIER, Christophe. Algumas observações e proposições sobre a metodologia das pesquisas de sociologia empírica. In: Pro-Posições, v. 17, n. 1 (49) - jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/49_artigos_brochierc.pdf>.</p> <p>FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em:<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/revist.htm></p> <p>FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2012.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas, 5ª Ed. 2010.</p>	
--	--

DISCIPLINA: Legislação Aplicada à Educação Básica	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
EMENTA: Analisa diretrizes, resoluções e pareceres relacionados à educação básica. Estuda leis federais, estaduais e municipais complementares a LDB, aplicadas à educação basca.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>MENESES, João. et al. Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão. Leituras. São Paulo: Pioneira, 2004.</p> <p>Coletânea de toda legislação educacional de 2003 a 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=206651>.</p> <p>BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos et. al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4ª ed. Campinas: Cortez, 2004.</p> <p>CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico - compreensiva artigo por artigo. 21ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, R. P. e CATANE, A. M. Constituições estaduais brasileiras e educação. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. 134 p.</p> <p>OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2ªed. São Paulo: Xamã, 2007.</p> <p>CARVALHO, E. J. G. Políticas Públicas e gestão da educação no Brasil. Maringá: Eduem, 2012.</p>	

DISCIPLINA: Algoritmos e Linguagem de Programação I	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
EMENTA: Introdução a algoritmos: Conceitualização das formas de representação; Elementos básicos variáveis e constantes. Operadores, expressões e operações. Funcionalidade de uma linguagem de programação.	

<p>Entrada e Saída. Validação de entrada. Tipos de dados. Variáveis. Comandos de Controle: Uso de estruturas de decisão em algoritmos; Estrutura condicional. Uso de estruturas de repetição em algoritmos. Laços iterativos. Contadores. Estrutura sequencial. Tipos Estruturas de Dados: Vetores unidimensionais e multidimensionais; Desenvolvimento de algoritmos. Portugol como pseudo linguagem. Apresentação de uma linguagem de programação. Compilação, execução e Depuração de programas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MANZANO J. A. N. G.; OLIVEIRA J. F. O. Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 14.ed. São Paulo: Érica, 2002. KERNINGHAN, B. W.; RITCHIE, D. C. A. Linguagem de Programação. Rio de Janeiro: Campus, 2003. BENEDUZZI, Humberto Martins; METZ, João Ariberto. Lógica e Linguagem de Programação. Curitiba: Editora do Livro Técnico, p. 144, 2010.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASCENCIO, A. F. G. & CAMPOS, E. A. V. Fundamentos da Programação de Computadores – Algoritmos, Pascal, C, C++ e Java. 2ª. Edição. São Paulo: Pearson, 2008. DEITEL, P. & DEITEL, H. C: Como Programar. 6ª. Edição. São Paulo: Pearson, 2011. LOPES, A. & GARCIA, G. Introdução à Programação – 500 Algoritmos Resolvidos. Rio de Janeiro: Campus, 2002. FEOFILOFF, P. Algoritmos em Linguagem C. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. KERNIGHAN, B. W. & RITCHIE, D. M. C: A Linguagem de Programação ANSI. Rio de Janeiro: Campus, 1989.</p>	

<p>DISCIPLINA: Mídias e Tecnologias em Espaços escolares</p>	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: As mídias e tecnologias digitais como recurso tecnológico no processo de ensino/aprendizagem, formas de aplicação na educação, observação e análise de estudos e pesquisas realizadas e em realização no país em outras realidades. Experiências estruturadas pelo e para o aluno. Perspectivas da utilização das mídias e tecnologias digitais no sistema de ensino: aspectos psicológicos, sociais, políticos e pedagógicos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NEVES, C. M.; MEDEIROS, L. L. Uso Integrado de Mídias na Educação In: Salto para o Futuro. Debate: mídias na Educação. Boletim 24, nov. /dez. 2006. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CgmYNaOCFd4J:https://xa.yimg.com/kq/groups/19060759/1692429173/name/175900Midiaeducacao.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. BELLONI, M.L. Educação para a mídia: missão urgente da escola. Comunicação & Sociedade, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 36-46, 1991. BELLONI, M.L. O que é mídia-educação. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005. GONNET, J. Educação e mídias. São Paulo: Loyola, 2004.</p>	

<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: EISENBERG, José; LYRA, Diogo. A invasão brasileira do Orkut. Ciência Hoje, v. 38, n. 226, p. 30-35, 2006. FISCHER, Rosa Maria Bueno. Televisão & educação: fruir e pensar a TV. 3ª ed. Belo Horizonte: autêntica, 2006. FISCHER, R. M. B. Diante do real midiático: contribuições de Zizek, Arendt e Sontag aos estudos de recepção. In: CAPPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (Orgs.). A comunicação revisitada. Porto Alegre: Sulina, 2005a. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. LÉVY Pierre. As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.</p>	
---	--

DISCIPLINA: Didática e Formação Docente	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: O papel da Didática na formação do educador. Formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político-pedagógico. Tendências pedagógicas da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo ensino-aprendizagem e a avaliação. O contexto da prática pedagógica. A dinâmica da sala de aula. A construção de uma proposta de ensino-aprendizagem para o ensino de ciências, biologia e química. A vivência e o aperfeiçoamento da Didática na sala de aula.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEWEY, John. Vida e Educação. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MAKARENKO, Anton. Poema Pedagógico. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ALVES, Gilberto Luiz. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas. 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. CHATEAU, Jean. Os grandes pedagogistas. São Paulo: Companhia das Letras, 1978. COMENIUS. Didática Magna. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. HAIDT, Regina C. Cazaux. Curso de didática geral. São Paulo: Atica, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Pedagogia em Ambientes Não Escolares	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 20h
	Prática: 10h
	TOTAL: 30h
<p>EMENTA: Pedagogia: conceitos e dimensões sociopolíticos na estrutura de ambientes não escolares. Princípios e práticas pedagógicas no processo de Organização de Instituições e espaços sócio educativos. As dimensões do trabalho pedagógico: pedagogia social de rua; pedagogia em ambientes</p>	

empresariais. Pedagogia no ambiente de promoção de saúde e da melhoria de qualidade de vida.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. MATOS, Elizete Lúcia; MUGIATTI, Margarida Maria. Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 2ª ed. São Paulo: Wak, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar.2006. PORTO, Olívia. Psicopedagogia Hospitalar: intermediando a humanização na saúde. São Paulo: Wak, 2008. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Temas atuais em Pedagogia Empresarial. 3ª ed. São Paulo: Wak, 2010. VIEGAS, Drauzio (org.). Brinquedoteca Hospitalar: isto é humanização. 2ª ed. São Paulo: Wak, 2008.</p>	

DISCIPLINA: História da Amazônia e Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 20h
	Prática: 10h
	TOTAL: 30h
<p>EMENTA: As relações entre história e educação. A educação face ao processo de formação política, econômica e social da Amazônia. A história da Amazônia sob diversas perspectivas temáticas de análise, destacando o papel da escola na (re)construção de identidades.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BECKER, Bertha K. Amazônia. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1990. COLARES, Anselmo Alencar. Colonização, catequese e educação no Grão-Pará. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2005. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 15-66. LOUREIRO, Violeta. Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século. In: Revista Cocar. Universidade do Estado do Pará / Centro de Ciências Sociais e Educação. Belém: EDUEPA, 2007 (v. 1, n. 1, jan.-jun. 2007). p. 17-45. Disponível em <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/141/115> GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. 2 ed. Manaus: Valer, 2007. SOUZA, Márcio. História da Amazônia. 1ª ed. Manaus: Valer, 2009.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DAOU, Ana Maria. A belle epoque amazônica. 3ª ed. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. 286 p. HOORNAERT, Eduardo (org). História da igreja na Amazônia. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. IBAÑES, Maria Graciete Zaire. Poronga: Educação na floresta. Rio Branco: CTA, 1999. KRENAK, Ailton; AMÂNCIO, Osmarino. Aliança dos povos da floresta.</p>	

São Paulo: CEDI, 1989. MARTINS, Maria Lucia; FERREIRA, Djalcir. A lição da samaúma: Formação de professores da floresta. Rio Branco: Poronga, 1994.	
---	--

DISCIPLINA: Multimídia e Hiperemídia na Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 10h
	TOTAL: 60h
EMENTA: Conceituação. Sistemas multimídia/hiperemídia aplicados à educação. Arquitetura e aplicações multimídia/hiperemídia. Classificação. Dispositivos de entrada e saída em ambientes multimídia. Desenho e animação digital. Fundamentos do processamento de imagens. Fundamentos de animação. Fundamentos de processamento de som. Critérios de seleção de soluções multimídia. Utilização e Recursos de softwares de autoria. Ambientes Escolares e aplicações multimídia. Hipertexto.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUGAY, E. L.; ULBRICHT, V. R. Hiperemídia. 1ª ed. Florianópolis: Bookstore Livraria Ltda, 2000. FILHO, P., PÁDUA, W. Multimídia: Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2a. ed. 2011. ULBRICHT, Vania Ribas. (Org.). Ambientes Hiperemidiáticos: trilhando novos caminhos para a hiperemídia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LUCENA JUNIOR, Alberto. Arte da animação: técnica e estética através da história. 2ªed. São Paulo: Editora Senac, 2005. PADOVANI, S.; MOURA, D. Navegação hiperemídia: uma abordagem centrada no Usuário. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna. 2008. EICHLER, M. L.; Ambientes virtuais de aprendizagem. São Paulo: Empório do Livro. 2006. PAULA, W. P. Multimídia – Conceitos e Aplicações. 2ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2011 ULBRICHT, V. R. (Org.); PEREIRA, A. T. C. (Org.); SANTOS, Neri dos (Org.). Ambientes Hiperemidiáticos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. ULBRICHT, V. R.; BUGAY, Edson Luiz. Do Memex à Hiperemídia Adaptativa. In: PEREIRA, V. A. Multimídia Computacional: Planejamento, Produção, Planejamento & Distribuição. 1ª ed. Florianópolis: Book Store, 2001.	

DISCIPLINA: Seminário de Docência	CARGA HORÁRIA
	Teórica: -
	Prática: 30h
	TOTAL: 30h
EMENTA: Análise de questões relativas atividade da docência com base nas experiências de formação inicial, extensão e iniciação à docência. Reflexões sobre o cotidiano escolar e as dinâmicas de ensino e aprendizagem, especialmente a dimensão que incorpora os espaços escolares que ampliam a aula.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LARROSA, Bondía Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 19, 2002, p. 20-28. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf > MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação.	

<p>Maio/Jun/Jul/Ago 2003 n° 23. p.156-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação como cultura. São Paulo: Brasiliense. 1986.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: Revista latinoamericana de Ciências Sociais. Ano 1, n° 1 jun. 2008. Buenos Aire: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf> CORTESÃO, Luiza. O arco-íris na sala de aula? Processos de organização de turmas: Reflexões críticas. Lisboa: Editora: Instituto de Inovação Educacional. s/d. MORAIS, Regis. Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papyrus. 1986. PIMENTA, Selma Garrido. et al. Pesquisa colaborativa na escola como abordagem facilitadora para o desenvolvimento da profissão de professor. In: MARIN, Alda Junqueira. (Org.). Educação continuada. Campinas: Papyrus, 2000. PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. SMOLKA, Ana Luiza; GÓES, Maria Cecília. A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papyrus, 1993. VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, p.25-41, Jan/Jun 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf></p>	

DISCIPLINA: Jogos Digitais e Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
<p>EMENTA: O jogo como elemento da cultura. O jogo mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Aspectos educacionais dos jogos digitais comerciais. Gamificação. Fundamentos de game design. Modelos de integração de jogos digitais em situações didático-pedagógicas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAILLOIS, Roger. Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem. Lisboa: Edições Cotovia, 1990. MCGONIGAL, Jane. A realidade em jogo: por que os games nos tornam melhores e como eles podem mudar o mundo. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012. PRENSKY, Marc. Aprendizagem baseada em jogos digitais. São Paulo: Senac, 2012.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GEE, James Paul. What videogames can teach us about learning and literacy. New York: Palgrave Macmillan, 2003. JUUL, Jesper. Half-real: video games between real rules and fictional worlds. Cambridge: MIT Press Books; 2005. NEWMAN, James. Videogames. Londres: Routledge; 2004. SALEN, Katie. (Org.). The Ecology of Games: Connecting Youth, Games, and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. HUIZINGA, Johan. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 2008. SCHELL, Jesse. A arte de game design: o livro original. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>	

DISCIPLINA: Didática e as Novas Tecnologias	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
EMENTA: Educação, didática e sociedade. O papel da escola na mediação da prática social: sua rede de relações. O processo ensino aprendizagem. A identidade do professor. A relação professor aluno: dimensão ética, política, pedagógica e social. As tendências da educação brasileira. Teorias educacionais e práticas educativas. O planejamento e a ação didática. A relação objetivo-conteúdo-método-avaliação no processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade e o currículo escolar. Parâmetros curriculares nacionais. Novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: SANDHOLTZ, Judith Haymore. Ensinando com tecnologia: criando salas de aula centradas nos alunos. Ed. Artmed, 1997 LULLINI, Paolo. Didática e Computador. São Paulo: Loyola, 1999. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2002. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS VIEIRA, Fábila Magali. Gerência da Informática Educativa: segundo um pensamento sistêmico. http://www.connect.com.br/~ntemg7/gerinfo.htm (nov/2002) BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1977, 541 p. TOFFLER, Alvin e Heidi. Criando uma nova civilização. A política da Terceira Onda. 4ª ed., Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1994. MARKERT, Werner. Novas tecnologias como desafio do currículo do futuro. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, n.17, v. 1, p. 61-71, jan/abril, 1991. CASTRO, A. D. de (Org.). Ensinar a Ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Thomson Learning, 2006, 195 p. CINTRA, J. C. A. Didática e Oratória com DataShow. 1ª ed. São Carlos, SP, Editora Compacta, 2008. CORDEIRO, J. Didática. 1ªed, 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009. OLIVEIRA, M. R. N. S. A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. PIMENTA, S. G. (Org.). Didática e formação de professores: perspectivas no Brasil e em Portugal. 6ª ed São Paulo: Cortez, 2011. SEVERINO, A. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. VEIGA, I. P. A. (Org.). Repensando a didática: por que não? Campinas, 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.	

DISCIPLINA: Gerenciamento de Laboratórios de Informática Educativa	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
EMENTA: Conceituação. Formulários de gerenciamento e controle de mecanismo de hardware e software. Tipos de manutenção de laboratórios de	

informática. Software livre e licenciados. Layout de laboratório para aprendizagem significativa.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CYSNEIROS, Paulo Gileno. “A gestão da Informática na Escola Pública”. XI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Maceió - AL: Anais SBIE, 2000. ALMEIDA, F. J.; ALMEIDA, M. E. B. B. (Org.). Liderança, gestão e tecnologias: para a melhoria da educação no Brasil. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001944.pdf> ALMEIDA, M. E. B. Gestão de tecnologias na escola: possibilidades de uma prática democrática. Boletim Salto para o Futuro. Brasília: Seed-MEC, 2005. (Série Integração de Tecnologias, Linguagens e Representação. TV Escola). Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto>.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SCIOTTI, L. M. S. Organização de ambientes de aprendizagem com tecnologia digital: resgate de valores e princípios. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. VALENTE, J. A. Formação de professores: diferentes abordagens pedagógicas. In: VALENTE, J. A. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: NIED-Unicamp, 1999.p. 131-156. PRADO, M. E. B. Da ação à reconstrução: possibilidades para a formação do professor. Brasília: MEC, 1999. (Coleção Série Informática na Educação). Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2007. CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003. PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. SANTA ROSA, L. M. C. Comunicar para aprender, aprender para comunicar: Ambientes de aprendizagem telemáticos como alternativa. In: Integração, Brasília, (8) 20: 46-50, 1998b. Disponível em: <http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/comunicar/charla8.htm> SANTOS VIEIRA, Fábila Magali. Gerência da Informática Educativa: segundo um pensamento sistêmico. Disponível em: <http://www.connect.com.br/~ntemg7/gerinfo.htm> (nov/2002). ANDRADE, P. F. Organizar as agendas de trabalho, os materiais de apoio, os espaços de interação e as intervenções dos participantes. In: Congresso da Rede Ibero-Americana de Informática Educativa, 3. Anais... Barranquilha, Colômbia, 1996. Disponível em: <http://www.niee.ufrgs.br/ribie98/cong_1996/congresso_html/43/43.html>. Acesso em: 26 jan. 2006.</p>	

DISCIPLINA: Algoritmos e Linguagem de Programação II	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60
	Prática: 15
<p>Ementa: Apresentação de conceitos avançados de programação orientada a objetos: Relação de generalização. Herança. Polimorfismo. Estudo de tipos abstratos de dados - Listas, Pilhas, Filas - e sua implementação como objetos. Modelagem e solução de problemas utilizando os conceitos de orientação a objetos e tipos abstratos de dados. Programação orientada a eventos para construção de interfaces com o usuário, persistência de dados com arquivos e</p>	TOTAL: 75

tratamento de exceções. Ensino de programação através da utilização de uma linguagem de programação orientada a objetos voltada à aplicação de aplicativos educacionais.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASCENCIO, A. F. G. & ARAÚJO, G. S. Estruturas de Dados – Algoritmos, Análise da Complexidade e Implementações em JAVA e C++. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. CELES, W.; CERQUEIRA, R. & RANGEL, J. L. Introdução a Estruturas de Dados com Técnicas de Programação em C – Série SBC. Rio de Janeiro: Campus, 2004. CORMEN, T. H; LEISERSON, C. E.; RIVEST, R. L. & STEIN, C. Algoritmos – Teoria e Prática. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2002.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: EDELWEISS, N. & GALANTE, R. Estruturas de Dados. Série Livros Didáticos Informática UFRGS – Volume 18. Porto Alegre: Bookman, 2009. KOFFMAN, E. B. WOLFGANG, P. A. T. Objetos, Abstração, Estruturas de Dados e Projeto Usando Java. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SEDEGWICK, R. & WAYNE, K. Algorithms. 4th Edition. New York: Addison-Wesley, 2011. HORSTMANN, Cay. Conceitos de Computação com Java. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, p. 720, 2009. ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos com Implementações em Java e C++. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Fundamentos de Engenharia de Softwares Educacionais	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: Conceitos referentes ao processo e ao Produto de software. Classificação. Gestão, planejamento e análise de projetos de software. Qualidade de software educacional. Modelos de qualidade de software. Verificação, validação e teste de software. Modelos de avaliação de softwares educacionais. Técnicas e ferramentas envolvidas num processo de avaliação de software educacional. Tipos de software educacionais. Identificar e tratar questões referentes à análise de requisitos e avaliação de qualidade de software. Engenharia de software educativo. Software Educacional: fases e documentação. Desenvolvimento de um protótipo de software educacional com sua documentação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: OLIVEIRA. C. Couto. Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papirus, 2001, 144 p. SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 9ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. PFLEEGER, S. Engenharia de Software - Teoria e Prática. 2ª. Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOOCH, G.; RUMBAUGH, J. & JACOBSON, I. UML: Guia do Usuário. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. ÁVILA, Renato Nogueira Perez. Streaming: crie sua própria Rádio WEB e TV Digital. 1ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2004. FILHO, W.; PADUA, Paula. Multimídia: conceitos e Aplicações. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. VASCONCELOS, Laércio. Multimídia nos PCs Modernos. São Paulo:</p>	

<p>Pearson Education no Brasil, 2003.</p> <p>HORSTMANN, C. Padrões e Projetos Orientados a Objetos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>LARMAN, C. Utilizando UML e Padrões - Um Guia para a Análise e Projeto Orientados a Objetos e ao Desenvolvimento Interativo. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software – Uma Abordagem Profissional. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p> <p>SCHNEIDER, G.; WINTERS, J. P. Applying Use Cases: A Practical Guide. 2nd Edition. New York: Addison-Wesley, 2001.</p> <p>SCHACH, S. Engenharia de Software – Os Paradigmas Clássico e Orientado a Objetos. 7ª ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2009.</p> <p>MAFFEO, Bruno. Engenharia de Software e Especificação de Sistemas. Ed. Campus. Rio de Janeiro 1992, 484 p.</p> <p>PRESSMAN, Roger. S. Engenharia de Software. 7ª ed. São Paulo: Makron Books. 2011.</p> <p>ROCHA, Ana Regina Cavalcanti da. Qualidade de Software - Teoria e Prática. 1ª ed. São Paulo: Ed. Prentice Hall. 2001.</p>	
---	--

DISCIPLINA: Educação Ambiental	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 20h
	Prática: 10h
	TOTAL: 30h
EMENTA: Meio ambiente: aspectos físicos, geográficos, biológicos, históricos e sociais. Princípios éticos e filosóficos da relação sociedade e natureza. Desenvolvimento sustentável e educação. Cultura, qualidade de vida, preservação ambiental de bens culturais e naturais. A ocupação e a utilização do território. Modelo produtivo e efeitos sobre o ambiente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PENTEADO, H. Meio Ambiente e formação de professores . 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 2.ed. São Paulo: Cortez, p. 255, 2002. CASCINO, Fabio. Educação ambiental: princípios, história, formação de professores . 4.ed. São Paulo, SP: SENAC, 2007. p. 109.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto . Coordenação de Educação Ambiental. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília, 1998. 166 p. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf >. DIEGUES, Antônio C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos . 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2000. FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento Sustentável . Tradução de Marise Manoel. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder . 8ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: no consenso, um embate? São Paulo: Papirus, 2000. DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Prática . 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.	

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação a Distância (EAD)	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h

	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>Ementa: Conceito, histórico, características de EAD. Educação a Distância no Brasil e no mundo. Gestão de educação de EAD. Aprendizagem à distância. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Mídias aplicadas. Metodologia do ensino online. Suporte de redes de computadores para ambientes de EAD: motivações e dificuldades, ambiente de suporte, mecanismos de recuperação de informações on-line e construção do conhecimento. Estudo dos processos pedagógicos e tecnológicos envolvidos na elaboração de projetos de EAD. Possibilitar aos discentes uma compreensão crítica do uso de recursos tecnológicos como ferramenta de apoio ao ato pedagógico na educação à distância em espaços escolares e não escolares.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PETERS, Otto. Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2006. 402p. PRIMO, Alex. Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, (Coleção Cibercultura), p. 239, 2011. ELIASQUEVICI, Marianne Kogut; FONSECA, Nazaré Araújo da. Educação a distância: orientações para o início de um percurso. Belém: EDUFPA, p. 93, 2004. BARRETO, Cristine Costa (org). Planejamento e elaboração de material didático impresso para educação a distância. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ. p.291, 2007. MORAES, Raquel de Almeida; Fiorentini, Leda Maria Rangearo. Linguagens e Interatividade na Educação a Distância. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORAES, R. C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010, 120 p. TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática Na Educação. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2004. SANDHOLTZ, Judith <i>et al.</i> Ensinando Com Tecnologia Criando Salas de Aula Centradas no Aluno. Porto Alegre: Editora Artmed 1997, 196 p. NEGROPONTE, Nicholas A Vida Digital. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. DEMO, Pedro. Questões para a Teleducação. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998. 388 p. CASTELLS, Manuel. “A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura”. v.1. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra. 2011. PETERS, O. A educação a distância em transição: tendências desafios. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. 2ª ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004. PRETI, O. (Org.). Educação a Distância: Sobre discursos e práticas. 1ª ed. Brasília: Liber Livro Editor, 2005. SILVA, M.; PESCE, L.; ZUIN, A. (Org.). Educação online: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010. BELLONI, M. L. Educação a Distância. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007. IANNI, O. A sociedade global. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 2003, 157 p. LÉVY, Pierre. O que é virtual. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34. 2011.</p>	

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, 480 p. SILVA, M (org.). Educação Online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa . São Paulo: Loyola, 2003, 512 p.	
--	--

DISCIPLINA: Prototipagem Básica e Robótica Educacional	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
EMENTA: Prototipagem rápida. Modelagem virtual. Robótica educacional. Aplicações ao ensino e aprendizagem. Desenvolvimento de protótipos e de modelos sólidos 3D, gerados em um sistema de projeto auxiliado por computador (CAD), com foco educacional. Desenvolvimento de interfaces estruturais por meio da utilização da robótica, em uma perspectiva educacional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: VOLPATO, Neri. Prototipagem rápida - tecnologia e aplicações . São Paulo: Edgard Blucher, 2007. Kai, C.C., Fai, L.K. and Sing, L.C., (2003), Rapid Prototyping: Principles and Applications (2 nd edition), Manufacturing World Scientific Pub Co, March. F. Alves, F. Braga, M. Simão, R. Neto, T. Duarte, "Protoclick - Prototipagem Rápida", Ed. Protoclick (2001).	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: VALENTE, J. A. et al. O computador na sociedade do conhecimento . Campinas: Unicamp/NIED, p. 11-18, 1999. FAGUNDES C.A. et al. Aprendendo matemática com Robótica . RENOTE, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13943/7843 > NEGROPONTE, Nicholas A Vida Digital . 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. HORSTMANN, C. Padrões e Projetos Orientados a Objetos . 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. VALENTE, J. A. Formação de professores: diferentes abordagens pedagógicas . In: VALENTE, J. A. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento . Campinas: NIED-Unicamp, 1999.p. 131-156.	

DISCIPLINA: Objetos Digitais de Aprendizagem	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
Ementa: Definição. Conceitos. Características dos objetos de aprendizagem. Tecnologias de informação e comunicação e os objetos de aprendizagem. Tipos de objetos já existentes. Usabilidade na Educação. Fundamentação pedagógica dos objetos de aprendizagem. Padrões de objetos de aprendizagem. Avaliação de Objetos de Aprendizagem. Construção de objetos digitais: vídeos, jogos, figuras, gráficos, animações, simulações, dentre outros, para serem utilizados na educação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PRATA, C. L.; NASCIMENTO, A. C. A. A. (Orgs.). Objetos de Aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico . Brasília: MEC/SEED, 2007. WILEY, D. A. (Org.) The Instructional Use of Learning Objects: Online	

<p>Version, 2000. Disponível em: <http://reusability.org/read/chapters/wiley.doc>. Acesso em 30 de jul. de 2011.</p> <p>SILVA, R. S. Objetos de Aprendizagem para Educação a Distância. 1ª ed. São Paulo: Novatec, 2011.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>Banco Internacional de Objetos de Aprendizagem. Disponível em: http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/. Acesso em: 30 jul. 2011.</p> <p>LOPES, C. R.; FERNANDES, M. A. (Org.). Informática na educação: elaboração de objetos de aprendizagem. Uberlândia: EDUFU, 2007.</p> <p>MATTAR, J. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 184 p.</p> <p>RIVED – Rede Internacional Virtual de Educação. Disponível em: http://rived.proinfo.mec.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2011.</p> <p>TAROUCO, L. M. R.; FABRE, M. J. M; TAMUSINAS, F. R. Reusabilidade de objetos educacionais. CINTED. Porto Alegre, v. 1 n. 1, p. 2, fev. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13628/7697></p>	

DISCIPLINA: Educação e Relações Étnico-Raciais	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 60h
	Prática: 15h
	TOTAL: 75h
<p>EMENTA: A ideologia racista: história, conceitos, formas de realização na sociedade brasileira. O racismo, a escola e o livro didático. O anti-racismo: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra na Amazônia e a cultura afro-amazônica. Educação Escolar Quilombola.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro - Grupo Summus, 2001.</p> <p>MUNANGA, Kabengele (org). Superando o racismo na escola. 2ªed. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.</p> <p>MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Global, 2008.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas, tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.</p> <p>ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA, 1993.</p> <p>AMANCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do negro na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.</p> <p>DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p>	

DISCIPLINA: Educação Especial	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h

	TOTAL: 60h
EMENTA: Proporcionar conhecimentos teóricos sobre os fundamentos da Educação Especial no mundo e no Brasil dando segmento a marcos políticos que balizaram esse processo em território nacional e contextualizando questões conceituais das Necessidades Educacionais Especiais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MAZZOTTA, M. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is” . Porto Alegre: Mediação. 2013. BRASIL, MEC/SEESP. Tendências e desafios da Educação Especial - série atualidade pedagógicas 1 . Ministério da Educação. 1993.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação. 2012. LOPES, Maura Corcini. Surdez e Educação . Belo Horizonte: Autentica. 2007. 104 p. GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs). Caminhos pedagógicos da educação especial . 7ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2011. BRASIL, Ministério da Justiça. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994- Salamanca). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2ª ed. Brasília: CORDE, 1997. BAUTISTA, R. Necessidades Educativas Especiais . Lisboa: Dinalivros, 1993.	

DISCIPLINA: Produção de Projetos em Informática Educativa	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 30h
	TOTAL: 75h
EMENTA: Visão geral e princípios fundamentais de Engenharia de Software. Ciclo de vida de softwares e seus estágios: requisitos, projeto, implementação, gerenciamento, qualidade - Metodologias e ferramentas para análise e projeto de sistemas. Métodos de Projeto de Software Educativos - Conceitos de Gerenciamento de Projetos; Elaboração de Projetos. Conhecimentos básicos sobre ciclo de vida de projetos; organização de trabalho; metodologias de gerenciamento de projetos - Execução, controle, avaliação e encerramento de projetos; Ensino, aprendizagem e formação de competências em projetos; Formação de recursos humanos para o planejamento e gestão de projetos educacionais - Avaliação e seleção de projetos - Normas de qualidade para desenvolvimento e comercialização de softwares. Desenvolvimento de aplicativos para aplicativos móveis.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: OLIVEIRA, C. C. DE, COSTA, J. W. DA E MOREIRA, M. Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo . Campinas: Papirus, 2001. GASNIER, Daniel G. Guia Prático para Gerenciamento de Projetos - Manual de sobrevivência para os profissionais de projeto . São Paulo: Instituto IMAN, 2000. SATO, Carlos Eduardo Yamasaki. Gestão corporativa de projetos para instituições de pesquisa tecnológica: caso LACTEC . Programa de Pós-graduação em Tecnologia (mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná., pp.169, 2004.	

DÁCIO, G. Moura e EDUARDO, F. Barbosa. Trabalhando com Projetos: Planejamento e gestão de projetos educacionais . Petrópolis: Vozes, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORAN, José. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias . Revista Informática na educação: teoria & prática . v. 3, n. 1, 2000. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/6474/3862 > AMARO, J.A.; CARVALHO, H.G.; CARVALHO, N.P. Referencial Brasileiro de Competências em Gerenciamento de Projetos . Curitiba, Brasil: ABGP, 2005. FAGUNDES, Lea; NEVADO, Rosane; BASSO, Marcus; BITENCOURT, Juliano; MENEZES, Crediné; MONTEIRO, Valéria. Projetos de Aprendizagem - Uma Experiência Mediada por Ambientes Telemáticos . Revista Brasileira de Informática na Educação. v.14 , n. 1, 2006. Disponível em: < http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/rbie/14/1/003.pdf > VALERIANO, Dalton L. Gerência em Projetos – Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia . São Paulo: Makron Books, 1998. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos: transformando idéias em resultados . São Paulo: Atlas, 1997.	

DISCIPLINA: Educação Especial e Acessibilidade Digital	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 45h
	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
EMENTAS: Conceito, princípios, legislação, recomendações e normas da acessibilidade; Tecnologias assistivas (conceito, tipos, classificação, desenvolvimento); Desenho universal do ambiente educacional apropriado para a pessoa com deficiência.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Kit Necessidades Especiais: Acesso ao computador, Software, comunicação. Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit/ . Acesso em 30/07/2013. GODINHO, Francisco. Internet para Necessidades Especiais . Disponível em: http://www.acessibilidade.net/web/ . Acesso em 30/07/2013. GUIA. Grupo Português pelas iniciativas em acessibilidade . Disponível em: http://www.acessibilidade.net . Acesso em 30/07/2013. CAPOVILLA, F. c. GONÇALVES, M. J. & MACEDO, E. C. Tecnologia em (re) habilitação cognitiva: uma perspectiva multidisciplinar . São Paulo, SP: Sociedade Brasileira de neuropsicologia. Edunisc. 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: WARSCHAUER, M. tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate . São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2006, 214 p. NIELSEN, J.; TAHIR, M. Homepage usabilidade: 50 websites desconstruídos . 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. CASTELLS, Manuel. (2003) “A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura” . v.1. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra. 2011. SANTAROSA, L. M. C. Inclusão Digital: espaço possível para pessoas com necessidades educacionais especiais . In: Cadernos de Educação Especial , Santa Maria, n°20, 2002. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/5065/3063 > SANTAROSA, L. M. C. Informática como “prótese” na Educação especial . Revista de Informática Educativa , Bogotá, n.2, v. 4, 1991, p. 105-130.	

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas: recursos pedagógicos adaptados**. I. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento a às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/ neuro-motora**. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas: recursos para comunicação alternativa**. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

SANDHOLTZ, Judith Haymore; Ringstaff, Cathy; Dwyer, David C. **“Ensinando com Tecnologia - Criando Salas de Aula Centradas nos Alunos”**. Traduzido por Marcos Antônio Girardo Domingues. Porto Alegre: ArtMed, 1997, 196 p.

SASSAKI, Romeu. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva?”** 1996. Disponível em: <http://www.cedionline.com.br/ta.html>. Acesso em 24 mar. de 2007.

D. L. Davids, **“Cartilha de Acessibilidade - A primeira cartilha nacional sobre Acessibilidade”** Em Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 2002, p. 385.

BARANAUSKAS, Maria Cecília; MANTOAN, Maria Teresa. **Acessibilidade em Ambientes educacionais: Para além das guidelines**. **Rev. Online da Bibl. Prof. Joel Martins**, SP, v.2, n.2, p.13-23, fev. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1068>>

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEDI– Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, 2008.

BORGES, José Antônio. **Dosvox – um novo a cesso dos cegos à cultura e ao trabalho**. Revista Benjamin Constant, nº 3 – maio de 2009. (IBCENTRO/MEC). Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/revistas/198-edicao-03-maio-de-1996>>

FREIRE, Fernanda M. P. **Educação Especial e recursos da informática: superando antigas dicotomias**. Biblioteca Virtual, Textos, PROINFO/MEC, 2000, Disponível em: <www.proinfo.gov.br>.

ORMELEZI, Eliana. **O Uso da Informática na Educação Especial (IV): Linguagens, espaço e tempo no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

VALENTE, J. A. **Aprendendo para a vida: o uso da informática na educação especial**. In: FREIRE, M. F. P.; VALENTE, J. A. **Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2001. p.29-42.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. (Orgs.) **Temas em educação especial: deficiências sensoriais e deficiência mental**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

MERCADO, L. P. L. **A internet como ambiente de pesquisa na escola**. **Revista Presença pedagógica**, v.7, número 38, pp.52-65. Belo Horizonte, março/abril 2001. Disponível em: <http://www.editoradimensao.com.br>. Acesso em: 20/11/2011.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Educação, Comunicação e Cultura

CARGA HORÁRIA
Teórica: 45h

	Prática: 15h
	TOTAL: 60h
EMENTAS: Temas emergentes na interface entre educação, comunicação e cultura. Tecnologias digitais e suas implicações para domínios como a política, a participação civil, os direitos humanos, a arte, o trabalho e o lazer. Considerações éticas e estéticas sobre as manifestações das mídias no cotidiano.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. MARTIN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. São Paulo: Editora contexto, 2014. JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007 MURRAY, Janet. Hamlet no holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Itaú Cultural/Unesp, 2003. DIKKERS, Seann; MARTIN, John; COULTER, Bob (Orgs.). Mobile media learning: amazing uses of mobile devices for learning. Pittsburgh: ETC Press, 2011. SCOLARI, Carlos. Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan. Barcelona: DEUSTO, 2013. CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.	

DISCIPLINA: Internet e Educação	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 30h
	Prática: 10h
	TOTAL: 40h
EMENTAS: Histórico. Internet e as tecnologias da informação e comunicação. A Internet na Educação. Criação de um Projeto Educacional com a Internet. Formas e uso da Internet na Educação. Escolas Online. Comunicação Digital. Educação a Distância. Jogos Educacionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. TAPSCOTT, Don. Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração Net. São Paulo: Makron Books, 1999. PRETTO, Nelson De Luca. Estudo Errado: Educação em Tempos de Pós-Modernidade. In: PRETTO, Nelson De Luca; (org.). Globalização & Educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. p. 98-114.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MERCADO, L. P. L. A Internet como ambiente de pesquisa na escola. Revista Presença pedagógica. V. 7, número 38, pp. 52-65. Belo Horizonte, março/abril 2001. Disponível em: http://editoradimensao.com.br/novosite/index.php . Acesso em 30/07/2013. PRETTO, Nelson. Bibliotecas digitais e Internet: em busca da produção coletiva de conhecimento. Disponível em http://www.ufba.br/%7Epretto/textos/bvs.htm PRETTO, Nelson De Luca; SERPA, Luis Felipe Perret. A educação e a	

<p>sociedade da informação. In: Dias, Paulo; Freitas, Candido Varela de. Challenges 2001. Actas da II Conferência Internacional de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação. Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 2001, p. 21-41.</p> <p>PRETTO, Nelson de Luca. Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia. - 8. ed. rev. e atual. - Salvador : EDUFBA, 2013.</p> <p>RIBEIRO, José Carlos S.; JUCÁ, Vlândia Jamile. Hipertextualidade e cultura contemporânea. 1998. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP8RIBEIRO.pdf></p> <p>SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.</p>	
--	--

DISCIPLINA: Realidade Virtual como Ferramenta Educacional	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 30h
	Prática: 10h
	TOTAL: 40h
<p>Ementa: Teoria básica e introdução à Realidade Virtual (RV), incluindo sua conceituação, tipos, história, e modelos utilizados. Questões práticas envolvidas com hardware, software, aplicações e dispositivos não convencionais de E/S (entrada e saída). Realidade virtual na Internet. Estudos de casos: treinamento, educação. Fundamentos de tecnologia multimídia. Ambientes multimídia. Dados e objetos multimídia. Aplicações de multimídia.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOSA, R. S. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed. 2005. CADOZ, C. A realidade Virtual. Lisboa: Instituto Piaget, 1ª ed. 1997. CASTELLS, Manuel. (2003) “A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura”. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2011.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DIAS, C. Usabilidade na WEB. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006. FERREIRA, S. B. L. E. Usabilidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. KRUG, S. Não me faça pensar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. BRASIL. Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf> DIAS, Paulo. Comunidades de Aprendizagem na Web. INOVAÇÃO, Lisboa, v. 14, n. 3, 2001a. p. 27-44. GUIMARÃES JR, Mário José Lopes. A cibercultura e o surgimento de novas formas de sociabilidade. 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html> LEMOS, André. Cibercultura: técnica, sociabilidade e civilização do virtual. In: PRETTO, Nelson De Luca; (org.). Globalização & Educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. p. 78-97. LEMOS, André; CARDOSO, Cláudio, et al. Uma sala de aula no ciberespaço: reflexões e sugestões a partir de uma experiência de ensino pela Internet. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v. 9, n. 1, julho 1999. p. 68-76. LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.</p>	

DISCIPLINA: ESTÁGIO I - INFORMÁTICA EDUCATIVA EM AMBIENTES ESCOLARES – - NA EDUCAÇÃO INFANTIL; - NO ENSINO FUNDAMENTAL	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 50h
	Prática: 100h
	TOTAL: 150h
EMENTAS: O fazer docente mediante a prática profissional docente supervisionada, desenvolvida em campo de estágio em Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental no encontro com tecnologias educacionais informatizadas. Planejamento e ação com professores em ambientes informatizados de ensino-aprendizagem na educação básica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Geraldo P. de. Transposição Didática: por onde começar? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, José M. A. de. Escrevendo com o computador na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2006, 89 p. VALENTE, José A.; MAZZONE, Jaures; BARANAUSKAS, Maria Cecília C. (Orgs.) Aprendizagem na era das tecnologias digitais: conhecimento, trabalho nas empresas e design de sistemas. São Paulo: Cortez: FAPESP, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, N. A. T. L. Sala de informática: ensino e aprendizagem interdisciplinar em uma escola bem sucedida da rede municipal de ensino. Colabor@ - Revista digital da CVA – Ricesu, v. 6, n. 2, out., 2009. Disponível: http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/124/108 . Acesso em: 27/02/2012. SCARPATO, Marta (Org). Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2004. TEDESCO, J. C. (Org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004. TENÓRIO, Robinson. Computadores de papel: máquinas abstratas para um ensino concreto. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. VALENTE, J. A. Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.	

DISCIPLINA: ESTÁGIO II - GESTÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 50h
	Prática: 100h
	TOTAL: 150h
EMENTAS: Gerenciamento de laboratório de Informática educativa a partir da criação de ambientes adequados de aprendizagem e seus mecanismos técnicos e pedagógicos. O fazer docente mediante a prática profissional docente supervisionada, desenvolvida em campo de estágio em Escolas de Ensino Fundamental no encontro com tecnologias educacionais informatizadas. Planejamento e ação como professores em ambientes informatizados de ensino-aprendizagem na educação básica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Geraldo P. de. Transposição Didática: por onde começar? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, José M. A. de. Escrevendo com o computador na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2006, 89 p. VALENTE, José A.; MAZZONE, Jaures; BARANAUSKAS, Maria Cecília C.	

<p>(Orgs.). Aprendizagem na era das tecnologias digitais: conhecimento, trabalho nas empresas e design de sistemas. São Paulo: Cortez: FAPESP, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, N. A. T. L. Sala de informática: ensino e aprendizagem interdisciplinar em uma escola bem sucedida da rede municipal de ensino. Colabor@ - Revista digital da CVA – Ricesu, v. 6, n. 2, out., 2009. Disponível: http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/124/108. Acesso em: 27/02/2012. SCARPATO, Marta (Org). Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2004. TEDESCO, J. C. (Org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004. TENÓRIO, Robinson. Computadores de papel: máquinas abstratas para um ensino concreto. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. VALENTE, J. A. Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.</p>	

<p style="text-align: center;">DISCIPLINA: ESTÁGIO III - AMBIENTES NÃO ESCOLARES - AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM</p>	<p style="text-align: center;">CARGA HORÁRIA</p>
	<p style="text-align: center;">Teórica: 30h</p>
	<p style="text-align: center;">Prática: 70h</p>
	<p style="text-align: center;">TOTAL: 100h</p>
<p>EMENTAS: Desenvolvimento de prática profissional supervisionada, mediante atividades de campo de estágio (empresas, ONGS...). Atividades desenvolvidas de acordo com o perfil do acadêmico em licenciatura em Informática Educacional.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Geraldo P. de. Transposição Didática: por onde começar? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, José M. A. de. Escrevendo com o computador na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2006, 89 p. VALENTE, José A.; MAZZONE, Jaures; BARANAUSKAS, Maria Cecília C. (Orgs.). Aprendizagem na era das tecnologias digitais: conhecimento, trabalho nas empresas e design de sistemas. São Paulo: Cortez: FAPESP, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, N. A. T. L. Sala de informática: ensino e aprendizagem interdisciplinar em uma escola bem sucedida da rede municipal de ensino. Colabor@ - Revista digital da CVA, v. 6, n. 2, out., 2009. Disponível: http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/124/108. Acesso em: 27/02/2012. SCARPATO, Marta (Org). Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2004. TEDESCO, J. C. (Org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez: Instituto Internacional de Planejamento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004. TENÓRIO, Robinson. Computadores de papel: máquinas abstratas para um ensino concreto. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. VALENTE, J. A. Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.</p>	

Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional	CARGA HORÁRIA
	Teórica: ----
	Prática: 30h
	TOTAL: 30 h
EMENTAS: Estudo das principais políticas públicas educacionais. Gestão e organização do trabalho educacional. Seminários e Palestras sobre Gestão e Políticas Públicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRANDÃO, Carlos Fonseca. LDB: passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional. Comentada e interpretada por artigo por artigo: AVERCAMP, 2003. BRZEZINSKI, Iria. LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez Editora 2005. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da UnB, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. Gestão pública: planejamento, processos, sistema de informações e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. LEVY, Evelyn, MEDEIROS, Paulo César; et. al. Novos caminhos da gestão pública: olhares e dilemas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 2010. PLANK, David N. Política Educacional no Brasil. Caminhos da Salvação da Pátria. Porto Alegre: Artmed, 2001. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 5.ed. Brasília: Edunb, 2000. 2 v. ISBN 85-230-0308-8.	

Seminário de Informática Educativa	CARGA HORÁRIA
	Teórica: ----
	Prática: 15h
	TOTAL: 15 h
EMENTAS: Os alunos irão socializar todas as atividades desenvolvidas no decorrer do semestre tendo como referências as disciplinas. Tendo como ênfase as atividades práticas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Será elaborada de acordo com os conteúdos que o aluno apresentará no seminário.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Será elaborada de acordo com os conteúdos que o aluno apresentará no seminário.	

Seminário de Software Educativo	CARGA HORÁRIA
	Teórica: ----
	Prática: 15
	TOTAL: 15 h
EMENTAS: Os alunos irão socializar todas as atividades desenvolvidas no decorrer do semestre tendo como referências as disciplinas. Tendo como destaque o uso de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	

Será elaborada de acordo com os conteúdos/softwarewares que o aluno apresentará no seminário.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Será elaborada de acordo com os conteúdos/softwarewares que o aluno apresentará no seminário.	

Seminário de Apresentação de TCC	CARGA HORÁRIA
	Teórica: ----
	Prática: 25h
	TOTAL: 25h
EMENTAS: Apresentação pública dos Trabalhos de conclusão de curso para a comunidade acadêmica e não acadêmica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Serão utilizadas as referências dos TCCs dos alunos.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Serão utilizadas as referências dos TCCs dos alunos.	

DISCIPLINA: TCC – Projeto	CARGA HORÁRIA
	Teórica: 10h
	Prática: 15h
	TOTAL: 25h
EMENTA: definição do tema dos projetos que irão nortear o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso. Definição do referencial bibliográfico. Fazer planejamento das atividades a partir do cronograma de ações. Orientações para fase inicial da implementação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, Alda Judith. O Planejamento de pesquisa qualitativa em educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 77, 1991, pp.53-61. Disponível em: < http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042/1050 > BOOTH, W. C.; COLOMB, G.G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa educacional: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. SEVERINO, Antônio Joaquim A busca da formação humana. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300013 >.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 1994. DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 9ª. ed.rev. 2011. FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 10. 1999. p. 58-78. Disponível em: < http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/revist.htm > FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho 2002. p. 21-39. LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005. p. 81-109. Disponível em: < http://www2.fe.usp.br/~gpef/teses/grupo_01.pdf > MINAYO, M.C. de S. & DESLANDES, S.F. Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2002.	

DISCIPLINA: TCC II – Atividade Orientada	CARGA HORÁRIA
	Teórica: -
	Prática: 25h
	TOTAL: 25h
EMENTA: Participação no grupo de orientação. Definição de bibliografia básica e complementar. Elaboração e implementação das atividades de pesquisa. Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: De acordo com a indicação de cada orientador.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: De acordo com a indicação de cada orientador.	

3.12 Atividades Complementares

A proposta político pedagógica do curso de Informática Educacional, em consonância com o modelo acadêmico da UFOPA, prima pela interdisciplinaridade e pelo investimento contínuo na articulação teoria e prática e na realização da tríade ensino-pesquisa e extensão.

Assim, o PPC prevê **200 horas de atividades complementares** a serem cumpridas pelos licenciandos, mediante participação ao longo do percurso de formação, devidamente comprovadas. Dentro dessa carga horária, o aluno deverá cumprir obrigatoriamente pelo menos cinco modalidades de acordo com o quadro de atividades de formação acadêmico-científico-cultural específica do curso (ver anexo H).

As atividades complementares compreendem a participação do discente nas seguintes modalidades: seminários, congressos, exposições, estudos de caso, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, projetos de iniciação científica, programas tutoriais, projetos institucionais de pesquisas, projetos de extensão, cursos e minicursos, semanas acadêmicas, produções científicas, *Iniciação à docência (PIBID)*, *iniciação à pesquisa (PIBIC)* e outras ações correlatas à sua área de estudo, desde que seja comprovada uma carga horária mínima de quatro horas para cada uma delas. Com isso, busca-se o efetivo engajamento do aluno na atividade, com vistas a uma formação qualificada e diversificada, de acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE), capítulo V, § 2º que prevê:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e

metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Finalmente, assumindo a diversidade de percursos, valoriza-se também a possibilidade do aluno utilizar esse tempo investindo em *formações disciplinares adicionais que ele escolha* conforme seus interesses, que são as disciplinas eletivas. Também aqui será preciso a anuência do Programa para que a atividade possa ser integralizada.

No regulamento do curso de Informática Educacional se definem as condições em que esse componente curricular é integralizado (ver anexo G).

3.13 Prática de Ensino e Estágio Curricular

A Resolução CNE/CP N°1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, no Art. 12 § 1º, dispõe que “A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso”.

Dessa forma, os cursos de licenciaturas devem prover de outros mecanismos, além do estágio, que garantam a experimentação ao longo de todo o curso, assim como a perseverança na contextualização e vivência do ambiente escolar, transcendendo o momento do estágio. Mais recentemente, a resolução n. 02, de 01/07/2015 apresenta uma condição estritamente importante para a configuração da identidade profissional do licenciando: um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Observando tal princípio, o curso oportunizará a Prática de Ensino a partir dos componentes curriculares que articulam a dimensão do conhecimento profissional, buscando sempre aproximar a prática da teoria. O Parecer CNE/CP 28/2001, homologado em 17/01/2002, nos fornece um indicativo do que se trata a prática como componente curricular, quando destaca:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 09/01 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada, quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação

intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando interligado a uma reflexão sistemática. Nesse sentido, os estágios supervisionados constituem-se em uma excelente oportunidade para se estabelecer uma conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la e atribuir-lhe significado.

De acordo com as orientações legais indicadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em seu Art. 13, explicita que “em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar”. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, prática como componente curricular deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza uma concepção de prática como

componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e experiências, em tempos e espaços curriculares distintos, tais como a inter-relação entre as áreas ou disciplinas, a organização do tempo e do espaço curricular específico.

Conforme Parecer CNE/CES 213/2003, de 01/10/2003, para se aferir a dimensão prática do curso devem ser somadas as partes horárias previstas no interior de cada área ou disciplina para atividades práticas, observando-se que nem toda atividade prática desenvolvida na disciplina pode ser considerada como 'prática de ensino'. Por exemplo, as atividades de caráter prático relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento, como no caso da Pedagogia ou Informática Educacional, não devem ser computadas como componente curricular de prática nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição, devendo o total perfazer pelo menos 400 horas. Para se avaliar quantitativamente a dimensão pedagógica do curso, deverão ser somadas, dentro das horas do curso, as partes horárias dedicadas às atividades pedagógicas. A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Informática Educacional propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa em situações de aprendizagem desafiadoras, as quais exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

Por fim, a Resolução CES n. 05, de 16/11/2016 fornece elementos para a organização dos estágios relacionados a cursos de licenciatura, com base tecnológica. Em seu artigo 7º, o estágio supervisionado se apresenta da seguinte forma: realizado preferencialmente ao longo do curso, sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais. O objetivo é de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático, e permitir o contato do formando com situações, contextos e organizações próprios da atuação profissional. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas, no âmbito da Prática de Ensino, que compõem os componentes curriculares têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas no interior dos componentes curriculares que constituem a organização curricular do curso.

Devemos também ressaltar que neste projeto pedagógico a Prática como componente curricular é inerente a cada disciplina específica do curso devendo o professor considerar esta prática no processo de avaliação. Deste modo, existirão dois momentos distintos de avaliação: um referente a parte teórica do componente e outro referente a prática do componente curricular, buscando-se ao máximo a contextualização de tal prática com os conteúdos da Educação Básica, e em conjunto com o estágio, o PIBID, PIBEx, PRODOCÊNCIA, e demais projetos e programas institucionais da UFOPA, propiciando assim ao discente sair da sala de aula e interagir nos ambientes escolares e não escolares.

3.13.1 Estágio Curricular Supervisionado

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Informática Educacional (PARECER CNE/CES Nº: 136/2012) enfatizam a importância da relação intrínseca entre teoria e prática e ressaltam a necessidade de se romper com a divisão existente no âmbito das instituições formadoras: de um lado, a transmissão de conhecimento e, técnicas desenvolvidas na sala de aula tendo como referência a visão aplicacionista e de outro, os estágios que ficam isolados no final dos cursos, regido por questões de conhecimento ao invés de questões de ação, desconsiderando os saberes nascidos na prática.

Outra questão é o distanciamento existente entre a instituição formadora e os futuros profissionais, situação em que, quase sempre, não são consideradas as crenças, representações e as experiências anteriores a respeito do ensino, dos acadêmicos.

Nesse contexto, o curso de Informática Educacional pretende estreitar a relação Universidade-Escola, Ongs e empresas de desenvolvimento na área de tecnologias educacionais, por reconhecer essas instituições como o locus principal da formação do Licenciado. Pretende, com isso, construir outra forma de Estágio Supervisionado Curricular que assegure a inserção dos acadêmicos do curso no campo profissional desde os primeiros semestres, tomando como ponto de partida de sua formação a reflexão sobre a prática, a problemática dessas instituições e as experiências vivenciadas nos diversos espaços escolares e não-escolares.

A realização do estágio deve considerar a complexidade do processo de construção da docência e da gestão como profissão e os acadêmicos, subsidiados pela orientação da pesquisa-ação, terão maior compreensão dos fenômenos educativos, suas problemáticas e questões específicas.

A primeira fase do Estágio Supervisionado com carga horária total de 150 h/a destina-se a investigação na área de ensino intitulado “Informática Educativa em Ambientes Escolares distribuídos em dois níveis de ensino descritos a seguir: Educação Infantil (75h/a) e Ensino Fundamental (75h/a)”. Caracteriza-se como o contato do acadêmico com o locus de atuação profissional docente, ou seja, o ensino mediante a observação participante, com o uso dos recursos tecnológicos e o levantamento de dados sobre a realidade.

A segunda fase com carga horária total de 150 h/a destina-se à investigação na área de ensino mais precisamente no Ensino Médio (75h/a) e gestão tecnológica (75h/a) dos ambientes escolares (Laboratórios de informática), tendo como objetivo qualificar a aprendizagem dos acadêmicos na ação, de forma que possam contribuir e vivenciarem ações inovadoras com as aplicações das Novas Tecnologias nos espaços escolares.

A terceira fase com carga horária total de 100h/a, destina-se a observação participante e operacionalização inicial de espaços virtuais de aprendizagem (AVA's) com carga horária de 50hs em ambientes não escolares (50hs), de modo que possam por meio da observação participativa qualificar-se mediante as vivências de diversas experiências sobre a realidade a fim de contribuir com as ações nesses espaços.

Para tornar este objetivo viável a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN (UFOPA) desenvolve ações, via Coordenação de Estágio, e articulações com o Instituto de Ciências da Educação – ICED, com vistas ao desenvolvimento pleno das ações relativas aos Estágios. A Instrução Normativa UFOPA, n. 006, de 10/11/2010 e a Instrução Normativa ICED nº 001, de 12/11/2012 fornecem diretrizes iniciais sobre a organização, objetivos e implementação prática das ações, conforme implementação gradativa dos Núcleos de Estágio.

Além disso, estes documentos fixam diretrizes e normas básicas para o funcionamento do estágio curricular obrigatório dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25/09/2008 a quem compete estabelecer convênios com instituições públicas e privadas que permitam aos seus alunos a realização de estágios ao longo de seu processo de formação. Estes encaminhamentos permitem não apenas conhecer a realidade na qual atuarão profissionalmente, mais principalmente, que lhes permitam colocar em prática os saberes trabalhados pelos diversos componentes referentes a matriz curricular do curso.

Nesse sentido, essa Coordenadoria já firmou convênio com o Governo do Estado do Pará e Governo Municipal e demais instituições possibilitando a realização de estágio nas Instituições Públicas que atuam nas mais diversas áreas de serviço, tanto em ambientes escolares quanto em ambientes não escolares. Assim, este convênio garante a Integração da UFOPA com as instituições estaduais, necessária ao processo de formação consoante com o princípio da indissociabilidade teoria/prática estabelecido pelas Diretrizes ora referenciadas. Assim sendo, o estágio supervisionado no curso será um espaço de ação-reflexão-ação que possibilite aos seus acadêmicos o exercício da docência, incluindo a produção de recursos didáticos metodológicos, ensino e da gestão educacional como experiência da práxis.

Ademais, foi criado o Núcleo de Estágio no Instituto de Ciências da Educação (ICED) para fortalecer o Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura do instituto, em especial, o Curso de Licenciatura em Informática Educacional acompanha e orienta as propostas e os instrumentos orientadores da implementação das atividades teórico-práticas. O Núcleo de Estágio do ICED coordena as ações e atividades curriculares de estágio supervisionado, congrega professores e acadêmicos do Curso de Informática Educacional, professores das escolas públicas e privadas dos municípios onde o curso é ofertado, gestores de instituições públicas e privadas. Também como atribuições do mesmo congrega o fechamento de convênios com instituições diversas, as formas de apresentação, orientação, supervisão.

3.13.2 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica

Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém

que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio supervisionado. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

A Resolução CNE/CP 1/2002 sinaliza que: § 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de Educação Básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados. § 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB-9394/96, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, tanto em unidades escolares dos sistemas de ensino quanto em espaços não escolares. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar.

A esse respeito, o Parecer CP no. 27/2001 assim se manifesta: O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.

Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (CNE CP 27/2001).

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que se dá pelo exercício direto in loco ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa não somente à regência em sala de aula, mas também à reflexão teoria-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do cotidiano escolar, a exemplo da elaboração de projetos pedagógicos e organização de tempos e espaços escolares e não escolares, conforme preconiza a Resolução UFOPA n. 177, de 20/01/2017. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- a) observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar;
- b) acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso;
- c) elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos –, uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros, buscando concretizar o que foi ou está sendo abordado no curso.

O Estágio, portanto, é entendido enquanto formação durante todo o curso, de acordo com o parecer CNE/CP 27/2001 de 02 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001, p. 01):

O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, se desenvolver a partir do

início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.

Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Partindo dos pressupostos teóricos indicados anteriormente, o estágio curricular supervisionado no curso de Licenciatura em Informática Educacional contempla algumas das características indicadas a seguir.

O estágio curricular supervisionado terá carga horária de 400 horas e nesta proposta o estágio está dividido em 03 momentos de atuação (componentes curriculares), começando no quinto semestre letivo, inicialmente com o componente curricular Estágio I - Informática Educacional em Ambientes Escolares (Ensino), no sexto semestre o componente Estágio II - Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa/Ensino Médio e concluindo no sétimo semestre com o componente curricular Estágio III - Estágio em Ambientes Virtuais de Aprendizagem/Ambientes não escolares.

Ao final das atividades de estágio, nos respectivos semestres, está previsto a entrega de um relatório de atividades e ações realizadas a partir da proposta de estágio e sua articulação com as outras disciplinas do curso e com as propostas e projetos institucionais da Universidade e/ou ações voltadas para a escola, empresa, ONGs e/ou comunidade a qual a instituição está inserida. Portanto, o estágio terá início a partir do quinto semestre do curso em que são propostos três níveis de estágios, com objetivos distintos, porém voltados para a formação do professor de Informática Educacional, a partir da integração entre os momentos dos estágios realizados e a interface com a pesquisa e a percepção profissional relacionada ao curso.

3.13.3 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica

O estágio visa adaptar o futuro profissional à realidade de sua profissão e possui como objetivos:

- Buscar a integração da Licenciatura em Informática Educacional, das organizações educacionais, entre outras, ligadas à área de formação do corpo docente;

- Servir como mapeamento da realidade profissional, aproximando os conhecimentos acadêmicos das práticas da docência;

Os estágios profissionais supervisionados devem ser um eficaz instrumento de iniciação profissional, pois é por meio dessa modalidade de estágio que o aluno terá contato direto com a docência. Durante o estágio, o aluno deverá refletir, sistematizar e aplicar os conhecimentos apresentados e discutidos em sala de aula às atividades práticas da docência, contando com orientação/supervisão.

De acordo com a Resolução UFOPA n. 177, de 20/01/2017, as disciplinas de estágio do curso serão orientadas, coordenadas e realizadas pelos professores lotados nas respectivas disciplinas, objetivando inserir o discente no contato direto com a realidade escolar em situações de regência de classe, facilitando o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos que, ao final de cada estágio, deverá apresentar relatórios consubstanciados na sua experiência prática, com prazos e padrões estabelecidos pelo docente designado a ministrar este componente curricular por meio de observação, participação e regência de classe.

As atividades, no que se refere à supervisão e orientação das ações previstas nas escolas conveniadas da Rede Estadual e Municipal, levarão em conta as determinações previstas na Lei Federal 11.788/2008, de 25/09/2008, além de orientações pertinentes emanadas da Central de Estágios da UFOPA e demais disposições institucionais relacionadas tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais e as da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regulamento do Ensino de Graduação da UFOPA (Resolução n. 177, de 20/01/2017). Caberá ao coordenador do curso, em conjunto com os professores responsáveis pelos estágios, coordenar as atividades referentes ao componente curricular e articular as ações de logística e preparação para a inserção do aluno/graduando em ambientes escolar e não escolar.

A realização do estágio docente do curso de Licenciatura em Informática Educacional ocorrerá preferencialmente nas escolas públicas de educação básica estadual e municipal e será desenvolvido em articulação com atividades nos LABIN's, os quais possibilitarão ofertas de oficinas e minicursos aos discentes da rede pública de ensino e ainda garantirá ao estagiário a elaboração de recursos didáticos. Os docentes serão os responsáveis em fazer contato com as unidades de ensino (escolas) e/ou instâncias superiores, quando estas já tiverem convênios com esta IES. Quando não existir o convênio, os docentes deverão articular o mesmo, bem como aplicar formas de desenvolvimento do estágio. Todas as atividades a serem cumpridas pelos discentes durante o estágio deverão estar previstas no plano de ensino do docente.

3.13.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso. Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas na formação em nível superior.

Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de expressar convicções formadas ao longo da formação sobre o papel do professor de Informática Educacional, e sobre os conhecimentos multifacetados dessa prática, do ponto de vista interdisciplinar, produzindo uma monografia ou artigo científico, de acordo com a definição de Lakatos (2003, p. 235):

[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em uma produção acadêmica que pode ter o formato de uma monografia ou um artigo científico, escrito(a) sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso, tais como: relatos de experiências ou relatos descritivos realizados nos estágios supervisionados, estudos teóricos relacionados as disciplinas do núcleo de aprofundamento do curso, e ainda elaboração de dispositivos, instrumentos, produtos tecnológicos que possam reforçar aspectos didático-metodológicos no desenvolvimento profissional da área, como forma de combinar e articulada as áreas de conhecimento, conforme Parecer CNE/CES 1302/2001 (BRASIL, 2001) e sua convergência para o campo tecnológico de ensino, via informática educacional. Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes dos estágios nas escolas da rede pública de ensino, além de propor referenciais pré-estabelecidos em termos de estudos relativos a licenciatura em informática educacional, conforme temáticas de orientações em TCC, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso.

Com o auxílio de um professor orientador, vinculado a qualquer Instituição Pública de Ensino Superior, com prévia aprovação do colegiado de curso, é escolhido um tema e uma bibliografia especializada a fim de elaborar uma monografia ou artigo científico. Caso o orientador não pertença ao corpo docente do curso, o pré-projeto deverá ser aprovado pelo

colegiado de curso. O tema deve ser escolhido dentre as diversas áreas acadêmicas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso. Vale ressaltar que o trabalho é em nível de graduação.

Ao longo do curso, os acadêmicos interagem com as diversas áreas que compõem a Informática Educacional e se engajam em atividades de pesquisa, ensino e extensão, além das promoções de encontros científicos, pedagógicos e culturais. Para garantir a sistematização de todas essas experiências na etapa final do curso, o licenciando será introduzido aos conceitos e métodos de pesquisa necessários para a elaboração do projeto de TCC. Para isso, deve, no sexto semestre, realizar a inscrição na disciplina de “TCC – Projeto” (25h), cuja função auxiliar no processo de refinamento de ideias gerais e a finalização de uma proposta de monografia ou artigo. No semestre seguinte, deverá se matricular nas unidades curriculares de “TCC II – Atividade Orientada”, a qual consiste nos encontros de trabalho entre aluno e professor-orientador. Já no oitavo e último semestre, o licenciando deve se matricular no “Seminário de apresentação de TCC” (25h), circunstância em que o trabalho final construído ao longo das duas últimas unidades curriculares será formal e publicamente defendido.

O TCC será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, três membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será promovida pelo Colegiado do Curso e realizada durante o período letivo. A coordenação dos TCC's ficará sob responsabilidade do professor da disciplina de “Seminário de Apresentação de TCC”, o qual deverá organizar as defesas em sessão pública e dar os demais encaminhamentos necessários. O Trabalho de conclusão de curso, bem como sua regulamentação, procedimentos de validação e encaminhamentos diversos estão indicados no Regimento de Ensino de Graduação da UFOPA.

3.14 Avaliação do Curso

A UFOPA, oriunda da junção da UFPA e da UFRA (Campus Santarém), esteve intimamente ligada aos processos avaliativos de cursos e institucionais organizados pela sede e as deliberações oriundas desse processo também eram encaminhadas pela instituição mãe. Em 2009, criada a UFOPA, passou dois (2) anos sob a tutela administrativa da UFPA, enquanto os instrumentos de gestão administrativas e acadêmicas eram criados.

O Curso de Informática Educacional mantém um processo de autoavaliação contínuo, por meio de reuniões periódicas e de fichas de avaliação quantitativa e qualitativa,

estas definidas no âmbito da gestão universitária (comissão permanente de avaliação). Ademais, investe sistematicamente em encontros com os alunos, seja em reunião com o coordenador do curso, seja em plenárias com todos os professores; nestas oportunidades verificam-se dificuldades e necessidades e buscam-se soluções e encaminhamentos apropriados. As atividades de pesquisa e de extensão, para as quais se atribuem horas de trabalho aos docentes, são alvo de dupla avaliação: uma interna, pelo colegiado do programa, e outra externa, pela Pró-reitoria de pesquisa ou de extensão, conforme o caso, ou pela agência de fomento a que a ação esteja vinculada. Finalmente, numa ação até há pouco restrita à pós-graduação, o Programa passou a investir em avaliação institucional externa, por meio de profissional experiente da área convidado para este fim exclusivo. Em 2012 fez a primeira avaliação dessa natureza.

A CPA da UFOPA foi criada em julho de 2012 por nomeação e em 2014 disponibilizou via sistema SIGAA-UFOPA a primeira avaliação de disciplinas. Durante esse período esteve envolvida na construção de instrumentos que dessem conta das dez (10) dimensões apresentadas pelo SINAES e um programa que produzisse relatórios estratificados, curso de treinamento para coordenadores e equipe da Comissão e divulgação da importância da Avaliação Institucional.

A avaliação é concebida como parte integrante do desenvolvimento do curso e se constitui como um processo diagnóstico, contínuo, formativo e cumulativo. A responsabilidade por seu planejamento é coletiva, de orientação democrática, entretanto, ainda não institucionalizamos um instrumento próprio para avaliação do curso.

3.14.1 Avaliação Docente

A avaliação dos docentes ocorre no processo de auto-avaliação institucional, realizado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. Os docentes são avaliados pela coordenação de curso e pelos discentes.

3.14.2 Avaliação do ensino-aprendizagem

De acordo com o regulamento interno da UFOPA (Vide Resoluções no. 09 de 16/03/2012 e no. 27 de 08/10/2013), avaliação da aprendizagem é entendida como um

processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

Os componentes curriculares durante o período letivo organizar-se-ão, entre outras modalidades, em disciplinas ou módulos, que se caracterizam, os últimos, por possuir inter-relação programática articulada em vista de uma estrutura interdisciplinar.

Os procedimentos de avaliação das atividades curriculares serão propostos pelos docentes e referendados em reunião semestral de planejamento. Para fins de avaliação da aprendizagem cabe ao docente: apresentar a sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino; discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem; fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da pró-reitoria de Ensino e de acordo com o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Os componentes curriculares, a cada período de estudos, serão apreciados através de pelo menos três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. A mensuração de cada avaliação ocorrerá através de valores numéricos no intervalo de zero a dez. As notas de cada uma das avaliações serão usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido na metodologia do plano de ensino.

Conforme o Regimento de Ensino de Graduação da UFOPA, a frequência mínima para aprovação nos componentes curriculares é de 75% (setenta e cinco por cento) e considerar-se-á aprovado o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis). O discente com nota final inferior a 6,0 ao final do processo de avaliação entrará em regime de dependência em relação ao componente curricular, para fins de integralização curricular.

O discente reprovado em qualquer componente curricular entrará automaticamente em regime de dependência e deverá regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso acadêmico. Para tanto, faz-se necessário ciência do Regimento de Ensino de Graduação desta Universidade.

O discente em regime de dependência poderá regularizar seu percurso acadêmico realizando os componentes curriculares: na modalidade presencial, desde que haja vagas; na modalidade a distância, quando prevista no projeto pedagógico do curso e em regime tutorial.

A avaliação substitutiva constitui oportunidade opcional, igualmente oferecida a todos os discentes no sentido de substituir uma das notas das três avaliações do componente

curricular à qual ela se referir. A avaliação substitutiva será realizada após a avaliação final, em período definido no Calendário Acadêmico.

3.14.3 Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo ensino aprendizagem parte de indicadores que apontam a coerência entre o PDI, o PPI e o PPC, bem como a coerência interna do próprio PPC e de cada um dos componentes curriculares.

A avaliação da aprendizagem se dá a partir da relação de coerência entre o conteúdo e o perfil do egresso, incluindo os objetivos do curso, propiciando a consecução dos objetivos propostos para cada um dos componentes curriculares; com as metodologias utilizadas na transmissão de cada conteúdo e com as formas de avaliação.

3.15 Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

O Curso de Informática Educacional mantém um processo de autoavaliação contínuo, por meio de reuniões periódicas e de fichas de avaliação quantitativa e qualitativa, estas definidas no âmbito da gestão universitária (comissão permanente de avaliação). A avaliação do Projeto Pedagógico do curso também considerará os resultados dos elementos do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) bem como os resultados da avaliação interna, tendo em vista o fornecimento de relatórios pela CPA.

Ademais, investe sistematicamente em encontros com os alunos, seja em reunião com o coordenador do curso, seja em plenárias com todos os professores; nestas oportunidades verificam-se dificuldades e necessidades e buscam-se soluções e encaminhamentos apropriados. As atividades de pesquisa e de extensão – para as quais se atribuem horas de trabalho aos docentes – são alvo de dupla avaliação: uma interna, pelo colegiado do programa, e outra externa, pela Pró-reitoria de pesquisa ou de extensão, conforme o caso, ou pela agência de fomento a que a ação esteja vinculada.

O planejamento e a avaliação orientam as atividades curriculares do curso de Informática Educacional do primeiro ao último período. O planejamento e a avaliação ocorrem de forma participativa, incluindo a definição das metodologias de trabalho docente, as atividades complementares, as ações institucionais etc, sempre em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

Após dois anos de implantação, o PPC será submetido a um processo avaliativo mais substancializado para proceder aos ajustes devidos. Para tanto, serão considerados os dados levantados ao longo dos períodos acadêmicos e aqueles decorrentes das exigências institucionais e conjunturais.

3.16 Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica

3.16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

As ações acadêmicas da UFOPA são agregadas em Programas, no caso do Instituto de Ciências da Educação, esses programas administram uma ou mais licenciaturas e/ou licenciaturas integradas. Esse caráter, de natureza interdisciplinar da universidade, apresenta uma tendência de articulação constante e significativa entre as atividades de extensão, pesquisa e ensino. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA (2012-2016, p. 57): “A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade”, permitindo assim “estimular ações integradas de extensão aglutinando conhecimentos e meios dos diversos Institutos. (PDI/UFOPA, 2012-2016). Além disso, a Resolução CNE n. 02, de 01/07/2015, em seu preâmbulo, apresenta as ações de extensão e pesquisa como “um princípio essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa”.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Informática Educacional estabelece anualmente, em suas diretrizes de planejamento e encaminhamentos, a garantia de que os discentes vinculados possam participar de ações e projetos de extensão, em articulação com os projetos de pesquisas ativos e vinculados aos docentes do curso. Tais ações estão muito fortemente ligadas a diversidade de propostas possíveis e conta com a participação efetiva de acadêmicos, dentre as quais destacamos: o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBID, cuja efetivação e consolidação se tem mostrado uma marca nas licenciaturas e o Projeto de IC – PROCAD, cuja proposta se articula com as ações interinstitucionais de outras instituições tais como a UNIR e UNICAMP. Esforços da Pró-Reitoria de Ensino e os Institutos, projetam mecanismos que viabilizem a incorporação de atividades de pesquisa e de extensão nos currículos dos cursos de graduação, de forma a fazer valer a Resolução CONSEPE/UFOPA n. 177, de 20/01/2017. A organização da extensão no Curso de

Informática Educacional, nesse sentido, pode ser pensada em termos de implementação, a partir dos programas, projetos de caráter interdisciplinar e multicultural, ao qual estarão vinculados docentes, discentes e egressos do curso.

Esta perspectiva de ação tem como propósito a interação entre as linhas de pesquisa do curso e dos diferentes cursos, em atendimento às demandas sociais, além do desenvolvimento de uma estreita relação com o ensino e a pesquisa, a partir da proposição de encaminhamentos, para “áreas de grande pertinência social, com base na Lei nº 13.005, de 25/06/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)”, conforme a Resolução CONSEPE/UFOPA n. 177, de 20/01/2017, orienta.

De acordo com essas metas estabelecidas no PDI, o Programa de Ciências Exatas ao qual o curso de Informática Educacional se vincula, tem estimulado a produção de atividades extensionistas no contexto docente e discente. Com o apoio da Pró-Reitoria de Comunicação e Extensão (PROCCE) e a mediação de projetos como PROEXT/MEC, muitos projetos orientados por docentes do curso foram postos em funcionamento, tanto na oferta de formação continuada para professores da região quanto na qualificação de discentes do curso em determinadas modalidades de ensino. Para viabilizar a interligação da extensão em consonância com a missão e os objetivos da Universidade Federal do Oeste do Pará, o Curso de Informática Educacional, vem implementando, de forma gradativa, a inclusão de 10h semanais da carga horária de cada professor para atividades dessa dimensão.

Para tanto, faz-se necessário interagir nas atividades curriculares em torno da solução de problemas, considerando o ensino, a pesquisa, bem como as ações de extensão do curso, oportunizando o pensar a extensão universitária como um processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade. É, portanto, parte indispensável do pensar e do fazer universitário na produção de saberes científicos, tecnológicos, culturais, artísticos, históricos, sociológicos e filosóficos, com objetivo de interligar a universidade às demandas da sociedade.

Com base nessas considerações, o Curso de Licenciatura em Informática, em articulação com a Coordenação do Programa de Ciências Exatas e o Curso de Licenciatura Integrada em Física e Matemática, vem promovendo constantemente atividades de cunho extensivos, na forma de colóquios, encontros, seminários e simpósios, de forma a estimular a participação de seu corpo docente e discente, de forma a contribuir no “aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico [...]” (RESOLUÇÃO CNE N. 02, de 01/07/2015)

3.16.2 Programas de Iniciação Científica

A UFOPA propõe a pesquisa como um meio de produção e circulação de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, sempre articulado ao ensino e à extensão. Essas produtividades acadêmicas devem estar de acordo com a realidade regional, contribuindo para melhoria da qualidade e condições de vida da sociedade amazônica.

De acordo com as políticas de pesquisa da UFOPA há uma previsão de fortalecimento dos grupos de pesquisa já existentes na instituição, incentivando a criação de novos grupos. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA (2012-2016, p.59) essas estratégias impulsionam o “apoio de seus projetos, infraestrutura e captação de recursos; ao incentivo na qualificação de seus professores”. O documento aponta ainda o estímulo aos cursos de Doutorado e os estágios de Pós-Doutorado na UFOPA ou em outras instituições de ensino superior. A instituição fomenta pesquisas atrativas que possam viabilizar o interesse de pesquisadores de outras instituições, provendo intercâmbios científicos e tecnológicos cooperativos. Também, como estratégia de legitimar a pesquisa nessa instituição a UFOPA propõe em termos políticos a integração “entre a educação básica e a educação superior por meio de ações de iniciação científica do ensino médio” (PDI/UFOPA, 2012-2016).

Sob esses aspectos o Curso de Informática Educacional dessa Instituição vem promovendo essas ações por meio de projetos desenvolvidos no âmbito de grupos de pesquisa, os quais seus docentes estão vinculados, e consolidados em diferentes campos do saber pedagógico, a saber:

Projetos de Pesquisa e Extensão – Docentes da Licenciatura em Informática Educacional

N.	NOME	CPF	PESQUISA/EXTENSÃO	VIGÊNCIA
2	ANDREI SANTOS DE MORAIS	493.197.95 1-34	Filosofia Técnico- Amazônida.	2015 - atual
6	DORIEDSON ALVES DE ALMEIDA	904.976.86 7-91	- Oficinas em Cibercultura.	2012 – atual

			- Integração de redes sociais on-line e apropriação de linguagens de programação por jovens e adolescentes participantes dos programas de inclusão social e digital.	Tic's e redes sociais: nós e estruturas promovendo conexões e práticas colaborativas. Oficinas para criação de conteúdos digitais sob licenças públicas e utilização do rea.	2010 - atual 2012 - atual
8	EDNA MARZZITELLI PEREIRA	495.407.34 7-20	Creche Darcy Vargas - Município de Belterra-pa: o ideário pedagógico do projeto ford no contexto econômico e social do brasil e do oeste paraense, entre a década 1930 e 1940.		2012 – 2016
9	ELENY BRANDÃO CAVALCANTE	737.458.12 2-04	As práticas de interações linguísticas entre os alunos surdos e o outro da escola regular.	A formação de professores para a implementação de uma educação bilíngue.	2013 - atual 2013-2014
10	ENOQUE CALVINO MELO ALVES	357.680.53 2-04		Mídias eletrônicas: ensino e inclusão	2013 - atual
12	HERGOS RITOR FROES DE COUTO	307.616.89 2-49	A importância e os propósitos de ações educativas no contexto de formação desportiva nas camadas de base do fc porto. As relações entre a educação formal e informal no processo de formação do aspirante a jogador profissional de futebol na cidade de santarém/pa	as expressões corporais e suas relações com a aprendizagem de manifestações artísticas e de esportes não convencionais.	2015 - 2016 2014 - atual 2013 - atual
13	IANI DIAS	586.658.20	Saúde, ambiente e qualidade		2013 - atual

	LAUER LEITE	2-30	de vida na Amazônia. Musicaliza bebê: oficinas de música, interação e desenvolvimento para mães/cuidadores e bebês.	saúde, ambiente e qualidade de vida na Amazônia.	2013 - atual 2014 - atual
14	IRACENIR ANDRADE DOS SANTOS	415.659.59 2-72	Sistemas de uso da terra: impactos sobre a biodiversidade de formigas na mata atlântica. Formigas como bioindicadores de impacto ambiental dos sistemas de uso da terra na Amazônia. Determinantes da distribuição de diversidade na Amazônia paraense. Dacenton a armigerum: biologia e comportamento.	Pet na comunidade.	2011 - 2016 2014 - atual 2014 - atual 2016 - atual 2013 - atual
16	JOSÉ ANTONIO OLIVEIRA AQUINO	159.828.23 2-87		Pro-docência -	----
17	JOSÉ RICARDO E SOUZA MAFRA	442.870.54 2-53	Estudos exploratórios em um laboratório de robótica educacional Prototipagem e fabricação digital	Projetos Novos Talentos para a Amazônia.	2013 - 2016 2017 - atual 2013 - 2016
20	LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO	052.293.04 8-47	Biblioteca e formação escolar Dinâmicas de alfabetização e formação de professor		2013 - atual 2014 - atual
21	MARIA GIOVANNA MACHADO XAVIER	484.621.87 1-68		arte e cultura no currículo da educação infantil: uma experiência na escola cajueiro em alter-do_çãõ.	2015 - atual

22	MARIA LILIA IMBIRIBA SOUSA COLARES	373.816.52 2-34	As experiências pedagógicas das políticas de educação integral na amazônia: rede de pesquisa e formação Aprendizagens na formação continuada de gestores escolares As políticas de educação integral nos Municípios de Santarém e Belterra/PA	2013 – atual 2011 – atual 2014 - atual
25	CLAUDIR OLIVEIRA	512.383.73 2-91	Modelagem computacional, simulação e experimentação com aplicações em engenharia e processos biotecnológicos. Problemas inversos e inteligência computacional em diagnósticos de falhas e estimação de parâmetros em sistemas de indústrias. Formulação e solução de problemas diretos e inversos com aplicações em engenharia e processos biotecnológico	2012 – 2016 2014 - atual 2015 - atual
26	GILSON CRUZ JÚNIOR		Comenius: uma proposta de pesquisa e produção de jogos eletrônicos e formação de docentes para as mídias	2013 - atual
27	ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE		Políticas federais de inclusão digital social na Amazônia: uma análise da implementação do PROUCA em Santarém PARÁ, BRASIL.	2012 – atual
28	RODOLFO MADURO		Análise síntese, modelagem e simulação de sistemas sociais e ambientais na Amazônia.	2013 – atual

Com estas ações de pesquisa e extensão espera-se cumprir com o que os documentos institucionais preconizam, fornecendo um acréscimo de formação, ao longo do curso, aos discentes. A Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014 preconiza, na meta de número doze, a seguinte informação:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão

para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Nas estratégias descritas para o alcance desta meta, o item 12.7 prevê “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Além disso, a Resolução da UFOPA n. 177, que trata do Regimento de Graduação, no âmbito da UFOPA, em consonância com os artigos 105, 108 e 109 que tratam da elaboração do PPC dos cursos de graduação da Instituição. Este projeto tem suas ações articuladas com o Plano Nacional de Extensão Universitária, especificamente as áreas de educação, tecnologia, produção e trabalho.

Assim sendo, o curso de Licenciatura em Informática Educacional elenca um conjunto de atividades, relacionadas às ações universitárias a serem desenvolvidas, durante o percurso acadêmico dos discentes:

- Jornada Acadêmica do Curso de Licenciatura em Informática Educacional (40hs)
- Validação de Objetos Digitais de Aprendizagem, na comunidade participe dos projetos vinculados ao Laboratório de Aplicação de Tecnologias Educacionais – LANTED (80hs)
- Projeto de Extensão: *LIE/LANTED vai à Comunidade* (150hs anuais)
- Produção científica associada ao desenvolvimento das disciplinas de SINT e IBR (40 hs)
- Oficinas e minicursos junto as Instituições educacionais, parceiras do curso de Licenciatura em Informática Educacional (60 hs)

Portanto, o Curso de Licenciatura em Informática Educacional - LIE na perspectiva de inclusão de **10% do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária exigida para a integralização do curso**, estimula ações para áreas de grande pertinência social mediante a especificidade do curso.

4 RECURSOS HUMANOS

4.1 Atuação do Coordenador

A indicação da coordenação do curso de Licenciatura em Informática Educacional – LIE foi dentre os integrantes do corpo docente do curso, levando em consideração sua formação e especificidade do curso. A coordenadora em exercício é a professora Eliane

Cristina Flexa Duarte, Doutora em Educação (Políticas Públicas de Inclusão Digital) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016 Mestre em Engenharia Elétrica com Ênfase em Computação Aplicada (Avaliação de Software Educativo) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), 2006 especialista em Informática na Educação, fundamentos Sócio Psicopedagógico (Informática no Ensino), 2001 pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC e Graduada em Pedagogia (Licenciatura Plena) pelo Instituto Luterano de Ensino Superior (ILES), 1998.

- Esta coordenação é responsável pelo gerenciamento do Curso de Licenciatura em Informática Educacional - LIE no Programa de Ciências Exatas (PCE) do Instituto de Ciências da Educação (ICED), Campus Rondon. Dentre as atribuições deste cargo destaca-se:
- organizar e conduzir as reuniões ordinárias mensais, extraordinárias do colegiado do curso/programa juntamente com o coordenador do PCE. Nestas são transmitidas informações, abre-se discussões e faz-se encaminhamentos das demandas do colegiado do curso, lavrar Atas;
- efetivar as decisões do colegiado de curso, como também as normas decorrentes dos órgãos superiores;
- propor a articulação com instituições parceiras de interesse do curso;
- realizar reuniões mensais com as turmas ou representantes dos discentes, devidamente registrado em ata;
- apresentar questões pertinentes ao curso e submeter à apreciação do colegiado antes de encaminhá-lo aos órgãos competente para deliberação;
- organizar e propor políticas e práticas pedagógicas;
- Integrar o corpo docente que trabalha no Curso;
- intermediar a integração do corpo docente com os discentes;
- avaliar, rever processos de estratégias pedagógicas e redefinir novas orientações;
- avaliar e encaminhar demandas advindas do corpo docente e discentes.
- Reconhecer as atribuições e demandas no âmbito do NDE, também presidido pelo Coordenador do Curso em atendimento a legalidade.
- oferecer aos alunos as informações necessárias para que, durante a sua permanência no curso, obtenham o melhor aproveitamento possível;
- supervisionar as atividades do curso na perspectiva de sua coerência com os objetivos formativos propostos;

- coordenar, juntamente com o NDE, os processos de avaliação do curso, processos de mudanças e adequações curriculares, implementar atividades complementares à formação dos alunos;
- acompanhar, juntamente com o NDE, o desempenho global e individual dos alunos e propor medidas para a solução dos problemas detectados; manter contatos permanentes com os docentes que oferecem disciplinas ao curso a fim de clarear os objetivos das disciplinas;
- encaminhar questões relacionadas a eventuais necessidades específicas de formação docente ou superação de problemas de desempenho discente ou correlatos;
- propor normas para a solução de eventuais problemas do curso, nos limites de sua competência, e encaminhá-las para aprovação pelas instâncias adequadas (NDE ou Colegiado do Curso);
- participar das atividades de divulgação do curso.

4.2 Apoio Técnico Pedagógico

Pró- Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN)

4.2.1 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Prof.^a Dr.^a Maria Aldenira Reis Scalabrin

4.2.2 Direção de Ensino de Graduação

Poliana Frenandes Sena e Sousa

4.2.3 Coordenadora de Ensino

Madma Laine Colares Gualberto

Instituto de ciências da Educação (ICED)

4.2.4 Direção do Instituto de Ciências da Educação

Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma

4.2.5 Coordenação de Curso

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Flexa Duarte

4.2.6 Técnicos em Assuntos Educacionais

Katia Cristina Lira Sato

Leilane de Aguiar Silva

Walter Lopes de Sousa

4.2.7 Secretaria Executiva

Danielle Caroline Batista da Costa

Sérgio Augusto Santos de Palma

Miriany da Costa Aroucha

4.3 Organização Acadêmico–Administrativa

4.3.1 Secretaria Acadêmica

Raimundo Pio Furtado Neto

Adriana Lopes da Silva

Adriana Brito de Souza

Andréia Sousa Duarte

Danielle da Silva Pereira

Jesse Gonçalves da Silva

Ládia Rufino dos Santos

Katia Cristina Lira Sato

Leilane de Aguiar Silva

Walter Lopes de Sousa

4.3.2 Núcleo de Estágio

O Núcleo de Estágio do Instituto de Ciências – ICED foi constituído em 05 de dezembro de 2014 e encontra-se no início de suas atividades. O Núcleo é composto por representantes de todos os Cursos que são abrigados pelo ICED:

Prof.^a Dr.^a Chieno Suemitsu (coordenadora)

Prof.^a Dr.^a Mizant Couto de Andrade Santana (membro)

Prof.^a Dr.^a Maria Giovanna Machado Xavier (membro)

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Flexa Duarte (membro)

Prof. Msc Diego Marinho de Gois (membro)

Prof. Dr. Heliud Luís Maia Moura (membro)

Prof.^a Msc Maria Luiza Fernandes Pimentel (membro)

Prof.^a Msc Maria da Conceição Queiroz Vale (membro)

Prof. Dr. José Ricardo e Sousa Mafra (membro)

Ladia Rufino dos Santos (membro)

4.3.3 Comitê Monitoria e Mobilidade Acadêmica

Profa. Maria Giovanna Machado Xavier

Prof. Edilan Sant'Ana Quaresma

Secretário Executivo Sérgio Augusto Santos de Palma

4.3.4 Órgãos Colegiados

Conselho do ICED:

Diretor do Instituto de Ciências da Educação – Membro permanente;

Vice-diretor do Instituto de Ciências da Educação – Membro permanente;

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação – Membro permanente;

Coordenador do Mestrado Profissional em Matemática – Membro permanente;

Coordenador do Mestrado Profissional em Letras – Membro permanente;

Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – Membro permanente;

Coordenador de Letras – Membro permanente;

Coordenador do Programa de Ciências Exatas – Membro permanente;

Coordenador do Programa de Ciências Naturais – Membro permanente;

Coordenador do Curso de Pedagogia – Membro permanente;

Coordenador do Curso de Geografia – Membro permanente;

Coordenador do Curso de História – Membro permanente;

Coordenador do Curso de Informática Educacional – Membro permanente;

Carlos José Freire Machado – Representante docente titular;

Nilzilene Gomes Figueiredo – Representante docente suplente;

Gustavo Pinto de Souza – Representante docente titular;
 Honorly Katia Mestre Correa – Representante docente suplente;
 Gilber Valério Cordovil – Representante docente titular;
 Ivan Gomes da Silva – Representante docente suplente;
 Elissandro Fonseca dos Banhos – Representante técnico titular;
 Adriane Gomes Barroso – Representante técnico suplente;
 Leilane de Aguiar Silva – Representante técnico titular;
 Roberto Elison Sousa Maia – Representante técnico suplente;
 Flávio Nicareta Amorim – Representante técnico titular;
 Danielle Caroline Batista da Costa – Representante técnico suplente;
 Alexander Junio da Silva – Representante discente titular;
 Gabriel Rocha Sousa – Representante discente suplente;
 Fabrício Sampaio Gaspar – Representante discente titular;
 Gerlan Silva da Silva – Representante discente suplente;
 Maria Djelma Brito – Representante discente titular;
 Igor Pereira dos Santos – Representante discente suplente.

4.4 Docentes

Compõem o quadro docente do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

4.4.1 Quadro de Titulação e Formação Acadêmica

N.	NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	ANDREI SANTOS DE MORAIS	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7020633386045520		
2	ANSELMO ALENCAR COLARES	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1107767923215438		
3	CASSIO ANDRÉ SOUSA DA SILVA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6328782777955572		
4	CLAUDIR OLIVEIRA	Dr.	DE

	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2524211626235519		
5	DORIEDSON ALVES DE ALMEIDA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1055254689850549		
6	EDILAN DE SANT'ANA QUARESMA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6254159795883440		
7	ELENY BRANDÃO CAVALCANTI	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1141653940885751		
8	EDNA MARZZITELLI PEREIRA	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3600935027247068		
9	ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2953244126081643		
10	ENOQUE CALVINO MELO ALVES	Me.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6855285777404570		
11	FRANCISCO EDSON GOMES DE ALMEIDA	Me.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5308426982159651		
12	GILBERTO CÉSAR LOPES RODRIGUES	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4795758824360303		
13	GILSON CRUZ JUNIOR	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1906124065625656		
14	HELIANA MARIA CUNHA AGUIAR	Ma.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0729441827556420		
15	HERGOS RITOR FRÓES DE COUTO	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4185846607001228		
16	HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3453735891564506		
17	IANI DIAS LAUER-LEITE	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0389466272108471		
18	IRACENIR ANDRADE DOS SANTOS	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0269417788620732		
19	JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA AQUINO	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4301479038166394		
20	JOSÉ RICARDO E SOUZA MAFRA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0259347290921771		
21	JUAREZ BEZERRA GALVÃO	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9436222631929060		
22	LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7025845426035988		
23	MARIA GIOVANNA MACHADO XAVIER	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0754632614701086		
24	MARIA LÍLIA IMBIRIBA SOUSA COLARES	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9671465461954562		
25	NELCILENE DA SILVA PALHANO	Dra	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1422892088441449		

26	RAISSA LENNON NASCIMENTO	Ma.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9429012908325660		
27	ROBERTO DO NASCIMENTO PAIVA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8407599730268736		
28	RODOLFO MADURO ALMEIDA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1527651015984510		
29	RUBENS ELIAS DA SILVA	Dr.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8000215626928980		
30	SIRIA LISANDRA DE BARCELOS RIBEIRO	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3951760840155822		
31	SOCORRO VÂNIA LOURENÇO ALVES	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5899748919875432		
32	TANIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO	Dra.	DE
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7125374751055075		
33	WILVERSON RODRIGO SILVA DE MELO	Dr.*	SUB.
	Acesso ao Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9384214088093720		

DE (Dedicação Exclusiva); Ma. (Mestra); Me. (Mestre); Dr. (Doutor); Dra. (Doutora); Sub. (Substituto (a))

* (Em doutoramento)

4.4.2 Quadro de Professor por Disciplina

N.	NOME	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
1	ANDREI SANTOS DE MORAIS	Dr.	- Estudos integrativos da Amazônia - Seminários Integradores I e II - Origem e Evolução do Conhecimento - TCC - Atividade
2	ANSELMO ALENCAR COLARES	Dr.	- Política e Legislação Educacional
3	CÁSSIO ANDRÉ SOUSA DA SILVA	Dr.	- <i>Introdução a computação</i> - Multimídia e hipermídia na educação - Teorias e práticas da educação tecnológica
4	CLAUDIR OLIVEIRA	Dr.	- Introdução a Computação - <i>Algoritmo e Linguagem de Programação I e II</i> - <i>Tecnologias Educacionais</i> - Realidade Virtual como Ferramenta Educacional - Produção de Projetos em Informática Educativa - Fundamentos de EAD - Seminário de Software Educativo - TCC - Projeto - TCC - Atividade - <i>Estagio I - Informática Educativa em Ambientes Escolares</i> - <i>Estagio II - Gerenciamento de Laboratório de Informática Educacional/ Ensino Médio</i> - <i>Estagio III - Estágios em Ambientes. Virtuais de Aprendizagem/ Ambientes não Escolares</i> - Algoritmos e Estrutura de Dados - Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura
5	DORIEDSON ALVES DE	Dr.	- Lógica linguagem e comunicação, seminários

	ALMEIDA		<ul style="list-style-type: none"> integrativos. - Interação na Base Real - Fundamentos da Informática Educativa - TCC – Atividade - Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura
6	EDILAN DE SANT'ANA QUARESMA	<i>Dr.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário de Pesquisa Educacional Educação e Tecnologias - Seminário de Apresentação de TCC - Introdução à Estatística - - TCC - Atividade
7	EDNA MARZZITELLI PEREIRA	<i>Dra.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sociologia da Educação - Seminário de Pesquisa Educacional - Seminário de Docência - Didática e Formação Docente
8	ELENY BRANDAO CAVALCANTE	<i>Dra.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Língua Brasileira de Sinais – Libras - Fundamentos da Educação Especial - Seminário de Pesquisa Educacional - TCC - Atividade
9	ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE	<i>Dra.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de Projetos em Informática Educativa - Fundamentos de Informática Educativa - Tecnologias e Educação - Objetos Digitais de Aprendizagem - Seminário de Informática Educativa - Seminário de Software Educativo - TCC - Projeto - TCC - Atividade - Seminário de Apresentação de TCC - <i>Estagio I - Informática Educativa em Ambientes Escolares</i> - Estagio II - Gerenciamento de Laboratório de Informática Educacional/ Ensino Médio - Estagio III - Estágios em Ambientes. Virtuais de Aprendizagem/ Ambientes não Escolares - Fundamentos da EAD - Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura - Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional
10	ENOQUE CALVINO MELO ALVES	<i>Me.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução a Computação - <i>Produção de Projetos em Informática</i> - Fundamentos de Engenharia de Software Educacionais - Realidade Virtual como Ferramenta Educacional - Multimídia e Hipermídia na Educação - Prototipagem e Robótica Educacional - Objetos digitais de aprendizagem - Algoritmos e estrutura de dados - Algoritmos e linguagem de programação - Tópicos Especiais em Educação

			Comunicação e Cultura - TCC - Atividade
11	FRANCISCO EDSON GOMES DE ALMEIDA	<i>Me.</i>	Psicologia da Educação e da aprendizagem Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento Seminário de Pesquisa Educacional Seminário de Docência - fundamentos da educação especial - educação especial e acessibilidade digital - TCC - Atividade
12	GILBERTO CÉSAR LOPES RODRIGUES	<i>Dr.</i>	- História da Amazônia e da Educação - Sociologia da Educação
13	GILSON CRUZ JUNIOR	<i>Dr.</i>	- Teorias e Práticas da Educação Tecnológica - Internet e Educação - Fundamentos da Informática Educativa - Didática e as Novas Tecnologias - Tópicos Especiais em Computação Educacional - TCC - projeto - Seminário de Informática Educativa - Seminário de Software Educativo - TCC- Atividade - Seminário de Apresentação de TCC - <i>Estagio I- Informática Educativa em Ambientes Escolares</i> - Estagio II- Gerenciamento de Laboratório de Informática Educacional/ Ensino Médio - Estagio III- Estágios em Ambientes. Virtuais de Aprendizagem/ Ambientes não Escolares - Objetos Digitais de Aprendizagem - Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura - Jogos Digitais e Educação
14	HELIANA MARIA CUNHA AGUIAR	<i>Ma.</i>	- Pedagogia em Ambientes não Escolares
15	HERGOS RITOR FROES DE COUTO	<i>Dr.</i>	- Tecnologias Educacionais - Educação Ambiental - Seminário de Pesquisa Educacional - TCC - Atividade
16	HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ	<i>Dr.</i>	- Realidade Virtual como Ferramenta Educacional - TCC – Atividade - Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura
17	IANI DIAS LAUER LEITE	<i>Dra.</i>	- <i>Sociedade, Natureza e Desenvolvimento</i> - Psicologia da Educação e da aprendizagem
18	IRACENIR ANDRADE DOS SANTOS	<i>Dra.</i>	- <i>Estudos Integrativo da Amazônia;</i> - Interação na Base Real - Seminários Integradores
19	JOSE ANTONIO OLIVEIRA AQUINO	<i>Dr.</i>	- <i>Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa</i> - Internet e Educação - TCC – Projeto - TCC - Atividade - <i>Produção de Projetos em Informática</i>

			- <i>Seminário de Apresentação de TCC</i> - Produção de Projetos em Informática Educativa Tópicos Especiais em Educação Comunicação e Cultura
20	JOSÉ RICARDO E SOUZA MAFRA	Dr.	- <i>Prototipagem e Robótica Educacional</i> - <i>Mídias e tecnologias digitais em espaços escolares</i> - Multimídia e Hipermídia na Educação - Teorias e Práticas da Educação Tecnológica - Seminário de Informática Educativa - Seminário de Software Educativo - TCC – Projeto - TCC - Atividade - Seminário de Apresentação de TCC - <i>Estagio I- Informática Educativa em Ambientes Escolares</i> - Estagio II- Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa/ Ensino Médio; - Estagio III- Estágios em Ambientes. Virtuais de Aprendizagem/ Ambientes não Escolares - Tecnologias da Informação e Comunicação - <i>Seminários Integradores II</i>
21	JUAREZ BEZERRA GALVAO	Dr.	- Didática e formação docente - Seminário de Pesquisa Educacional - Seminário de Docência - Educação Especial - <i>Teorias do Currículo</i>
22	LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO	Dr.	- Didática e formação docente - Seminário de Pesquisa Educacional - Seminário de Docência - Análise e Expressão Textual – Hipertextos
23	MARIA GIOVANNA MACHADO XAVIER	Dra.	- Legislação Aplicada à Educação Básica - Política e Legislação Educacional - I Seminário de Pesquisa Educacional
24	MARIA LILIA IMBIRIBA SOUSA COLARES	Dra.	- Didática e formação docente - Seminário de Docência - Seminário de Pesquisa Educacional
25	NELCILENE DA SILVA PALHANO	Dra.	- Origem e Evolução do Conhecimento
26	RAISSA LENNON NASCIMENTO	Ma.	- Tecnologias da Informação e Comunicação - Educação e Relações Étnico-Raciais
27	ROBERTO DO NASCIMENTO PAIVA	Dr.	- Semiótica e Língua portuguesa
28	RODOLFO MADURO ALMEIDA	Dr.	- Introdução a Computação - <i>Tecnologias Educacionais</i> - Realidade Virtual como Ferramenta Educacional - Prototipagem e Robótica Educacional - Produção de Projetos em Informática Educativa - Fundamentos de EAD

			- <i>Algoritmo e Linguagem de Programação I e II</i> - Tópicos Especiais em Computação Educacional - TCC - Atividade - - Introdução à Estatística
29	RUBENS ELIAS DA SILVA	<i>Dr.</i>	- Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND
30	SIRIA LISANDRA DE BARCELOS RIBEIRO	<i>Dra.</i>	- Estudos Integrativos da Amazônia
31	SOCORRO VANIA LOURENCO ALVES	<i>Dra.</i>	- <i>Fundamentos da Informática Educativa</i> - Fundamentos de Engenharia e Softwares Educacionais - Produção de Projetos em Informática Educativa - <i>Tecnologias Educacionais</i> - TCC - Atividade
32	TÂNIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO	<i>Dra.</i>	- Interação na Base Real - Psicologia da Educação e da aprendizagem - Seminário de Docência - Seminário de Pesquisa Educacional - Seminário de Apresentação de TCC - <i>Estágio I – Informática Educativa em Ambientes Escolares - Educação Infantil e Ensino Fundamental</i> - Seminários Integradores - Informática Educativa em Ambientes Escolares Seminário de Informática Educativa - TCC – Projeto - TCC – Atividade - Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional
33	WILVERSON RODRIGO SILVA DE MELO	<i>Me.*</i>	- Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação - História da Educação Brasileira - Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional - História da Educação Geral

DE (Dedicação Exclusiva); Ma. (Mestra); Me. (Mestre); Dr. (Doutor); Dra. (Doutora); Sub. (Substituto) (a)
* (Em doutoramento)

4.4.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores composto por 30% do corpo docente, em regime de dedicação exclusiva ao curso, que respondem diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Este Núcleo responde pelo desenvolvimento das ações prioritárias e necessárias para o processo de consolidação do curso e encaminhamento da dinâmica relacionada à Pesquisa, Ensino e Extensão relacionada a Informática Educacional e seu ensino.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores, com vínculo de Dedicação Exclusiva (DE) à UFOPA, que responde diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O NDE deve estar envolvido

diretamente em ações prioritárias e necessárias para esse processo de consolidação do que está previsto no PPC. O NDE deve ser composto por no mínimo, 30% do colegiado do Curso. No caso específico desta licenciatura, que conta com docentes de três unidades acadêmicas da UFOPA (Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) e Instituto de Ciências da Educação (ICED), buscou-se compor o NDE com docentes lotados no Programa de Educação, ao qual o curso esta diretamente vinculado, e com um docente lotado no IEG e outro no CFI, além de um docente lotado no Programa de Ciências Exatas, que dar suporte ao Núcleo de Aperfeiçoamento do curso.

O NDE atual do curso de Licenciatura em Informática Educacional esta composto por 9 (nove) docentes do curso, sendo composto por 7 (sete) Doutores e 2 (dois) Mestres (em processo de doutoramento), sendo eles: Prof^ª Dr^a Eliane Cristina Flexa Duarte (Coordenadora), Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro (ICED), Prof. Dr. Cássio David Borralho (IEG), Prof. Msc. Enoque Calvino Melo Alves (IEG), Prof. Dr. Edilan Sant'ana Quaresma (ICED), Prof. Dr. José Ricardo e Souza Mafra (ICED), Prof. Dr. José Antônio Oliveira Aquino (ICED), Profa. Dr. Claudir Oliveira (ICED), Prof. Gilson Cruz Junior (ICED) e Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida (ICED).

O NDE do curso de Licenciatura em Informática Educacional, esta composto por 10 docentes do curso, sendo 01 mestres e 9 doutores, listados na figura abaixo:

Ord.	Professor	Título.	Formação Acadêmico	R.T
1	Profa. ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE	Dra.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Doutora em Educação Licenciatura em Mestre em Computação Aplicada com ênfase em Engenharia Elétrica ✓ Especialista em Informática na Educação: fundamentação sócio-psicopedagógico, produção e avaliação de projetos ✓ Graduada em Pedagogia 	DE
2	Profa. TÂNIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO	Dra.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pós-doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia ✓ Mestrado em Pedagogia do Movimento Humano pela Universidade Gama Filho e Mestrado em Tecnologia Educacional. Especialização em Medicina Desportiva e Biociência do Esporte ✓ Especialização em Didática do Ensino Superior ✓ Especialização em Administração dos Serviços de Saúde ✓ Graduada em Psicologia ✓ Graduada em Educação Física ✓ Graduada em Pedagogia 	DE
3	Prof. CÁSSIO DAVID BORRALHO	Dr.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados ✓ Especialista em Engenharia de Software pela ✓ Mestrado em Engenharia Elétrica com Ênfase em Computação Aplicada pela UFPA/2006 	DE

4	Prof. ENOQUE CALVINO MELO ALVES (IEG)	Me.	✓ Mestre em Ciência da Computação ✓ Especialização em Informática Para Aplicações Empresariais ✓ Graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados	DE
5	Prof. EDILAN DE SANT'ANA QUARESMA	Dr.	✓ Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1993), Especialista em Educação Ambiental Especialista em Estatística ✓ Mestre em Estatística ✓ Doutor em Ciências com ênfase em Estatística e Experimentação Agronômica pela ESALQ-USP(2014)	DE
6	Prof. JOSÉ RICARDO E SOUZA MAFRA (ICED)	Dr.	✓ Graduação em Licenciatura em Matemática ✓ Mestre (2003) e Doutorado em Educação	DE
7	Prof. JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA AQUINO (ICED)	Dr.	✓ Licenciatura Plena em Matemática Mestrado (2003) e doutorado (2008) em Modelagem Computacional	DE
8	Prof. CLAUDIR OLIVEIRA (ICED)	Dr.	✓ Graduação em Licenciatura em Matemática ✓ Pós-Graduação em Educação Matemática (Lato Sensu) ✓ Mestrado em Modelagem Computacional ✓ Doutorado em Modelagem Computacional	DE
9	Prof. GILSON CRUZ JUNIOR (ICED)	Dr.	✓ Doutor em Educação ✓ Graduação em Educação Física ✓ Mestrado em Educação Esportiva.	DE
10	Prof. RODOLFO MADURO ALMEIDA (ICED)	Dr.	✓ Licenciatura Plena em Matemática Mestrado e Doutorado em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	DE

4.4.4 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

- Classe A, com as denominações de:
 - Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
 - Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
 - Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;
- Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
- Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
- Classe D, com a denominação de Professor Associado; e
- Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo. 12, o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe

4.4.5 Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução UFOPA/CONSUN nº 49, de 27 de março de 2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da UFOPA, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da UFOPA consta de 2 (duas) etapas:

I - Primeira Etapa:

- a. Prova escrita: De caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios avaliados serão a apresentação - introdução, desenvolvimento e conclusão -, o conteúdo e o desenvolvimento do tema - organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade - e a linguagem - uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical. Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.
- b. Prova didática: Também de caráter eliminatório e classificatório, esta etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento

e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

- c. Prova Prática ou Experimental: Essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

II - Segunda Etapa:

- a. Prova de memorial: Nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na UFOPA. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na UFOPA para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
- b. Julgamento de títulos. De caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

4.4.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada

O Plano de Qualificação e Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA tem como objetivo elevar o número de professores na Instituição com os títulos de Mestre e Doutor, elevando o padrão do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos no interior da Amazônia.

O Plano prevê a qualificação, em cinco anos (2012-2016) de no mínimo 20% dos servidores, sendo 7,5% para obtenção de títulos de Mestre, a formação de 40 novos doutores,

além do envio de 10% dos atuais doutores para estágio pós-doutoral, através de convênios e parcerias com Instituições nacionais e internacionais.

Além do incentivo à qualificação docente em outros Programas de Pós-Graduação no Brasil e em outros países, a UFOPA também busca soluções internas:

- a) Política de Normatização e Atualização Sistemática de recursos humanos na UFOPA
- b) Criação de Mestrados Interinstitucionais (MINTERS)
- c) Criação de Doutorados Interinstitucionais (DINTERS)

Nesta instituição foram criados o DINTER, em convênio com a Universidade de Campinas- UNICAMP, o Doutorado em Estudos Amazônicos da UFOPA e o Mestrado em Educação, também da UFOPA.

4.4.7 Apoio a Participação em Eventos

O apoio para participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos parte da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT) e da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEN).

4.4.8 Incentivo a Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes

Liberação total ou parcial das atividades acadêmicas e pedagógicas para os docentes aprovados em Programas de Mestrado e Doutorado.

5 INFRAESTRUTURA

O curso de Licenciatura Integrada em Informática Educacional contará com a infraestrutura do Campus Universitário de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará, composta de três unidades acadêmico-administrativas, as unidades Tapajós Amazônia e Rondon, que abrigam um conjunto diversificado de estruturas para propiciar o desenvolvimento das atividades do processo de ensino e aprendizagem. A infraestrutura de cada unidade comporta biblioteca, laboratórios especializados, salas de aulas, auditórios, espaço de convivência, salas para professores e gestão acadêmica e administrativa, entre outras. Para garantir o acesso às três unidades, a administração superior disponibiliza uma rota, gratuita, de transporte privativo à comunidade acadêmica, que cobre todos os turnos em intervalos de uma hora.

5.1 Instalações Gerais

O Curso fará uso intensivo da infraestrutura da unidade Rondon, com 8.583,57 m², que comporta uma biblioteca setorial; espaço de convivência; lanchonete; 16 salas de aula, todas climatizadas, com quadro magnético, projetor multimídia e capacidade par 50 alunos, um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, duas salas especiais, climatizadas, com quadro magnético, recursos de multimídia e capacidade para 100 alunos, cada; e rede sem fio *wiffi* de banda larga disponível a todos os discentes. Os alunos têm acesso, a partir de qualquer computador interligado a rede de internet da UFOPA, ao Portal de Periódicos da CAPES, uma vez que a UFOPA faz parte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

5.2 Salas de Aula

Dentre as 18 salas de aula da Unidade Rondon, o curso conta com 02 salas de aula de uso prioritário para 50 alunos, cada. Essas salas, como as demais, são climatizadas e possuem equipamento de projeção multimídia, além de em duas delas contam com lousa digital, que propicia o uso de ferramentas virtuais para apoio as atividades teórico-práticas do curso.

5.3 Instalações para Docentes do Curso

Os docentes possuem estações de trabalho individual, contendo armário e computador interligado a rede de *internet* da UFOPA. As estações são agrupadas por afinidades e áreas do conhecimento, o que propicia a interação de docentes que atuam em diferentes linhas de pesquisa. Nesse espaço os docentes contam, ainda, com salas coletivas para atividades de discussões, reuniões e orientações. Além disso, os laboratórios vinculados aos cursos disponibilizam estações de trabalhos para professores e discentes associados aos seus projetos de pesquisa e extensão. As salas passam por limpeza diária feita por equipe contratada. O acesso às salas se dá através de duas escadas e dois elevadores. Todos os aspectos citados proporcionam comodidade e conforto aos professores e alunos atendidos

5.4 Instalações Para Coordenação Do Curso/Programa

A coordenação do Programa/Curso de Informática Educacional compartilham uma sala climatizada de 18 m² contendo três estações de trabalho com computador conectado à rede de *internet*, impressora, telefone e armários. A coordenação conta com a cooperação de um técnico administrativo, responsável pelo agendamento, protocolo, recebimento,

distribuição e arquivamento de documentos, edição de memorandos, ofícios e demais documentos, e recepção ao público.

5.5 Auditório e Videoconferências

A unidade Rondon dispõe do Auditório Wilson Fonseca, climatizado e com capacidade para 150 espectadores. O auditório possui sistema de som interno e salas de suporte. Para atividades concomitantes faz-se uso das duas salas especiais, cada uma para cem pessoas, como mini auditórios. A UFOPA possui uma sala Videoconferência, que pode se agendada para apoiar atividades do curso.

5.6 Biblioteca

O Sistema de Bibliotecas da UFOPA é um órgão suplementar, subordinado diretamente à Reitoria, tendo suas atividades iniciadas desde 2010.

Missão: Atender a comunidade acadêmica com qualidade, prestando serviço eficiente e eficaz de acesso à informação, visando à produção e a disseminação do conhecimento técnico-científico e cultural para o desenvolvimento da Amazônia.

Visão: Ser referência no gerenciamento e disseminação de informações técnico-científica e cultural para o desenvolvimento da sociedade.

O Sistema de Bibliotecas tem como objetivo: coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das bibliotecas da UFOPA, oferecendo suporte bibliográfico ao desenvolvimento do ensino, da extensão e da pesquisa. Para tanto, adota uma gestão compartilhada com todas as unidades do sistema, bem como partindo da integração entre as equipes, técnicas e de apoio que atuam com visão no atendimento ao usuário com o objetivo de oferecer serviços de informação de qualidade.

O Sistema é composto por três unidades na sede, Santarém, funcionando nos Campus Rondon (Biblioteca Central), Campus Tapajós (Biblioteca setorial) e Campus Amazônia (Biblioteca setorial). No interior, tem-se uma Unidade de Biblioteca no Campus de Oriximiná (em funcionamento), e no Campus de Óbidos (que já está sendo organizada para entrar em funcionamento). Há mais unidades Multicampi que serão ainda implantadas nos Campus de Juruti, Monte Alegre, Alenquer e Itaituba.

Em função da demanda acadêmica, ingressante na Instituição pelos diversos processos seletivos já aplicados, foram estruturados três ambientes para funcionamento das bibliotecas da Universidade: na Unidade Rondon, que abriga o acervo do Instituto de Ciências da Educação; na Unidade Tapajós, o acervo dos cursos dos Institutos de Biodiversidade e Florestas, de Engenharia e Geociências, de Ciência e Tecnologia das Águas; na Unidade Amazônia, o acervo do Instituto de Ciências da Sociedade, Instituto de Saúde Coletiva e do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI).

O Sistema de Bibliotecas está estruturado para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral de segunda-feira à sexta-feira: de 8h as 22h e aos sábados: de 8h as 12h. Os seguintes produtos são oferecidos:

- Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa);
- Empréstimo domiciliar;
- Orientação à pesquisa bibliográfica;
- Serviço de guarda-volumes;
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- Acesso à Normas da ABNT;
- Acesso à Internet;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Orientação ao acesso no Portal de Periódicos Capes.

5.6.1 Serviços oferecidos

Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa); empréstimo domiciliar; orientação à pesquisa bibliográfica; empréstimo entre bibliotecas (do Sistema); serviço de guarda-volumes; orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos; pesquisa em audiovisuais; acesso à *Internet*; visita orientada; acesso às normas da ABNT *on line*; elaboração de ficha catalográfica; orientação do acesso às bases de dados nacionais e internacionais, disponíveis *on line* (bases referenciais e outras); orientação à consulta ao Portal de Periódicos Capes que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

5.6.2 Biblioteca Setorial da Unidade Rondon/ICED

O objetivo da Biblioteca Universitária da Unidade Rondon da UFOPA é desenvolver e disponibilizar um acervo que atenda a comunidade universitária na sua procura por produtos e serviços em nosso setor. Atualmente a biblioteca possui um acervo com diferentes tipos de materiais informacionais: livros, periódicos, mapas, fitas, cd's e dvd's. Estes materiais estão ordenados por assunto de acordo com classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD). Com uma área total de 372,80(m²), a Biblioteca da Unidade Rondon está dividida da seguinte forma:

- Térreo: Hall, banheiros Feminino e Masculino; recepção/atendimento, escada, elevador (sem funcionamento), armário para guarda-volumes (50 escaninhos) e área específica para acervo, acondicionado em mobiliário adequado para sua organização, que compõe o acervo geral, coleção Amazônia e a Produção Acadêmica da Universidade.
- 1º Andar: 01 sala para Direção do Sistema de Bibliotecas, 02 salas para o processamento técnica do material bibliográfico e audiovisual, 01 sala de guarda de acervo, 01 sala de estudo em grupo (capacidade para 8 pessoas, equipada com TV de 32' e Datashow); e mezanino - área de estudo – ambiente estruturado com 3 cabines individuais de estudo, cabines com 9 computadores para acesso à internet e 9 mesas de estudo coletivo e 07 estantes para periódicos.

A Biblioteca Setorial tem em sua estrutura câmeras de segurança instaladas no térreo e 1º andar, elevador para pessoas com necessidades especiais e apresenta iluminação e climatização em condições satisfatórias.

5.7 Laboratórios

O curso possui três laboratórios de uso exclusivo e/ou prioritário e faz uso de outros três de uso geral.

Para as atividades que necessitem de computadores são utilizados três Laboratórios de Informática, dois deles, LabIn 01 com 30 (trinta) computadores e LabIn 02 com 24 (vinte e quatro) computadores de uso prioritário do curso, e o LabIn 03 com 50 (cinquenta) computadores, para aulas gerais. Os 104 (cento e quatro) computadores são da marca HP, com processadores AMD Phenom™ II X4 de 3.20 GHz, memória RAM de 4,00 GB, HD de 500 GB e Sistema Operacional (Linux e Windows 7) de 64 Bits, com teclado, mouse e monitor HP LED de 17". Os computadores dos três laboratórios estão conectados à rede mundial de

computadores, *internet*, através de uma rede de fibra ótica, o que garante altas taxas de velocidade para *download* e *upload*.

5.7.1 Laboratório de Aplicações com as Novas Tecnologias Educacionais (LANTED)

Nos últimos anos dez anos, o investimento em políticas públicas no setor educacional foi de sobremaneira significativo, possibilitando o acesso de alunos e professores às novas tecnologias de informação e comunicação, dentre outras que se juntaram a uma das políticas governamentais de maior impacto nesse período: o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (*PROINFO*). Esta iniciativa equipou escolas e formou professores para a utilização de novas tecnologias nos processos de ensino das escolas públicas em todo país. Contudo, embora muitas salas informatizadas tenham recebido equipamentos de última geração, a grande maioria ficou inoperante diante de situações como: ausência de formação contínua no preparo de profissionais para trabalhar de modo qualificado os conteúdos das diversas áreas do conhecimento com o uso das novas tecnologias; resistência dos profissionais da educação em lidar com os desafios de aplicar tais recursos no contexto escolar; mão-de-obra profissional para manutenção dos equipamentos; e, em muitos casos, a falta de conhecimento por parte dos gestores administrativos das escolas.

Nessa direção, a universidade enquanto formadora de profissionais deve estar atenta às demandas da sociedade. No caso do curso de licenciatura em Informática Educacional, cabe a tarefa de preparar o profissional para o uso e compreensão das novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma perspectiva que visa contribuir não somente com a inclusão tecnológica e digital, mas também possibilitar o emprego de novas metodologias que promovem maior dinamismo, além de simulações no experimento de diversos artefatos tecnológicos no contexto escolar e em outras organizações que requeiram este tipo de profissional.

Na formação de licenciados em Informática Educacional é primordial o contato com diversos meios tecnológicos como parte de uma preparação que permita uma atuação qualificada no tocante à mediação de processos de ensino-aprendizagem em contextos escolares e não-escolares. Diante do exposto, o laboratório de Informática Educacional cumpre a função de propiciar um espaço de desenvolvimento acadêmico-profissional complementar, garantindo as condições para o estabelecimento de pontes entre a teoria e a prática, bem como o ensejo a experiências e projetos interdisciplinares voltados à educação

tecnológica.

Objetivos

- Proporcionar aos acadêmicos do curso de Informática Educacional um ambiente para desenvolvimento, experimentação e formação no uso de diversas tecnologias condizentes curriculares do referido curso.

Objetivos específicos

- Oferecer aos professores e alunos do curso um laboratório para aquisição de experiências, produção de conhecimentos na área específica do curso de licenciatura em Informática Educacional;
- Oportunizar o acesso aos meios tecnológicos diversos, incentivando a reflexão, planejamento e desenvolvimento de materiais didáticos computacionais;
- Reconhecer o papel das tecnologias digitais na organização da vida sociocultural e na compreensão da realidade;
- Relacionar o manuseio do computador com conteúdos significativos, ligados ao cotidiano, proporcionando a aquisição conhecimentos; com estratégia para tornar o estudante ativo em sua aprendizagem;
- Refletir com a prática no laboratório o papel do professor para o uso da tecnologia;
- Usar os Recursos digitais tecnológicos como requisito de soluções;
- Garantir aos alunos do curso de informática Educacional e demais alunos do ICED a aplicação e conhecimento de novas tecnologias nas diversas áreas de formação;
- Reconhecer o papel do profissional professor de informática Educacional.

Visão geral e aspectos técnicos

Atualmente, o laboratório de Informática Educacional está localizado na sala H201 do Instituto de Ciências da Educação (Campus Rondon/UFOPA). Possui área total de 69,2m², distribuída por um espaço físico com as dimensões 11,8m x 5,9m. O layout é constituído por quatro ilhas de trabalho e estudo, sendo cada uma delas composta de: a) uma mesa redonda com diâmetro igual a 1,55m; b) seis computadores com gabinete, mouse e teclado (distribuídos conforme a figura 1); c) seis cadeiras giratórias (uma para cada computador). Além da estrutura das ilhas de trabalho, a sala também conta com: duas mesas redondas próximas à porta reservada aos acadêmicos com notebooks; uma mesa situada no fundo da

sala, a qual está reservada para atividades de aula; três mesas retangulares reservadas para atividades de robótica; armários modulares fixados a 1,8m do chão; quadro magnético e lousa digital para aulas expositivas.

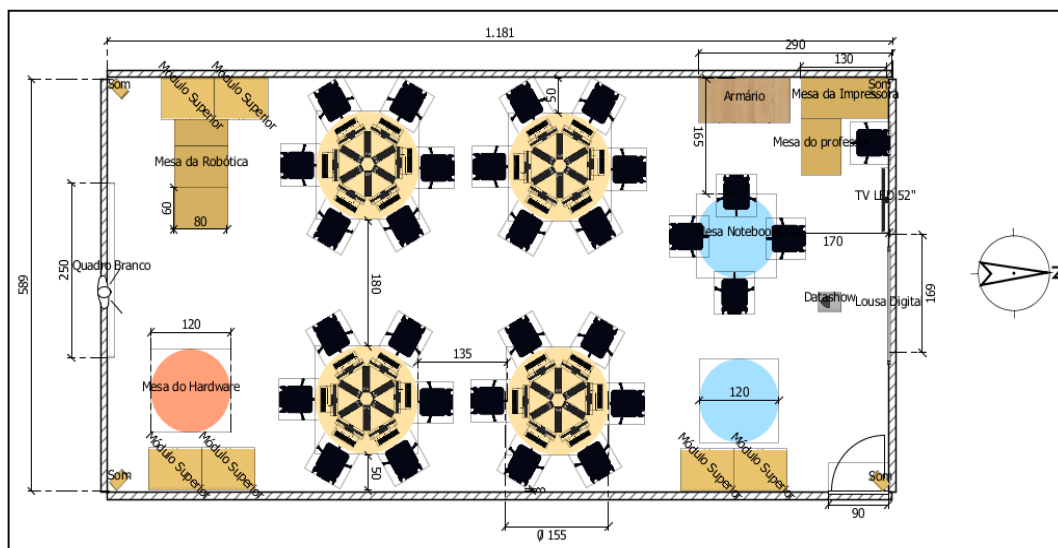


Figura 4: Visualização superior do layout do laboratório



Figura 2: Visualização superior tridimensional do laboratório

Em linhas gerais, o layout foi desenvolvido pensando nas possíveis atividades que professores e alunos da instituição podem propor no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão. Um dos principais propósitos do laboratório é servir como ambiente multifuncional que contribua com a inovação dos métodos e processos pedagógicos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação. Além disso, pensou-se na necessidade de organizar

do espaço de modo flexível, permitindo a disposição de mesas e cadeiras de modo a atender as demandas de cada aula ou atividade.

5.7.2 Laboratório de Pedagogia

O Laboratório de pedagogia passou por uma reestruturação e a partir disso foi possível providenciar móveis sob medida, aproveitando ao máximo os espaços disponíveis. O espaço dispõe atualmente de quatro (04) balcões coloridos e sob eles quatro (04) aéreos com portas e gavetas amplas. Também possível encontra na sala um (01) televisor colorido, um (01) data show, um (01) microfone com tecnologia wireless, uma (01) caixa de som, oito (08) bancos de madeira (08) uma cadeira estofada de couro, uma (01) cadeira presidente de couro, duas (02) mesas de estudo, uma (01) mesa de escritório, um (01) quadro branco e dois (02) espelhos. Esse espaço, compartilhado com a brinquedoteca também dispõe de DVDs com aulas, livro textos, palestras, documentários e diversos outros gêneros que abordam assuntos relativos aos componentes curriculares do curso de pedagogia.

O laboratório de Pedagogia vinculado ao Curso de Pedagogia da UFOPA esta localizado na sala R 11 do campus Rondon/ICED térreo, ocupando o espaço de 52,7m². Esse espaço passou por uma reestruturação e conta com um equipamento novo e qualitativo feito sob medida para as dimensões da sala. Trata-se de um espaço bem iluminado, climatizado, amplo, confortável e acessível a todos os alunos do curso. O financiamento para reforma desse espaço contou com o apoio do projeto intitulado: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE.

O laboratório de pedagogia está sob a coordenação de um docente do curso de pedagogia e conta com a colaboração de uma bolsista remunerada que atende os alunos que acessam esse espaço. Qualquer atividade desenvolvida nesse laboratório é previamente agendada junto a coordenação do curso, presencialmente ou por e-mail, informando o evento, a finalidade e os de recursos do laboratório a serem utilizados.

5.7.3 Brinquedoteca

A brinquedoteca atualmente funciona junto ao laboratório de pedagogia e deverá ter sala própria e de uso exclusivo do curso. O Projeto para sua implantação está em fase de elaboração. Atualmente esse espaço dispõe de cerca de oitenta e cinco (85) brinquedos

comprados entre jogos educativos que visam estímulo motor, lógico matemático, linguístico, memória, imaginário infantil, musical, inclusivos etc. Também foi adquirido cerca de cinquenta (50) fantoches produzidos comercialmente e pelo menos vinte (20) fabricados por acadêmicos do curso no espaço da brinquedoteca e laboratório de pedagogia. Também pode ser acessado pelo menos seis (06) fantasias infantis para teatro, uma (01) maquete de madeira para teatro de fantoches e quarenta e cinco (45) colchonetes.

A coordenação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa do Oeste do Pará disponibilizou quatro (04) caixas de jogos com dez (10) jogos lúdicos cada para o estímulo da aprendizagem do português. A brinquedoteca conta ainda com o apoio recursos do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos e Grupo de Pesquisa em Educação e Processos Inclusivos no empréstimo de materiais lúdicos voltados ao campo da acessibilidade pedagógica e curricular para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Além de todos os brinquedos descritos, o acesso a material escolar como cola, cartolina, EVA, isopor etc.. é permitido a acadêmicos do curso para a elaboração de jogos e favorecimento de brincadeiras com planejamento prévio e sob orientação docente.

A brinquedoteca, a qual vem funcionando junto ao laboratório de pedagogia dispõe de material lúdico pedagógico em perfeito estado. Também é possível acessar na sala o cantinho da leitura que disponibiliza livros de literatura infantil própria do laboratório e cedidos pela biblioteca Bartolomeu Campos de Queiros administrada pelo Grupo de Estudo, Leitura e Intervenção em Literatura Infante juvenil - LELIT. Também, disponibiliza-se nesse espaço livros e brinquedos que promovem a acessibilidade pedagógica e curricular de pessoas com Necessidade Educacionais Especiais, fornecidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação (GEPES) de Surdos e o Grupo Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos.

A brinquedoteca esta sob a coordenação do mesmo professore responsável pelo laboratório. Quando houver a aquisição de um espaço próprio, intensiona-se a elaboração de cantinhos temáticos com planejamentos adequados que possa viabilizar um ambiente de aprendizagem confortável e seguro, de acordo com os pressupomos curriculares estudadas no curso.

5.8 Condições de Acesso para pessoas com necessidades especiais

O colegiado do Programa de Ciências Exatas do ICED, ao qual o curso de Informática educacional faz parte, atua junto a UFOPA, no sentido de contribuir com a política de atendimento aos portadores de necessidades especiais, conforme a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, a saber:

Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.
(DOU 11/11/2003 p. 12, Seção 1).
GABINETE DO MINISTRO

Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 2.306, de 19 de agosto de 1997, e considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, resolve

Art. 1. Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2. A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

§ 1. Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:

I - Com respeito a alunos portadores de deficiência física:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

II - No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático;

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas,

complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

§ 2. A aplicação do requisito da alínea a do inciso III do parágrafo anterior, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas a este Ministério, fica condicionada à criação dos cargos correspondentes e à realização regular de seu provimento.

Art. 3. A Secretaria de Educação Superior, com suporte técnico da Secretaria de Educação Especial tomará, no prazo de noventa dias contados da vigência das normas aqui estabelecidas, as medidas necessárias à incorporação dos requisitos definidos na forma desta Portaria aos instrumentos de avaliação das condições de oferta de cursos superiores.

Art.4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria no 1.679, de 2 de dezembro de 1999, publicada no D.O.U. de 3 de dezembro de 1999, Seção 1E, pág. 20.

O Colegiado tomará as seguintes ações conforme esta mesma portaria:

- Designar uma comissão para análise de cada caso;
- Informar ao professor de cada disciplina sobre os procedimentos necessários para o acompanhamento do aluno especial;
- Fazer o acompanhamento do aluno especial, no que se refere aos procedimentos administrativos e ao percurso acadêmico do aluno.

O curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará funciona em um prédio situado na Avenida Marechal Rondon, s/n. Bairro Caranazal. O prédio atende as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A estrutura atual possui dois elevadores e rampas de acesso que permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Os elevadores são submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente.

Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido. Destacamos ainda que após participação de representantes da Ufopa no Seminário Incluir, em Brasília (ano de 2013), foi feita socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da Ufopa, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de

12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa e posterior realização de reuniões periódicas; Realização do I Seminário de Acessibilidade da Ufopa no de 2013 com a participação da Profa. Martinha Clarete Dutra dos Santos (SECADI/MEC) e do Prof. Evandro Guimarães (UFMA), Parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa (GEPES).

Em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, sua composição conta com a participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Ufopa.

5.9 Infraestrutura de Segurança

Os serviços de segurança e vigilância patrimonial armada com uso de ronda eletrônica são executados pela Empresa *Security Amazon* e acompanhados e coordenados pela Coordenação de Segurança Patrimonial - CSP, subordinada diretamente à Pró-Reitoria de Administração - PROAD;

A segurança das instalações físicas e dos usuários da Unidade Rondon, Instituto de Ciências da Educação (ICED), é parte integrante dos serviços que atendem a UFPA, e conta com 04 postos de vigilância compostos por 16 vigilantes trabalhando em jornada de 12 h x 36 h, 02 postos de vigilância compostos por 02 vigilantes trabalhando em jornada de 44 h semanais de 07:00 h às 15:00 h diariamente, 02 postos de serviço de vigilância compostos por 02 vigilantes trabalhando em jornada de 44 h semanais de 15:00 h às 23:00 h diariamente, onde todos os vigilantes estão equipados com rádio e equipamentos de segurança exigidos por lei como coletes, e botas, além do **serviço de vídeo monitoramento CF/TV 24h**, com a utilização de 23 câmeras de alta resolução naquele Unidade. O monitoramento dessas câmeras é realizado em sala especial externa a Unidade Rondon.

Vale ressaltar que a ronda eletrônica trata-se de um dispositivo que monitora as atividades dos vigilantes, mantendo-os atentos durante toda a jornada de trabalho e que são realizadas rondas supervisão e controle por supervisores da empresa e pela CSP.

5.9.1 Núcleo de Acessibilidade da UFOPA

O curso LIE baseia-se nas ações e projetos desenvolvidos pela Universidade Federal

do Oeste do Pará (UFOPA). Segundo levantamento feito junto ao Diretório de Recursos Acadêmicos da UFOPA, a instituição apresenta alunos com surdez, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual e outras necessidades não especificadas. Outro mapeamento, conta com as reservas de vagas para pessoas com necessidades educacionais especiais disponibilizadas no processo seletivo regular a partir do ano de 2015. Assim a universidade vem se estruturando e melhorando as condições de acessibilidade e inclusão de discentes com necessidades especiais.

Em 2013, preocupados em dar conta dessas demandas, a UFOPA instituiu o GT-Pró-acessibilidade por meio da portaria n.1293. O grupo foi composto por treze membros entre eles docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT- Pró-acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na UFOPA.

Nesse caminho, para dar conta dos direcionamentos legais que regem a educação inclusiva no Brasil, e atendendo as orientações do Programa Incluir – acessibilidade no ensino superior criado em 2005, a UFOPA instituiu em 18 de Junho de 2014 a portaria nº 1.376 que cria o núcleo de acessibilidade nessa IFES. Tal ação institucional também se torna eminente diante a portaria nº 3.284/2003 e dispõe sobre a instrução de processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, determinando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Nota-se que a UFOPA surge no cenário de ensino superior com essas demandas a serem atendidas em caráter emergencial.

Diagnóstico, planejamentos e ações: O núcleo de acessibilidade da UFOPA coloca em andamento projetos de pesquisa e extensão os quais colaboram com dados informativos e formação continuada a comunidade acadêmica e geral. Assim, destaca que a UFOPA tem se preocupado com as adequações possíveis, como a construção e instalação de banheiros e elevadores adaptados, o nivelamento de rampas e portas das salas e disposição de calçada tátil nas dependências da unidade Tapajós, assim como já construído na unidade Rondon. Evidencia-se que em 2014 foram nomeados dois intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa os quais já atuam junto a alunos surdos em sala de aula e em eventos da universidade, em concordância com as orientações políticas educacionais da educação bilíngue.

Ressalta-se ainda, em 2014, a criação de um programa de bolsa monitoria especial para acompanhamento de aluno com Deficiência Visual (DV), o qual um monitor apoia os

alunos de modo instrumental, viabilizando o acesso a recursos disponíveis pelo Grupo de Pesquisa e Estudo em Educação e Processos Inclusivos (GPEEPI) e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos (GPEPES), dando suporte para descrição audiovisual das aulas e eventos e auxiliando na mobilidade nas unidades da UFOPA não sinalizadas.

Essa medida, embora emergencial, mostrou efeitos positivos no desenvolvimento do estudante com Deficiência Visual e contabilizou para o aprendizado e posterior independência desse acadêmico no uso de recursos disponíveis, como reglete, soroban, lupas, teclado adaptado, kit desenho (para aulas de matemática), mouse, adquiridos por meio de projetos de pesquisa e extensão elaborados pelo GPEEPI e GEPES e passam a ter uso compartilhado com o núcleo de acessibilidade.

A IES preocupa-se ainda com os deficientes auditivos, promovendo a realização de eventos acadêmicos como a “I mostra de Cultura \surda da UFOPA: Valorizando a Diferença Cultura Política e Linguística” , e “I Sarau de Natal em Libras” da UFOPA, além da formação de docentes por meio de participação de docentes em eventos nacionais que discutem a inclusão e acessibilidade na educação superior.

Financiados pelo programa INCLUIR o Núcleo de Acessibilidade tem diversos equipamentos de tecnologias assistivas para disponibilizar aos alunos tais como: máquina de escrever em Braille, lupa eletrônica, andador de alumínio articulado, régua de leitura, Telefone Amplificado, Telefone de mesa com teclas Braille e números, Lupa eletrônica portátil, Teclado Braille USB, Calculadora falante, Bengala de alumínio, Almofada de gel antiescaras quadrada em gel, cadeiras de rodas, computadores, notebooks e tablets, tendo em vista as necessidades apresentadas.

Também se encontra finalizado o regimento do núcleo de acessibilidade, aguardando apenas aprovação no conselho superior, assim como o plano de acessibilidade que está em construção para organização de uma política de acessibilidade institucional. O Núcleo Tem dado continuidade no ano de 2015, 2016 e 2017 ao programa de bolsa monitoria especial para acompanhamento de aluno com Deficiência Visual(DV) e Deficiência Auditiva (DA), com 12 bolsistas atualmente, entre eles 8 bolsistas selecionados pelo Edital nº 30/16 – PROEN/DE, de 03 de junho de 2016. Acompanhamento que contribuiu para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, Promovendo maior interação entre os estudantes com as necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, a UFOPA tem se empenhado na inclusão e acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais, apresentando metas de atividades e planejamento de

ações a serem desenvolvidas, como a adaptação de estrutura física para acessibilidade aos diferentes locais das unidades Tapajós, Rondon e Amazônia (Banheiros, piso tátil, elevadores). O Núcleo de Acessibilidade, inaugurou a Sala/Espaço do Núcleo de Acessibilidade da UFOPA, localizado na Unidade Amazônia, térreo sala 101. Com a presença da Profa. Me. Marli Melo Almeida/UEPA-Belém, que proferiu a palestra: Acessibilidade no Ensino Superior.

Promoveu o curso básico de Braille, em Maio de 2016, pelo facilitador Jonathan Rafael Cardoso (Interprete), onde objetivou ofertar a formação básica à comunidade acadêmica e sociedade em geral, para estimular a interação com pessoas com deficiência visual, dois cursos básicos de Libras, em junho de 2016 e o segundo em Setembro de 2016, pela facilitadora Kelem Garcia (Interprete), onde objetivou ofertar formação básica em LIBRAS para a comunidade em geral, viabilizando o aprendizado de sinais básicos para que possam promover a comunicação e interação com a comunidade surda, valorizando a diferença cultural da comunidade surda e o apoio a uma educação inclusiva de qualidade.

5.9.2 Licenciando com Transtorno no Espectro Autista

A lei nº 12.764/12, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e enquadra a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012).

No artigo 3º dessa Lei supracitada, se explicita sobre os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; onde no inciso IV, refere-se quanto ao acesso dessas pessoas à educação e ao ensino profissionalizante.

A universidade é lugar de inclusão. Partindo desse princípio a universidade acolhe e atende Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, constituindo um ambiente, em que os discentes com autismo se desenvolvem. Chiote (2012), nos aponta os enormes benefícios da inclusão de pessoas com TEA no contexto educacional, principalmente no que se refere a convivência com outras pessoas, como também, o processo de ensino e a utilização do computador como instrumento à acessibilidade

Percebemos com isso que neste ambiente o discente terá a possibilidade de se desenvolver socialmente e intelectualmente, sendo que a coordenação do curso de LIE acolhe acadêmicos com TEA, discute e cria mecanismo de inclusão nas atividades acadêmicas

atrelada ao ensino, pesquisa e extensão, com o apoio do Núcleo de acessibilidade em parceria com organizações locais.

5.10 Apoio aos Discentes

Como políticas da Assistência Estudantil já estão implantados na UFOPA os Programas de Bolsa Permanência, Bolsa Moradia, Bolsa de Língua Estrangeira Inglesa (BOLEI) e os Jogos Internos da UFOPA. O Programa de Bolsa Permanência está implementado na forma de repasse de auxílios financeiros aos discentes caracterizados como em situação de vulnerabilidade social, incluindo também os estudantes indígenas, ingressos por um Processo Seletivo Especial. A BOLEI foi criada com o objetivo de ampliar as oportunidades para o discente da UFOPA se tornar cidadão do mundo, ter acesso à produção científica escrita nesse idioma e facilitar a participação nos Programas de Mobilidade Acadêmica Internacionais. A UFOPA ainda firmou convênio com o Banco Santander que através das ações do Santander Universidades, disponibiliza as universidades conveniadas o acesso a cursos online de inglês e espanhol, além de propiciar bolsas para mobilidade nacional e internacional.

Estas ações estavam sob a gestão da Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão, através de sua Diretoria da Comunidade, Cultura e Esporte. A partir de 14 de abril de 2014, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) da UFOPA é o novo setor responsável pela gestão da política de assistência estudantil da instituição, que segue os princípios da política nacional.

Além de reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da Universidade – Bolsa Permanência, Bolsa Moradia e Bolsa de Língua Estrangeira Inglês (BOLEI) –, a PROGES também tem como objetivos fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, através da Diretoria de Ações Afirmativas, promover discussões junto à comunidade universitária e coordenar ações que viabilizem o Restaurante Universitário e a criação da Casa do Estudante.

Além da Diretoria de Ações Afirmativas, onde funcionará a Coordenação de Cidadania e Igualdade Étnico-Racial, a PROGES é formada também pela Diretoria de Assistência Estudantil, onde funcionarão a Coordenação Psicopedagógica e a Coordenação de Esporte e Lazer.

A implementação de ações para a melhoria do desempenho discente e para adaptação à vida universitária, refletida no seu desenvolvimento profissional, envolvem: recepção aos discentes visando integrar o calouro com a comunidade acadêmica; atendimento ao discente com deficiência através de adequações necessárias quer sejam pedagógicas ou estruturais; sondagem do nível de satisfação dos discentes em relação ao corpo docente e conteúdos ministrados por meio dos resultados da Avaliação Institucional e de reuniões com os representantes de turmas; assessoria aos universitários, na orientação, na informação e no atendimento quanto às necessidades acadêmicas e psicopedagógicas; orientação geral quanto aos procedimentos legais e de trâmite interno da Instituição.

Por meio da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) são disponibilizadas, via edital, bolsas de monitoria em duas modalidades Bolsas de Monitoria a Componentes Curriculares e Bolsa de Monitoria Laboratórios, ambas com o objetivo de propiciar aos alunos possibilidades de nivelamento, inclusive de conhecimento tecnológico, que é o caso das Bolsas de Monitoria de Laboratórios de Informática. Outra ação importante da PROEN é o Programa de Mobilidade Interinstitucional Nacional cujo objetivo principal é o de proporcionar aos discentes experiências de até um mês em outras IES conveniadas em ações de ensino, pesquisa e extensão.

E encontra-se em fase de planejamento, a oferta de cursos de nivelamento que visam suprir as deficiências básicas dos discentes no acompanhamento adequado ao aprendizado. Esta ação deverá ocorrer em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil.

A UFOPA oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem-estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

As bolsas de monitoria, de iniciação científica (PIBIC, PIBIT), bolsa de iniciação à docência (PIBID) e bolsa de extensão (PIBEX), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, tornando-se importante tanto em relação à renda quanto ao desenvolvimento do aluno.

Em relação ao Curso, o discente possui livre acesso ao coordenador do curso e à direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais lidam diretamente com os discentes, auxiliando os mesmos no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula,

aproveitamento de estudos etc. Os discentes são acompanhados em grupos e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária.

5.11 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD, População)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade: 2000-2030**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Fundação Nacional do índio**. Brasília/DF: FUNAI, 2017. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano municipal das cidades do estado do Pará**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=150790&idtema=118>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Lei Nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Lei Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

PARÁ (ESTADO). **Dados econômicos do estado do Pará. Belém/PA**: Governo do Estado do Pará, 2017. Disponível em <http://www.pa.gov.br/O_Para/economia.asp>. Acesso em 28 de maio de 2017.

_____. **Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração da Integração Tapajós**. Belém/PA: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, 2013.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 136/2012**, aprovado em 8 de março de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Computação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

BRASIL, CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 5**, de 16 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/despesas/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/34891-resolucoes-cne-ces-2016>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____, CONSELHO PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 8/2012**, aprovado em 6 de março de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17631-2012-pareceres-do-conselho-pleno>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____, CONSELHO PLENO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução nº 55**, de 22 de julho de 2014. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/regimento-geral>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Resolução nº 177**, de 20 de janeiro de 2017. Institui o regimento de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-177.17-consepe-institui-o-regimento-de-graduacao/view>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

_____. **Resolução nº 55**, de 22 de julho de 2014. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/regimento-geral>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

**ANEXO A – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
INFORMÁTICA EDUCACIONAL**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA**

PORTARIA Nº 138, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Licenciatura em Informática Educacional na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Licenciatura em Informática Educacional, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará


José Seixas Lourenço
Reitor - UFOPA
Portaria nº 1069/2009 de 10/11/09

ANEXO B – PORTARIA DO NDE**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO****PORTARIA Nº 20, DE 10 DE MAIO DE 2017.**

Dispõe sobre a designação Do Núcleo docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Informática Educacional, do Instituto de Ciências da Educação.

A VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.112/2014, de 16 de dezembro de 2014/Reitoria,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo Listados, sob presidência do primeiro, para constituir o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Informática Educacional do Instituto de Ciências da Educação, com carga horária de 2 horas semanais:

- I - Eliane Cristina Flexa Duarte (Coordenadora)
- II - Tânia Suely Azevedo Brasileiro (ICED)
- III - Cássio David Borralho (IEG)
- IV - Enoque Calvino Melo Alves (IEG)
- V - Edilân Sant'Ana Quaresma (ICED)
- VI - José Ricardo e Souza Mafra (ICED)
- VII - José Antônio Oliveira Aquino (ICED)
- VIII - Claudir Oliveira (ICED)
- IX - Gilson Cruz Junior (ICED)
- X - Rodolfo Maduro Almeida (ICED)

Santarém, 10 de maio de 2017.

Maria Raimunda Santos da Costa
Vice - Diretora do ICED
Portaria Nº 3.112/2014 – Reitoria-UFOPA

ANEXO C – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS
REUNIÃO DO COLEGIADO PCE_x

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS

MAIO - 2017

+ Glauco Pantoja

001	Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na sala
002	H103, Bloco H do Instituto de Ciências da Educação (ICED), na Universidade Federal do Oeste do Pará,
003	Campus Rondon, deu-se início à reunião do Colegiado do Programa de Ciências Exatas (PCE _x).
004	Estiveram presentes 22 pessoas, sendo José Ricardo e Souza Mafra, coordenador do PCE _x , os
005	docentes: Aroldo Eduardo Althias Rodrigues, Rodolfo Maduro Almeida, Eliane Cristina Flexa Duarte,
006	Sebastian Mancuso, Sergio Silva de Sousa, Nilzilene Gomes de Figueiredo, Miguel Ângelo Moraes de
007	Sousa, Sandro Aléssio Vidal de Sousa, Claudir Oliveira, Sérgio de Souza Farias, Mário Tanaka Filho,
008	Rodrigo Medeiros dos Santos, Tânia Suely A. Brasileiro, Gilson Cruz Junior, Alex Cabral Junior, Cássio
009	André Sousa da Silva, José Antônio Oliveira Aquino, Claudir Oliveira, <u>Glauco Pantoja Cohen</u> , Lilian
010	Cristiane Almeida dos Santos, Adelan Menezes Portela e Hamilton Cunha de Carvalho. O professor José
011	Ricardo e Souza Mafra, deu início a reunião informando os pontos e pauta: (i) Informes; (ii) Solicitação
012	de Progressão Funcional: Prof. Marcos Gervânio; (iii) Semana Acadêmica do PCE e IV SEPECIM;
013	(iv) 2º Simpósio da Formação do Professor de Matemática da Região Norte; (v) LIE: PPC,
014	preparativos para a visita do MEC, NDE; (vi) Centro Acadêmico - LIMF; (vii) Reunião de
015	Planejamento 2017.1; (viii) O que ocorrer. (i) Informes O coordenador do PCE informa que a data de
016	realização do planejamento do ICED (15 a 18/05/2017). O coordenador informa a abertura de diligência,
017	relativa ao processo n. 201301705, que trata da renovação de reconhecimento do curso de Licenciatura
018	em Matemática (código 12039). Nesse momento passa a palavra a procurador institucional educacional
019	da UFOPA, Edson de Sousa Almeida. Ele explica e informa os encaminhamentos sugeridos, a partir da
020	solicitação de informações, bem como a necessidade encaminharmos resposta a diligência em relação
021	ao status do curso. Após discussões e ouvidas as sugestões dos mesmos do Colegiado, o mesmo
022	decidiu por enviar ao MEC, a informação de que o curso de Licenciatura em Matemática (código 12039),
023	continue com o status em atividade, ainda que na diligência anterior tenha sido informado que a
024	Licenciatura em Matemática estava em fase de extinção, haja vista a possibilidade de oferta nos
025	próximos processos seletivos. (ii) Solicitação de Progressão Funcional: Prof. Marcos Gervânio
026	(Processo 23204.002698/2017-16) Retirado de pauta para ajustes e correção da Portaria de progressão
027	anterior, conforme orienta a Resolução CONSAD/UFOPA n. 30, de 18/04/2017. (iii) Semana Acadêmica
028	do PCE e IV SEPECIM. A Profa Nilzilene Gomes de Figueiredo apresenta a programação prevista e
029	organizada para a recepção dos calouros vinculados ao PCE e a programação para a IV SEPECIM. Faz
030	o detalhamento da programação, as ações previstas, bem como os palestrantes convidados para
031	participar dos eventos previstos. iv) 2º Simpósio da Formação do Professor de Matemática da

Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa/ CNPJ Nº 11.118.393/0001-59/ Instituto de Ciências da
Educação – Avenida Marechal Rondon, S/n, Caranazal, Cep: 68.040-070



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS
 REUNIÃO DO COLEGIADO PCE

032	Região Norte. O prof. Aroldo discorre sobre a programação projetada para o 2º Simpósio da Formação
033	do Professor de Matemática da Região Norte. Comenta sobre as inscrições em andamento e o número
034	significativo de inscritos. Faz-se a programação de trabalho da comissão local e da comissão acadêmica,
035	tendo em vista a avaliação dos trabalhos submetidos pelos participantes inscritos. v) LIE: PPC,
036	preparativos para a visita do MEC, NDE. A profa. Eliane Flexa faz a apresentação do PPC ao
037	Colegiado. Discorre sobre o processo de desenvolvimento da proposta, contextualizando-a desde a sua
038	concepção, quando a coordenadora do curso de LIE ainda era a Profa Tânia Brasileiro. Elenca os
039	principais pontos e características que permitem projetar o caráter inovador e potencial do curso.
040	Comenta sobre os preparativos para a visita da comissão de avaliação do MEC, prevista para ocorrer no
041	próximo mês e destaca, em especial, a colaboração ativa e determinante dos discentes do curso. Além
042	disso, indica a projeção de futura do calendário de reuniões permanentes do NDE do curso, com o
043	propósito de estabelecer uma regularidade permanente de indicadores de avaliação, visando a
044	aperfeiçoamento da proposta. O PPC – LIE foi aprovado pelo Colegiado. vi) Centro Acadêmico – LIMF
045	A representante acadêmica do curso de LIE, presente na reunião, ficou de encaminhar aos discentes do
046	curso de LIMF - interessados na criação do Centro Acadêmico - os documentos e encaminhamentos
047	necessários para a formalização do mesmo, tendo em vista a ausência dos interessados, na reunião. vii)
048	Reunião de Planejamento 2017.1. A reunião de planejamento do PCE está prevista para ocorrer em
049	18/05/2017. Dentre os tópicos e assuntos a serem discutidos estão previstos: a Resolução que institui o
050	Regimento de Graduação da UFOPA, o Ciclo de Formação Básica Indígena, Acessibilidade, NDE's,
051	Relação Professor-Aluno e outros temas a serem definidos, conforme demanda dos integrantes do
052	Colegiado. viii) O que ocorrer. A profª Tânia Suely Brasileiro solicita apoio financeiro, para participação
053	da Conferência Internacional sobre "Políticas e Experiência de Formação de Professores, de Educadores
054	de Infância, de Educadores de Adultos, de Formadores e de Gestores Educacionais de Moçambique e
055	Brasil, a ocorrer de 12 a 14 de Julho, em Maputo/Moçambique. A solicitação foi aprovada pelo
056	Colegiado, ressalvando-se a concessão de até 05 diárias (valor internacional), conforme limitação
057	orçamentária e financeiras do PCE.
058	
059	
060	Não havendo mais nada a tratar, a reunião terminou às 17hs, sendo lavrada a presente ata por mim,
061	José Ricardo e Souza Mafra.
062	
063	
064	Santarém-PA, 10 de maio de 2017.
065	
066	PRESENTES NA REUNIÃO:
067	I. José Ricardo e Souza Mafra



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS
 REUNIÃO DO COLEGIADO PCEEx

068	2. Aroldo Eduardo Athias Rodrigues
069	3. Eliane Cristina Flexa Duarte <i>Eliane</i>
070	4. Rodolfo Maduro Almeida
071	5. Sebastian Mancuso <i>Sebastian</i>
072	6. Nilzilene Gomes de Figueiredo <i>Nilzilene Gomes</i>
073	7. Sérgio Silva de Sousa <i>Sérgio Silva de Sousa</i>
074	8. Hamilton Cunha de Carvalho <i>Hamilton Cunha de Carvalho</i>
075	9. Miguel Ângelo Moraes de Sousa <i>Miguel Ângelo Moraes de Sousa</i>
076	10. Sandro Aléssio Vidal de Sousa
077	11. José Antônio Oliveira Aquino <i>José Antônio Oliveira Aquino</i>
078	12. Sérgio de Souza Farias
079	13. Mário Tanaka Filho <i>Mário Tanaka Filho</i>
080	14. Alex Cabral Junior
081	15. Glauco Pantoja Cohen <i>Glauco Cohen Pantoja</i>
082	16. Rodrigo Medeiros dos Santos
083	17. Lilian Cristiane Almeida dos Santos <i>Lilian Cristiane</i>
084	18. Claudir Oliveira <i>Claudir Oliveira</i>
085	19. Cássio André Sousa da Silva <i>Cássio André Sousa da Silva</i>
086	20. Carlos José Freire Machado
087	21. Adelan Menezes Portela <i>Adelan Menezes Portela</i>
088	22. Tânia Suely Brasileiro
089	23. GILSON CRUZ JUNIOR <i>Gilson Cruz Junior</i>
090	
091	
092	
093	
094	
095	
096	

gfs

**ANEXO D – PORTARIA DA COORDENADORA DO CURSO DE
LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL**



Universidade Federal do Oeste do Pará
Reitoria

Publicada no Diário Oficial da
União nº _____
De _____/_____/_____
Seção 2 Página _____

PORTARIA Nº 2.891, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 28 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 31 de março de 2014, Seção 2, pág. 1,

RESOLVE:

Designar a servidora **ELAINE CRISTINA FLEXA DUARTE**, Professora do Magistério Superior, para exercer a função comissionada de Coordenadora do curso de Informática Educacional, código FCC, desta Universidade, ficando dispensada da referida função a servidora **TÂNIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO**, Professora do Magistério Superior, a partir de 4 de novembro de 2016.

Anselma Alves Colares
Anselma Alves Colares
Reitora, de 10/04/2016

Raimunda Nonata Monteiro
RAIMUNDA NONATA MONTEIRO

ANEXO E – PORTARIA DE RETIFICAÇÃO DO NOME DA COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL



30

ISSN 1677-7050

Diário Oficial da União - Seção 2

Nº 100, sexta-feira, 26 de maio de 2017

PORTARIA Nº 520, DE 22 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Retificar a Portaria nº 406, de 18/04/2017, que autoriza o afastamento do país de Jansen Mizur do Paiva Bergamini, matrícula nº 1597159, como segue: onde se lê: "no período de 15/5/2017 a 22/5/2017", leia-se: "no período de 15/5/2017 a 23/5/2017", por motivo de cancelamento de voo por parte da empresa responsável.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

PORTARIA Nº 521, DE 22 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e de acordo com o constante no Memorando Eletrônico nº 463, de 16/5/2017, do Pró-Reitor de Graduação, resolve:

Dispensar, a partir desta data, a servidora Fabiana Carla Silva Lara, matrícula nº 1437594, da função de Assessora Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação, código PG-4.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

PORTARIA Nº 526, DE 23 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos autos do Processo nº 23490.011836/2017-32, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais à servidora Maria de Fátima Piccolo Barroto, matrícula SIAPE nº 295373, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, Classe Titular, pertencente ao Quadro Permanente desta Universidade, lotada no Departamento de Ciência das Alimentos, fundamenteado no art. 2º, incisos I, II, III e parágrafo Único, da Emenda Constitucional nº 47/95, c/c o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, desativando, a vacância do cargo, vaga nº 356923.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

PORTARIA Nº 527, DE 23 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos autos do Processo nº 23490.011255/2017-48, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor Cláudio Milton Montenegro Campos, matrícula SIAPE nº 1255510, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, Nível Titular, pertencente ao Quadro Permanente desta Universidade, lotado no Departamento de Engenharia, fundamenteado no art. 2º, incisos I, II e parágrafo Único, da Emenda Constitucional nº 47/95, c/c o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, desativando, a vacância do cargo, vaga nº 235510.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

PORTARIA Nº 528, DE 23 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Contratar Fábio Henrique Silva Floriano de Toledo, Professor Substituto, na área de Mecânica e Economia Florestal, no Departamento de Ciências Florestais, nos termos do inciso III, parágrafo 1º do artigo 2º, e do inciso I, parágrafo único, do artigo 4º ambos da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 9.849 de 26 de outubro de 1999, pela Lei nº 10.667/2003, Lei nº 12.425/11 e pela Lei 12.772/2012, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente à Classe de Professor Auxiliar A, Nível I, com atribuição por duração de doutorado, com início em 23/5/2017 até 22/5/2018, ressalvadas as hipóteses de rescisão contratual por outras fases supervenientes. Art. 2º A contratação temporária tem como objetivo a substituição ao Professor José Roberto Soares Scolford, exonerado o cargo de Reitor, Decreto MEC de 17 de Abril de 2016, publicado DOU em 28/4/2016, seção 2, página 1.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

PORTARIA Nº 532, DE 23 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e de acordo com o constante no Memorando Eletrônico nº 463, de 16/5/2017, do Pró-Reitor de Graduação, resolve:

Art. 1º Designar a servidora Fabiana Carla Silva Lara, matrícula nº 1437594, como Assessora dos Assuntos Acadêmicos/PROG, código PG-4. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3.013, DE 25 DE MAIO DE 2017

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais no uso de atribuição que lhe confere a Portaria nº 484/2009, de 23/04/2009, do Ministro do Estado de Educação, e considerando as disposições regulamentares e o legislativo permanente, resolve:

Art. 1º O afastamento do país do servidor EDUARDO TADEU RODRIGUE AMARAL, Professor Adjunto, no período de 28/05/2017 a 01/06/2017, para participar da Reunião do Núcleo Disciplinário Essencial de Espanhol V Português sobre Longas Seções V Estruturas de ALGEM, em Mendoza/Argentina, com duas conferências autorizadas de ALGEM, em Mendoza/Argentina, com duas conferências de diárias e passagens pela UFMG. Processo nº 23072.024153/2017-40.

JAIME ARTURO RAMIREZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

No Portaria nº 2.891, publicada no Diário Oficial da União nº 214, de 8 de novembro de 2016, página 29, onde se lê: "ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE," leia-se: "ELIANE CRISTINA FLEXA DUARTE".

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.051, DE 25 DE MAIO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1.264, de 3 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 108, de 10 de junho de 2015, e pela delegação de competência que lhe concede a Portaria nº 1.243, de 27 de maio de 2014, considerando o Edital nº 17, de 30 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 168, Seção 3 em 31 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º - Nomear para o cargo efetivo de Professor do Magistério Superior, considerando o Edital nº 17 de 30 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 53, seção 3 em 17 de março de 2017, os seguintes candidatos aprovados:

Candidato/Classificação	Lotação - Grupo Ocupacional		Classificação	Número de Trabalho	Código de Vaga
	A - Magistério Superior	Lotação de Lotação			
PAULO DE TARSO RÓDICA FILHO - 1º	nº 06 - Educação / Fundamentos de Pedagogia	Lotação de Lotação	Adjunto / A	40 horas com D.E.	007389
MARILENE MARIA ADRIANO CASTRO DE BARROS - 1ª	nº 04 - Ensino Fundamental	Lotação de Lotação	Adjunto / A		007358
MARIA ANTONIA VIDAL FERREIRA - 2ª	nº 04 - Ensino Fundamental	Lotação de Lotação	Adjunto / A		007351

Art. 2º - Nos termos do art. 13 § 1º, da Lei nº 8.112/90, fone o prazo de 30 (trinta) dias para a posse, contados da publicação desta portaria.

Parágrafo único - A presente associação será tornada sem efeito se o candidato nomeado não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

MILTON RENATO DA SILVA MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Nº 2.526 - Designar o Professor do Magistério Superior NELSON FERNANDO DA PAIXÃO RIBEIRO, para exercer a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, a função de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, PGE - Mestrado Unificado, do Instituto de Tecnologia, em regime de Tempo Integral, para mandato de 02 (dois) anos, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 18 da Lei nº 8.112/90, ficando dispensada de referida função a Professora CRISTIANE MARIA LIAL COSTA.

Nº 2.537 - Designar a servidora PATRICIA DO SOCORRO RAMOS DE VASCONCELOS, matrícula SIAPE nº 2340729, ocupante do cargo de Assessora em Administração, para exercer a função de Assessora de Coordenação de Seleção e Admissão, PG-4, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, em regime de Tempo Integral, conforme disposto no parágrafo 1º, do Artigo 18, da Lei nº 8.112/1990, de 11.12.1990, a partir da data de publicação desta portaria no Diário Oficial da União.

HORACIO SCHNEIDER
Em exercício

PORTARIA Nº 1.567, DE 25 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Designar o servidor PEDRO PAULO SANTOS SOUSA, ocupante do cargo de Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal desta Universidade, para exercer a função de Chefe do Divisão de Comunicação e Informação/Proreitoria, PG-6, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, ficando dispensado da referida função o servidor RUI DA SILVEIRA, desde 15 de maio de 2017.

HORACIO SCHNEIDER
Em exercício

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2017

A REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 1.015 - I - Nomear em caráter efetivo, nos termos do Artigo 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, MILTON SOUZA DE LIMA, para o cargo de MEDICHOARE: PSIQUIATRIA, Nível de Classe II, Nível de Capacitação 01, Pdv de Venorrato 01, Regime de Trabalho de 20 horas semanais, candidato (a) aprovado (a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Paraíba, aberto pelo Edital nº 53, de 22/04/2015, publicado no DOU em 23/05/2015, e pelo Edital nº 54, de 22/05/2015, publicado no DOU em 04/06/2015, e cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 54, de 07/06/2016, publicado no DOU em 08/06/2016, código de vaga nº 0261066, cujo provimento foi autorizado pelo Decreto nº 7.232, de 18/07/2010, publicado no DOU em 20/07/2010. (Processo 23874.013423/2017-57).

Nº 1.017 - I - Nomear em caráter efetivo, nos termos do Artigo 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, MÁRCIO DE SANTANA CARVALHO, para o cargo de ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DE TRABALHO, Nível de Classe II, Nível de Capacitação 01, Pdv de Venorrato 01, Regime de Trabalho de 40 horas semanais, candidato (a) aprovado (a) em concurso público para o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Paraíba, aberto pelo Edital nº 53, de 22/04/2015, publicado no DOU em 23/05/2015, e pelo Edital nº 54, de 22/05/2015, publicado no DOU em 04/06/2015, e cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 54, de 07/06/2016, publicado no DOU em 08/06/2016, código de vaga nº 0981225, cujo provimento foi autorizado pelo Decreto nº 7.232, de 18/07/2010, publicado no DOU em 20/07/2010. (Processo 23874.013462/2017-48).

II - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União.

MARGARETH DE FÁTIMA FORBIDA MELO DINIZ

ANEXO F – NORMATIVA PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATA (PCE)

**NORMATIVA INTERNA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
EDUCACIONAL - LIE**

Art. 1º Regulamentar e Normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório, do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, de acordo com a Lei Federal 11.788/2008, de 25/09/2008, Instrução Normativa MEC N. 07, de 30/10/2008 e Instrução Normativa UFOPA N. 06 de 2010.

SESSÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório do Curso de Licenciatura em Informática Educacional:

2. Desenvolver atividades de docência, com observação, análise e síntese crítica do trabalho pedagógico.
3. Ampliar o domínio de integração do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da UFOPA, com as demais Instituições envolvidas com a formação

do cidadão, em particular, as de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio.

SESSÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 3º O estágio curricular obrigatório do curso de licenciatura em Informática Educacional será organizado por professores responsáveis pelos estágios que deverão contemplar nos respectivos planos de ensino, além de ações relativas a planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico, atividades de observação, imersão e docência entre outros elementos caros ao cotidiano escolar.

Art. 4º O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Informática Educacional terá uma carga horária de 400 h/a que será distribuído nos seguintes componentes curriculares do curso:

§ 1º – Estágio I – Informática Educativa em Ambientes Escolares: Educação Infantil e Ensino Fundamental (150 h/a);

§ 2º – Estágio II – Gerenciamento de Laboratório de Informática e Ensino Médio (150 h/a);

§ 3º – Estágio III – Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Ambientes Não-escolares (100 h/a);

Art. 5º A organização e planejamento das disciplinas de estágio, bem como do plano de ensino destinado às ações de supervisão e acompanhamento dos discentes estará a cargo do professor responsável pela disciplina e levará em conta as seguintes diretrizes de encaminhamento:

1. carga horária teórica prevista, em sala de aula;
2. práticas em unidades concedentes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Laboratórios de informática, ambientes virtuais e não-escolares, distribuídas entre observação, planejamento de regências em turma regular, desenvolvimento e aplicação de projetos de atuação docente.

§ 1º Os Projetos de Atuação Docente, expressos no Art. 5º são caracterizados por atividades em que há efetivamente o exercício da docência, na forma de aulas (regência), monitoria, reforço escolar, oficinas, palestras, participação em feiras de ciências e tecnologia, entre outros.

Art. 6º A realização das atividades práticas dos estágios dar-se-ão preferencialmente em horários opostos ao turno de matrícula do aluno.

Art. 7º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo estudante do curso de licenciatura em Informática Educacional tendo em vista uma complementação de sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 1º O estágio não-obrigatório pode ser realizado por qualquer aluno regularmente matriculado no curso de Licenciatura em Informática Educacional, sendo que seu desenvolvimento segue o modelo ou proposta do Plano de Atividades estabelecido pelo curso, conforme orientações e documentos definidos pelo Programa de Ciências Exatas.

§ 2º É necessário que as atividades desenvolvidas pelos alunos no estagio não-obrigatório, demonstrem compatibilidade com as atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio e com a área/natureza de sua formação, tais como: regência em sala de aula, monitoria e reforço escolar, desenvolvimento de projetos pedagógicos, oficinas, cursos e/ou atividades administrativas pertinentes à área.

§ 3º O estágio não-obrigatório poderá ser desenvolvido em repartições públicas: Federais, Estaduais e Municipais, Instituições Públicas ou Particulares de Ensino; Instituições Filantrópicas e Fundações que atendam e assistem pessoas com necessidades especiais, jovens-menores e adultos.

§ 4º A duração do estágio não-obrigatório não poderá exceder mais que (04) semestres consecutivos, renováveis a cada semestre, exceto para acadêmicos portadores de necessidades especiais, e será desenvolvido em horário previamente estipulado entre a Instituição de Ensino/Coordenação de Curso e Unidade Concedente, em observância ao Art. 10 da Lei Federal 11.788/2008, desde que não haja prejuízo as atividades acadêmicas regulares do aluno.

SESSÃO III

DO ACOMPANHAMENTO e SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 8º O acompanhamento e a supervisão do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório será exercido pelo docente da UFOPA responsável pela disciplina com a colaboração profissional da coordenação pedagógica e professores da instituição concedente.

§ 1º As atividades inerentes ao acompanhamento e supervisão do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório, tanto do professor da UFOPA quanto das Instituições concedentes, encontram-se preconizadas na Lei 11.788/2008 de 25/09/2008, Instrução Normativa N. 07, de 30/10/2008 e demais documentos Institucionais relativos aos Estágios.

§ 2º O docente da UFOPA responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado providenciará o controle das atividades de estágio mediante ficha de frequência de Estágio, elaborada pelo professor de estágio, as quais deverão estar junto a coordenação pedagógica da instituição concedente.

§ 3º Para melhor acompanhamento das atividades desenvolvidas nas escolas, cada orientador de estágio deverá ficar responsável por, no máximo, quinze (15) estagiários.

§ 4º Compete ao aluno registrar corretamente na ficha de frequência do estágio cada atividade realizada na unidade concedente solicitando o visto da coordenação pedagógica ou do professor da turma a qual o estagiário realizará as regências, no respectivo campo.

§ 5º Periodicamente, ao final das atividades de estágio será necessário e obrigatório a elaboração de um relatório de avaliação do estágio pelo estagiário, que deve ser entregue a instituição de ensino a cada 6 (seis) meses. Se o estágio tiver duração menor que 6 (seis) meses o relatório deve ser entregue no encerramento do contrato.

SESSÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 9º - A avaliação do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório de acordo com as concepções expressas no projeto pedagógico do curso, será realizada:

§ 1º pelo professor de estágio da universidade e;

§ 2º pelos profissionais colaboradores de estágio na unidade concedente.

Art. 10º Compete ao professor da disciplina de estágio da UFOPA explicitar no seu plano de ensino os elementos e os critérios de avaliação, bem como dar ciência aos alunos e aos profissionais colaboradores de estágio da unidade concedente os instrumentos avaliativos.

SESSÃO V

DA VALIDAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 11° A validação das atividades de estágio dar-se-á mediante o término de todas as atividades previstas e executadas na unidade concedente conforme definidas no plano de ensino do professor de estágio e acordadas com a unidade concedente.

Art. 12° O aluno que cumprir satisfatoriamente todas as atividades do estágio terá validado o seu estágio mediante documento denominado termo de realização do estágio obrigatório que deverá ser assinado pelo professor da turma, coordenação pedagógica e direção da unidade concedente e pelo professor de estágio da UFOPA.

Art. 13° As atividades referentes ao estágio não obrigatório poderá ser validada como atividade de extensão (estágio extracurricular) e deverá constar no histórico do aluno, no item – Estágio Curricular Não-obrigatório, desde que regulamentado e registrado na Coordenação de Estágios do Campus.

§ 1º No histórico constará a carga horária total realizada pelo aluno na unidade concedente.

SEÇÃO VI

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 14° O aluno que exerça e comprove atividade docente regular em sua área de formação poderá requerer a redução da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório de acordo com o Regimento de Graduação, artigo 133 (Resolução UFOPA/177/2017). A redução da carga horária dar-se-á da seguinte forma:

§ 1º O aluno que exerce atividade docente há pelos menos 1 (um) ano no Ensino Fundamental durante o período que estiver regularmente matriculado no curso poderá requerer a redução da carga horária da disciplina de Estágio I.

§ 2º O aluno que exerce atividade docente há pelo menos 1 (um) ano no Ensino Médio durante o período que estiver regularmente matriculado no curso poderá requerer a redução de 75h da disciplina de Estágio II, relativas ao segmento correspondente (Ensino Médio).

§ 3º É vedado ao aluno a redução de carga horária que não seja aquela expressa nesta resolução.

Art. 15° Caberá ao NDE do curso homologar a redução de carga horária do estágio curricular obrigatório, a partir do processo devidamente instruído pelo coordenador e parecer respectivo do professor do estágio.

SESSÃO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 16° O Estágio obrigatório e não-obrigatório será realizado mediante a celebração de Termo de Compromisso entre o estudante, a Unidade Concedente e a Instituição de Ensino tendo em vista as ações preconizadas neste regulamento e no manual de orientação sobre estágios obrigatórios e não-obrigatórios na UFOPA .

Art. 17° O Curso de Licenciatura em Informática Educacional poderá propor, em conjunto com o Programa de Ciências Exatas, a realização de convênios e/ou projetos para implementação dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios mediante análise e parecer das condições técnicas de viabilidade dos mesmos, bem como, respeitando a regulamentação vigente na instituição, celebrando os devidos termos de compromissos preconizados na Lei 11.788/2008.

Art. 18° Este regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Programa de Ciências Exatas, Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 19° Este Regulamento entra em vigência a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Licenciatura em Informática Educacional.

**ANEXO G – NORMATIVA QUE REGE AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
DO CURSO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL - LIE

**NORMATIVA INTERNA DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
EDUCACIONAL - LIE**

Dispõe sobre o Regulamento das Atividades
Complementares do Curso de Licenciatura em
Informática Educacional

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) reunido em sessão do dia 25 de maio de 2017 resolve:

Art. 1º Normatizar as Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

SESSÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos das Atividades Complementares no Curso de Licenciatura em Informática Educacional:

- (a) Corroborar com a formação profissional do aluno de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso.

- (b) Oportunizar, ao aluno, experiência em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão como elementos necessários à formação docente.

SESSÃO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Informática Educacional compõem o núcleo flexível do currículo do curso, sendo indispensável o seu integral cumprimento para colação de grau.

Art. 4º As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Informática Educacional possuem uma carga horária de 200 horas.

Art. 5º As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Informática Educacional estão organizadas em três Modalidades:

§ 1º Atividades de Ensino

§ 2º Atividades de Pesquisa e Inovação

§ 3º Atividades de Extensão e Cultura

Art. 6º Não poderá haver a duplicidade de aproveitamentos das Atividades Complementares com outros componentes curriculares.

SESSÃO III

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - A avaliação das Atividades Complementares será realizada por uma comissão *ad doc* instituída pelo curso que após análise da documentação apresentada pelo aluno emitirá parecer deferindo ou indeferindo cada atividade.

Art. 8º - O aluno que discordar do parecer de indeferimento poderá solicitar no prazo de três dias após a publicação revisão do processo ao Programa do curso.

Parágrafo único – Da decisão da comissão de avaliação cabe recurso ao Programa do Curso em última instância.

Art. 9º Para efeito de converter horas atividades em créditos adotar-se-á os seguintes critérios:

§ 1º Será considerada a parte inteira da divisão do número de horas registrada no certificado por 15 (quinze)

Art. 10º Poderá ser apresentado outras atividades científicas – culturais não previstas no anexo I desta resolução, devidamente registradas, para análise e parecer da coordenação de curso.

SESSÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender às exigências que constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, mediante a apresentação e a aprovação do Curso de Licenciatura em Informática Educacional do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 12º Esta Normativa Interna entra em vigência a partir da aprovação do PPC do Curso de Licenciatura em Informática Educacional, pelo Programa de Ciências Exatas vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, revogando-se as disposições em contrário.

**ANEXO H – QUADRO DA NORMATIVA INTERNA DO CURSO DE
LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL – ATIVIDADES
COMPLEMENTARES**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATA (PCE)
CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL (LIE)

**QUADRO DA NORMATIVA INTERNA DO CURSO DE
LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL – ATIVIDADES
COMPLEMENTARES**

Modalidade	Atividade	Carga Horária
Ensino (40hs)	Bolsa de Iniciação à docência (PIBID)	8h por semestre
	Relatório decorrente da participação em programa(s) de iniciação à docência	8h por relatório
	Monitoria voluntária em disciplina em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação)	10h por semestre
	Monitoria voluntária em disciplina em quaisquer áreas	4h
	Disciplina cursada em outros institutos/instituições de ensino e em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação) até duas disciplinas	10 h por disciplina
	Disciplina cursada em outros institutos/instituições de ensino e em quaisquer áreas até duas disciplinas	4h por semestre
Pesquisa e inovação	Bolsa de Iniciação científica (PIBIC)	8h por semestre
	Relatório parcial de iniciação científica	4 por semestre

(60h)	Relatório final de iniciação científica	8 horas por semestre
	Participação como ouvinte em evento local	2 h por evento
	Participação como ouvinte em evento regional	3 h por evento
	Participação como ouvinte em evento internacional	4 h por evento
	Texto completo em evento científico local	3 h por evento
	Texto completo em evento científico regional/estadual	4 h por evento
	Texto completo em evento científico internacional	5 h por evento
	Resumo expandido em evento científico local	1 h por evento
	Resumo expandido em evento científico regional/estadual	2 h por evento
	Resumo expandido em evento científico internacional	3 h por evento
	Poster em evento científico local	2 h por evento
	Poster em evento científico regional/estadual	3 h por evento
	Poster em evento científico internacional	4 h por evento
	Artigo completo publicado em periódico qualificado com Quallis B3 ou superior em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação)	8 h por evento
	Artigo completo publicado em periódico qualificado com Quallis B3 ou superior em quaisquer áreas	6 h por evento
	Artigo completo publicado em periódico qualificado com Quallis inferior a B3 em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação)	4 h por evento
	Artigo completo publicado em periódico qualificado com Quallis inferior a B3 em quaisquer áreas	2 h por evento
	Participação em grupos e núcleos de pesquisa em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação)	6 h por semestre
Participação em grupos e núcleos de pesquisa em quaisquer áreas	3 h por ano	
Participação em projeto de pesquisa em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação) e com registro junto à PROPPIT	4 h por semestre	

	Participação em projeto de pesquisa em quaisquer áreas e com registro junto à PROPPIT	3 h por semestre
	10) Produção de objeto digital de aprendizagem validado pela coordenação, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) ou comissão específica;	** de acordo com análise da comissão
Extensão e cultura (100hs)	Participação em programas de bolsas de Extensão (PROEX)	8 h por semestre
	Relatório parcial decorrente da participação em projeto(s) de extensão	4h por relatório
	Relatório final decorrente da participação em projeto(s) de extensão	8 horas por semestre
	Participação como ouvinte em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do curso	6h por evento
	Participação como palestrante/conferencista em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do curso	10h por evento
	Participação como ministrante de minicurso/oficina em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do curso	10h por evento
	Participação como parte de comissão organizadora em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do curso	8h por evento
	Participação como parte de comissão científica em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do curso	8h por evento
	Participação como ouvinte em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do ICED	4h por evento
	Participação como palestrante/conferencista em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do ICED	6h por evento
Participação como ministrante de minicurso/oficina em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do ICED	6h por evento	

Participação como parte de comissão organizadora em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do ICED	6h por evento
Participação como parte de comissão científica em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade do ICED	6h por evento
Participação como ouvinte em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade de outros institutos e IES	2h por evento
Participação como palestrante/conferencista em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade de outros institutos e IES	6h por evento
Participação como ministrante de minicurso/oficina em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade de outros institutos e IES	6h por evento
Participação como parte de comissão organizadora em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade de outros institutos e IES	6h por evento
Participação como parte de comissão científica em jornadas acadêmicas ou mostras de extensão sob a responsabilidade de outros institutos e IES	4h por evento
Atuação voluntária em laboratórios de informática do curso	10h por semestre
Atuação voluntária em laboratórios de informática do ICED	8h por semestre
Atuação voluntária em laboratórios de informática de outros institutos e IES	4h por semestre
Participação voluntária em projeto de extensão em área afim ao curso (educação, comunicação, informática e computação) e registrado junto à PROCCE	10h por semestre
Participação voluntária em projeto de extensão de quaisquer áreas e registrado junto à PROCCE	4h por semestre

	Participação em eventos acadêmico-culturais concernidos em temáticas relevantes no campo da educação e ciências humanas ¹ , tais como direitos humanos, diversidade (religiosa, étnica, racial, geracional, sexual e de gênero), educação indígena, educação do campo e educação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	10h por evento
	Estágios não-obrigatórios realizados em áreas de interesse do curso (instituições de educação básica, núcleos de tecnologia, consultorias ligadas a tecnologias educacionais)	8h por semestre

¹ Em conformidade com a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, capítulo V, § 2º.

**ANEXO I – NORMATIVA QUE REGE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO
CURSO (TCC)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)
PROGRAMA DE CIÊNCIAS EXATAS (PCE)
CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL (LIE)

**REGULAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
EDUCACIONAL**

Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Curso de Licenciatura em Informática Educacional e o Núcleo Docente Estruturante do curso, em reunião de 25/05/2017 resolve:

Art. 1º Regulamentar e Normatizar a organização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

SESSÃO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste num trabalho monográfico ou artigo individual sobre uma temática na área de formação. As temáticas para as orientações são correspondentes preferencialmente às linhas de pesquisas do curso.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três componentes curriculares denominados:

§ 1º TCC – Projeto.

§ 2º TCC II – Atividade Orientada.

§ 3º Seminário de apresentação de TCC.

Art. 4º A aprovação nos componentes curriculares do TCC é requisito indispensável para a integralização curricular do Curso.

SESSÃO II

DA MATRÍCULA

Art. 5º O aluno interessado em cursar os componentes curriculares do TCC deverá solicitar a sua matrícula junto a Coordenação do Curso durante o período de matrícula em formulário específico, de acordo com o calendário acadêmico da UFOPA.

Art. 6º As solicitações de matrícula nos componentes curriculares do TCC serão deferidas ou não pela coordenação considerando a capacidade de atendimento da demanda do curso.

§ 1º O indeferimento de matrícula poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

1. Ausência de vagas.
2. Falta de pré-requisitos.
3. Colisão de horários.
4. A duplicidade de matrícula.

Art. 7º Caso a demanda de matrículas supere a capacidade de atendimento a seguinte ordem de prioridade de matrícula será utilizada:

§ 1º Alunos periodizados em relação aos componentes curriculares.

§ 2º Alunos sob risco de jubramento.

§ 3º Alunos possíveis formandos.

SESSÃO III

DO (A) ORIENTADOR(A)

Art. 8º Todos os professores do Curso de Licenciatura em Informática Educacional devem aceitar a tarefa de orientar alunos regularmente matriculados nos componentes curriculares do TCC, considerando que o mesmo esteja relacionado com as linhas de pesquisa e investigação do curso.

§ 1º - É facultado ao professor recusar a orientação se possuir número de orientandos superior a cinco.

§ 2º - Os professores substitutos vinculados ao curso que tenham a titulação mínima de especialista poderão orientar alunos observando que os prazos de contrato dos mesmos não interfiram na conclusão das orientações.

§ 3º - Poderão orientar TCC, professores vinculados a outros institutos e que estejam ministrando disciplinas ou que tenham projetos de pesquisa na área de conhecimento correlata ao curso.

Art. 9º O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

§ 1º Frequentar as reuniões convocadas pelo professor da disciplina “TCC – Projeto”.

§ 2º Iniciar a orientação quando o aluno estiver cursando a disciplina de “TCC II – Atividade Orientada”.

§ 3º Estabelecer com o orientando o plano de estudos, o respectivo cronograma de acordo com os prazos regimentais do semestre acadêmico, os locais e horários de atendimento.

§ 4º Requerer, ao professor da disciplina de “Seminário de Apresentação de TCC”, a inclusão dos TCC de seus orientandos na pauta semestral de defesas, informando os nomes dos professores examinadores até trinta dias antes do final do período letivo.

§ 5º Decidir, juntamente com seu orientando, a composição da banca examinadora do TCC.

§ 6º Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa.

§ 7º Cumprir e fazer cumprir esta Resolução.

SESSÃO IV

DO(A) ORIENTANDO(A)

Art. 10º Considera-se orientando o aluno regularmente matriculado num dos componentes curriculares do TCC conforme expresso nos §1º, §2º e §3º do Art.3º desta resolução.

Art. 11º O aluno orientando tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

§ 1º Definir seu professor orientador durante o período de matrícula conforme o calendário acadêmico da UFOPA.

§ 2º Solicitar a troca de orientador junto ao colegiado do curso, com parecer do ex-orientador e do futuro orientador, no prazo de até trinta dias após o início do semestre letivo.

§ 3º Frequentar as reuniões de trabalho convocadas pelo professor da disciplina “TCC – Projeto” e/ou pelo seu orientador.

§ 4º Manter contatos periódicos com o professor orientador para discussão e aprimoramento de seu trabalho, de acordo com horário previamente fixado, devendo ficar atento aos critérios de frequência definidos no regimento acadêmico.

§ 5º Cumprir o calendário divulgado pelo professor de Seminário de Apresentação de TCC conforme sua matrícula na respectiva disciplina, para entrega da versão do trabalho que será avaliada, em três vias.

§ 6º Encaminhar com, no mínimo, 20 dias de antecedência, as cópias dos TCC's para os membros da banca examinadora, contados, a partir da fixação da data de defesa pública.

§ 7º Elaborar a versão final de seu TCC de acordo com o presente regulamento e as recomendações da banca examinadora.

§ 8º Entregar a versão definitiva digital do TCC à coordenação do curso, ao orientador, aos membros da banca, no prazo máximo de 30 dias após a defesa;

§ 9º Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

§ 10º Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 12º A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

SESSÃO V

DOS PROFESSORES DE “TCC – PROJETO” E “SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO TCC”

Art. 13º Os professores dessas disciplinas serão definidos na primeira reunião do colegiado de curso que antecede o início do semestre letivo.

Art. 14º - A eles compete:

§1º. Elaborar e divulgar em murais e junto à coordenação do curso, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das

defesas, da entrega da versão preliminar para a avaliação da banca e o recebimento da versão final do TCC.

§2º Promover reuniões com os alunos matriculados nas disciplinas de TCC – Projeto, TCC II – Atividade Orientada e Seminário de Apresentação de TCC dando ciência das atividades que serão desenvolvidas, bem como, apresentação do cronograma de trabalho.

§3º. Convocar, sempre que necessário reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados nas disciplinas de TCC;

§4º. Receber dos orientadores as atas e respectivas notas de avaliação decorrentes das defesas públicas dos trabalhos desenvolvidos.

§5º Receber dos orientadores a cópia digital definitiva dos TCC aprovados.

§6º Encaminhar para a secretaria acadêmica as respectivas atas de defesa dos trabalhos desenvolvidos de acordo com as disciplinas.

§7º Encaminhar à biblioteca a versão definitiva dos TCC aprovados.

§8º Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

SESSÃO VI

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 15º - Na disciplina de TCC – Projeto, o aluno deve elaborar seu projeto de trabalho de acordo com as orientações dadas pelo professor orientador.

§1º A estrutura formal do projeto de trabalho de pesquisa deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB).

§2º A aprovação na disciplina de TCC – Projeto dar-se-á mediante avaliação do professor orientador.

Art. 16º O TCC deve se constituir em uma produção original resultado do trabalho de investigação apontado no TCC – Projeto:

§ 1º O trabalho de conclusão de curso pode ser constituído, também, de um produto original gerado a partir de pesquisas e investigações realizadas ao longo do curso, tais como: jogos pedagógicos, modelos e protótipos educacionais, animações, documentários e objetos digitais de aprendizagem, além de artigos científicos ou *paper* produzidos com relevância para efeito de publicação.

§ 2º Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do orientador e atendam aos prazos estabelecidos para a conclusão dos trabalhos.

SESSÃO VII

DA BANCA EXAMINADORA E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 17º Na disciplina Seminário de Apresentação de TCC, o TCC deverá ser defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, por dois outros membros com qualificação adequada para o julgamento do trabalho.

§ único - Pelo menos um membro da banca deverá integrar o corpo docente do Instituto de Ciências da Educação.

Art. 18º As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

§ único - Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes de suas defesas.

Art. 19º Na defesa, o aluno tem até trinta minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora tem até vinte minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o aluno de igual tempo para responder a cada um dos examinadores.

§ único - Faculta-se ao público a participação na arguição, dispondo o aluno de igual tempo para respostas.

Art. 20º A atribuição de notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, o parecer do orientador e, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 1º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 2º Para aprovação, nenhuma nota individual dos membros da banca examinadora poderá ser menor do que seis (6,0).

Art. 21º A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC.

Art. 22º a avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata própria (ata de defesa de TCC) ao final da sessão de defesa.

Art. 23º Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação na disciplina de TCC definitiva.

§1º Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de TCC e com o mesmo orientador;

§2º Optando pela mudança de tema, o aluno deverá elaborar novo projeto, submetendo-o à aprovação do orientador.

SESSÃO VIII

DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 24º A versão definitiva digital deve ser encaminhada ao orientador que avaliará se as modificações foram realizadas e, uma vez de parecer favorável, assinará uma declaração atestando a plena adequação do trabalho.

Art. 25º Para a conclusão da disciplina de TCC, o aluno deverá atender as recomendações apresentadas pela banca examinadora, entregando a versão definitiva, bem como as demais cópias ao orientador e à coordenação de curso observando os prazos previstos no Calendário Acadêmico da UFOPA.

SESSÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º Os professores participantes das bancas receberão Certidão de Participação em Banca de TCC, expedida pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Informática Educacional. (Certidão de Atividades de Ensino na Modalidade de Orientação/Avaliação de TCC).

Art. 27º Este regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Informática Educacional, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 28º Este Regulamento entra em vigência a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Licenciatura em Informática Educacional.